

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

JOSÉ MARIA DA FROTA

**RELIGIÃO E POLÍTICA: ASSEMBLEIA DE DEUS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA DE
RONDÔNIA**

GOIÂNIA, GO

2020

JOSÉ MARIA DA FROTA

**RELIGIÃO E POLÍTICA: ASSEMBLEIA DE DEUS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA DE
RONDÔNIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a obtenção do título de doutor em Ciências da Religião.

Orientador: prof. dr. Alberto da Silva Moreira.

GOIÂNIA, GO

2020

F941r Frota, José Maria da
Religião e política: Assembleia de Deus na
política partidária de Rondônia / José Maria da
Frota.-- 2020.

156 f.; il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Escola de Formação de Professores e
Humanidades, Goiânia, 2020

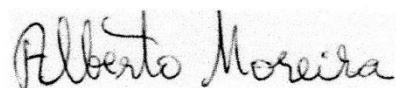
Inclui referências: f. 140-156

1. Assembléia de Deus. 2. Religião e política. 3.
Rondônia. 4. Religião e sociologia. I. Moreira, Alberto
da Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião
- 2020. III. Título.

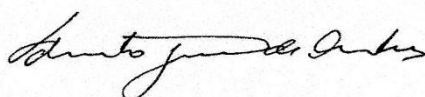
CDU: Ed. 2007 -- 322(043)

**RELIGIÃO E POLÍTICA: ASSEMBLEIA DE DEUS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA DE
RONDÔNIA**

TESE DO DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA EM 24 DE
MARÇO DE 2020 E APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA



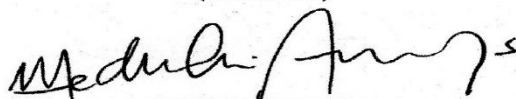
Dr. Alberto da Silva Moreira / PUC Goiás
(Presidente)



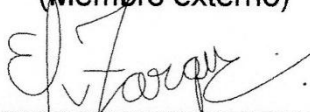
Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / PUC Goiás
(Membro)



Dra. Carolina Teles Lemos / PUC Goiás
(Membro)



Dr. Pedro Célio Alves Borges / UFG
(Membro externo)



Dr. Edmilson Ferreira Marques / UEG
(Membro externo)

Dr Clóvis Ecco / PUC Goiás - (Suplente)

Dr. Itelvides José de Moraes / UEG (Suplente externo)

Dedico este trabalho ao Deus todo poderoso, que me concede a vida e a oportunidade de obter mais uma conquista.

À minha família, em especial à esposa, Tânia Maria Ribeiro de Souza Frota, pelo apoio incondicional em todos os momentos desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à PUC-Goiás, à coordenação do curso de doutorado em Ciências da Religião, aos docentes, pelo apoio e oportunidade de realizar o sonho do doutoramento.

Ao orientador, Alberto da Silva Moreira, pelas contribuições desta pesquisa.

Ao pastor Joel Holder, presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Porto Velho.

Aos meus familiares que, pelo apoio, contribuíram para a realização deste trabalho.

O campo político é um campo de produção simbólica em que os agentes estão em luta a fim de impor suas categorias de visão e divisão do mundo social (Pierre Bourdieu).

RESUMO

A tese se propõe, a partir do enfoque teórico da Sociologia da Religião, estudar a Igreja Evangélica Assembleia de Deus na política partidária de Rondônia. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa se valeu, além da abordagem histórica inicial, da contribuição de teóricos como Max Weber, Pierre Bourdieu e Antonio Gramsci. Weber desenvolveu o conceito de dominação, que está presente na sociedade em várias relações sociais, significando a aceitação do poder, que é a imposição da vontade de uma pessoa ou instituição sobre os indivíduos; Pierre Bourdieu explorou a noção de poder simbólico, que significa a aceitação e a subordinação dos indivíduos ao poder de alguém; Antonio Gramsci criou o conceito de hegemonia, sendo o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre todas as outras, que foi reelaborado por Bourdieu na noção de campo religioso (espaço social em que agentes e instituições disputam o monopólio na satisfação das necessidades espirituais das pessoas e nas relações com o sagrado). Esse quadro teórico possibilita compreender como as decisões, as práticas e as estratégias pastorais desenvolvidas historicamente pela instituição Assembleia de Deus no meio religioso se articulam e se vinculam, a partir de determinado momento histórico, com o campo político-partidário. As atividades religiosas tiveram efeitos e consequências políticas para a Assembleia de Deus e outras denominações. A relação entre política e religião é um tema de interesse das Ciências Sociais e pode ser considerado componente importante para entender o movimento de expansão evangélico-pentecostal, especialmente da Assembleia de Deus, em Rondônia e no Brasil. Pela postura do proselitismo e da atuação política, essa denominação conseguiu multiplicar seus espaços sociais na sociedade brasileira. Assim, a pesquisa trata de como a agremiação religiosa que, anteriormente estava afastada da política partidária por percebê-la como algo profano, modificou a sua posição e passou a organizar sistematicamente a sua intervenção na política partidária.

Palavras-chave: Assembleia de Deus. Religião e política. Rondônia. Sociologia da religião.

ABSTRACT

The thesis proposes, based on the theoretical focus of the Sociology of Religion, to study the Evangelical Church Assembly of God in Rondônia's party politics. To reach the proposed objective, the research used, in addition to the initial historical approach, the contribution of theorists such as Max Weber, Pierre Bourdieu and Antonio Gramsci. Weber developed the concept of domination, which is present in society in various social relationships, signifying the acceptance of power, which is the imposition of the will of a person or institution on individuals; Pierre Bourdieu explored the notion of symbolic power, which means the acceptance and subordination of individuals to someone else's power; Antonio Gramsci created the concept of hegemony, being the type of ideological domination of one social class over all others, which was reworked by Bourdieu in the notion of religious field (social space in which agents and institutions dispute the monopoly in meeting the spiritual needs of people and relations with the sacred). This theoretical framework makes it possible to understand how the pastoral decisions, practices and strategies historically developed by the Assembly of God institution in the religious environment are articulated and linked, from a certain historical moment, with the political-party field. Religious activities had political effects and consequences for the Assembly of God and other denominations. The relationship between politics and religion is a topic of interest to the Social Sciences and can be considered an important component to understand the movement of evangelical-pentecostal expansion, especially of the Assembly of God, in Rondônia and in Brazil. Due to the attitude of proselytism and political action, this denomination managed to multiply its social spaces in Brazilian society. Thus, the research deals with how the religious group, which was previously removed from party politics because it perceived it as something profane, changed its position and started to systematically organize its intervention in party politics.

Keywords: Assembly of God. Religion and political. Rondônia. Sociology of religion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rondônia e sua formação histórica	23
Figura 2 - Catequização e escravização dos índios na fronteira rondoniense ..	27
Figura 3 - Início do povoado de Porto Velho e construção da ferrovia.....	29
Figura 4 - Ilustração das mortes na construção da ferrovia	30
Figura 5 - Trecho da ferrovia ligando Porto Velho a Guajará-Mirim.....	31
Figura 6 - Hospital da Vila Candelária do povoado de Porto Velho	34
Figura 7 - Desativação e sucateamento da EFMM.....	35
Figura 8 - Catedral Católica Sagrado Coração de Jesus.....	36
Figura 9 - Desenvolvimento sociopolítico de Porto Velho.....	38
Figura 10 - Os primeiros prefeitos de Porto Velho	40
Figura 11 - Visita do Presidente Getúlio Vargas ao território federal Guaporé .	45
Figura 12 - Abertura da BR 364 em Rondônia.....	47
Figura 13 - Traçado da BR 364 em toda sua extensão	49
Figura 14 - Migrantes vindos para o território em busca de oportunidades.....	53
Figura 15 - Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio	60
Figura 16 - As três caixas-d'água em Porto Velho.....	68
Figura 17 - Primeiro templo da IEAD	70
Figura 18 - Segundo templo da IEAD.....	71
Figura 19 - Terceiro templo da IEAD.....	72
Figura 20 - Grande Templo da IEAD em Porto Velho	94
Figura 21 - Cemaderon, IEAD e Escola Daniel Berg, em Cacoal	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução populacional de Rondônia	58
Quadro 2 - Vereadores apoiados pela IEAD de Porto Velho	93
Quadro 3 - Políticos apoiados pela IEAD, RO	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - PIB de Porto Velho por setor de atividade.....	43
Tabela 2 - Produto Interno Bruto de alguns estados.....	61

LISTA DE SIGLAS

ADPVH	Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho
AGO	Assembleia Geral Ordinária
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
DEM	Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EFMM	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
FUNPAR	Fundação da Universidade Federal do Paraná
IEAD	Igreja Assembleia de Deus em Rondônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviço
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PDS	Partido Democrático Social
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Progressistas
PRA	Partido Republicano Amazonense
PRC	Partido Republicano Conservador
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
RBN	Rádio Boas Novas
STF	Supremo Tribunal Federal
UBAA	União Beneficente Ação de Amor
UEH	Usina Hidrelétrica da Eletronorte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE E DA POLÍTICA EM RONDÔNIA	19
1.1 URBANIZAÇÃO DE PORTO VELHO.....	24
1.2 DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE PORTO VELHO.....	37
1.3 POVOAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA	43
2 HISTÓRIA DA ASSEMBLEIA DE DEUS E A SUA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PARTIDÁRIA DE RONDÔNIA	63
2.1 CRESCIMENTO DE PORTO VELHO E DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS .	65
2.2 A POLÍTICA PARTIDÁRIA EM RONDÔNIA	76
2.3 A PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA ..	82
3 HEGEMONIA NO ASPECTO RELIGIOSO	114
3.1 HEGEMONIA NO CAMPO RELIGIOSO PARA ATUAÇÃO POLÍTICA DA ASSEMBLEIA DE DEUS EM RONDÔNIA	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

O tema religião e política se tornou importante para as Ciências Sociais no mundo contemporâneo e também para a abordagem do objeto desta pesquisa: a Igreja Assembleia de Deus (IEAD) e a política partidária de Rondônia, sob o enfoque teórico da Sociologia da religião. Pesquisadores na década de 1980, com a consolidação da redemocratização do Brasil, têm demonstrado interesse em pesquisar a interface entre as esferas religião e política, principalmente no Brasil, por ser um fenômeno que apresenta crescente inserção de evangélicos na política partidária (MARIANO, 1999).

Autores como Baptista (2002), Borges Junior (2010), Machado e Burity (2014), Campos (2010), Freston (1993), Lacerda (2017), Lopes (2016), Mariano (2008) apresentam estudos que abordam sobre a relação entre religião e política, especificamente entre igrejas pentecostais e a política no Brasil, essenciais fontes de pesquisas.

O problema da pesquisa envolve a seguinte questão: religião e política se misturam? Para Burity (2008), sempre houve uma mistura entre religião e política, tal relação não é um fato recente, pois, ao longo da história, essa imbricação foi tomando forma em diferentes configurações e perspectivas. O nosso país se tornou um Estado laico como também o da maioria dos países do mundo contemporâneo, que não possuem uma religião oficial, garantindo pela Constituição a liberdade religiosa para todas as pessoas, isso aconteceu em 1891.

Com a abertura para as outras instituições religiosas, além da Igreja Católica, defenderam-se suas causas e doutrinas no espaço público, bem como seus credos e interesses. Exemplo disso é a configuração da bancada evangélica pela política partidária que vem crescendo a cada sufrágio. Os parlamentares que dela fazem parte tornaram-se conhecidos na política brasileira (BURITY, 2008).

Nesse contexto, as denominações cristãs, principalmente as de matriz pentecostal e neopentecostal, emergiram na política partidária brasileira como atores importantes. Trata-se aqui do enfoque da agremiação religiosa Assembleia de Deus e seu papel na política partidária do estado de Rondônia. A Igreja tem se misturado com a política partidária, ganhando espaço social e político.

A Igreja Evangélica Assembleia de Deus surgiu em Rondônia em 1922, e desde então vem mantendo um crescimento acelerado no Estado, devido às suas

atividades missionárias. O crescimento se tornou mais significativo tanto em termos percentuais quanto em termos da visibilidade da agremiação religiosa e de sua presença em diferentes esferas da vida social, da cultura e da política no estado (CAMPOS, 2010). A visibilidade da igreja é um indicador da sua conquista do espaço público e da mídia, onde sempre expõe a sua força enquanto denominação religiosa.

Mariano (2008) escreve que pelo motivo do acelerado crescimento do pentecostalismo no Brasil na década de 80, acelera-se também a visibilidade pública das instituições pentecostais, ganhando espaço na TV e na política partidária. A visão traz que,

Desde os anos 50, o Pentecostalismo cresce muito no Brasil. Mas sua expansão acelera-se acentuadamente a partir da década de 1980, momento em que esse movimento religioso passa a conquistar igualmente crescente visibilidade pública, espaço na tevê e poder político partidário. Segundo os Censos Demográficos do IBGE, havia 3,9 milhões de pentecostais no Brasil em 1980, 8,8 milhões em 1991 e 17,7 milhões em 2000 (MARIANO, 2008, p. 69).

Almeida (2016) escreve que, antes da década de 1980, o envolvimento com sindicatos, associações e política era visto como mundano pelo que os integrantes da IEAD não se misturavam com tais atividades, porque ao se envolverem com a política estariam se corrompendo. O conceito de mundano se refere às atividades que os pentecostais denominavam de mundanas nos lugares de diversão como festas, carnavais, músicas seculares, política, esportes e outras atividades que o mundo secular oferecia. Para Alencar (2015, p. 47),

A noção de conceito de “mundano” presente na primeira onda do pentecostalismo brasileiro estava baseada numa leitura dicotômica da vida, uma espécie de acesso ou fuga do mundo secular. Isso englobava, inclusive, a participação na política partidária, fenômeno que veem mudando nos últimos anos.

Após o período de 1980, as igrejas pentecostais mais antigas, com a possível exceção da Congregação Cristã, começaram a aderir às práticas dos neopentecostais e à teologia da prosperidade, introduzindo em sua estrutura o uso sistemático das mídias, como rádio e televisão. Mudaram sua visão conservadora para a ótica liberal concernente aos usos e costumes, de gestão empresarial e do

engajamento político. Neopentecostais são as igrejas, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, e Sara Nossa Terra da terceira onda pentecostal brasileira que, conforme expõe Paul Freston (1994), nasceram a partir de 1970 e se caracterizam por posturas menos sectárias e ascéticas, uma posição mais liberal com tendências a investir em atividades extra igreja (empresariais, políticas, culturais, assistenciais). Teologia da prosperidade é o aporte doutrinário, por meio do qual os neopentecostais exaltam as benesses da riqueza e do dinheiro, além da manifestação da fé e devoção divina que são claramente substituídas por prósperos empreendimentos (MORAES, 2010).

O entendimento anterior, sobre a separação da igreja em relação a movimentos sociais e atividades políticas, lembra os estudos de Rudolf Otto (2007) e Mircea Eliade (1992), sobre o fenômeno religioso. Eles afirmam que o sagrado e o profano são duas esferas que não se misturam, sendo distintas entre si, pois não fazem parte da mesma dimensão. Lopes (2016) atesta que as atividades missionárias da IEAD eram consideradas sagradas e a participação em movimentos sociais e na política era considerada coisa profana.

Percebe-se que os pentecostais em Rondônia, antes de 1980, praticamente não se imiscuíam com a política partidária, pois não achavam correto misturar a política partidária com o sagrado. Eles entendiam que deveriam separar princípios e valores bíblicos de política partidária, considerada suja, pervertida, corrupta, praticada pelos que buscam apenas seus próprios interesses.

Após 1980, houve a mudança acentuada nessa atitude, pelo que os pentecostais em Rondônia passaram a se interessar de forma sistemática pela política partidária, inclusive com indicação de candidatos de partidos diversos para que fossem apoiados pela Igreja e, uma vez eleitos, tornassem seus representantes no cenário político municipal, estadual e nacional.

Esses dados e constatações embasam o desenvolvimento desta pesquisa, sendo que, desde o início do doutoramento em Ciências da Religião na PUC Goiás, em 2016, os estudos das disciplinas do curso ajudaram a construir o projeto acerca da relação entre religião e política, com o enfoque investigativo voltado para a IEAD de Rondônia.

As questões fundamentais desta pesquisa são as seguintes: por que uma agremiação religiosa como a IEAD de Rondônia, que não se envolvia com a política partidária, modificou a sua forma de perceber a política? Como e porque uma

comunidade religiosa ocupada em fazer missão e proselitismo passou a organizar campanhas eleitorais para eleger candidatos da própria igreja? Que lógica e que interesses explicam essa mudança tão acentuada na orientação dessa agremiação religiosa a respeito da política?

Para responder tais questionamentos, foram utilizados os estudos de Gramsci, sobre o conceito de hegemonia, textos de Bourdieu que tratam da concepção de campo religioso, e a noção de dominação elaborada por Max Weber. A instituição religiosa altera a si própria e sua atuação na sociedade, movendo-se em determinada direção e envolvendo-se diretamente com o meio político-partidário regional e nacional. Desse modo, a hipótese básica para explicar tal mudança da igreja em relação à política é a seguinte: as atividades religiosas da IEAD em Rondônia possibilitaram o seu contato com o campo da política partidária, no qual ela entrou buscando benefícios materiais, financeiros, prestígio e visibilidade pública para se fortalecer no campo religioso em relação às agremiações religiosas concorrentes.

A escolha do tema se justifica por ser a IEAD a maior denominação pentecostal do Brasil e de Rondônia, uma igreja que completou 98 anos de atuação no estado e que é o segmento religioso que melhor representa o pentecostalismo na região. A IEAD tornou-se Igreja importante e influente na sociedade rondoniense, também sendo agente relevante em termos políticos. Além disso, mesmo que outros estudos tenham abordado a relação entre igrejas pentecostais e a política no Brasil, como Baptista (2002), Borges Junior (2010), Machado e Burity (2014), Campos (2010), Freston (1993), Lacerda (2017), Lopes (2016), Mariano (2008), não se encontrou nenhuma pesquisa sobre pentecostalismo e política partidária que focalizasse o caso do estado de Rondônia ou da região amazônica.

A metodologia utilizada no estudo é a pesquisa bibliográfica qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses. Esse tipo de pesquisa Para Mattar (2001), Gil (2002) e Oliveira (1998), é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente, e familiarizar o pesquisador com um assunto ainda pouco conhecido ou explorado, como foi o caso de compreender os motivos que direcionaram a IEAD a inserir-se na política partidária de Rondônia.

A tese está organizada em três partes, expondo o imaginário da instituição religiosa IEAD, a transição histórica de sua atuação no meio rural e urbano que a

leva para o âmbito político. A primeira parte trata da formação histórico-social e política do estado de Rondônia. A segunda aborda a história e o processo político-partidário da IEAD. A terceira compreende a hegemonia no campo religioso pela Igreja como chave explicativa de seu desempenho na política partidária.

A linha de estudo compreende as modificações internas pelas quais passaram a IEAD até tornar-se geradora de partidos e de engajamento político-partidário. Esse processo tanto resulta de alterações realizadas no interior da própria organização como provoca transformações institucionais: nas formas de funcionamento, na captação de novos membros, na mudança radical do papel dos pastores (que agem como candidatos), e na alteração da agenda religiosa das igrejas para a político-partidária.

Assim, a investigação demonstra a relação dialética que se estabelece entre o campo religioso e o político da IEAD, sendo possível compreender as negociações políticas, bem como os ajustes nos enfoques teológicos e nas práticas pastorais, de forma a permitir que a instituição inclua, adapte e integre funcionalmente no cotidiano suas crescentes ambições políticas e de poder.

1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE E DA POLÍTICA EM RONDÔNIA

Este capítulo visa apresentar a formação histórica da sociedade e da política em Rondônia. É importante considerar o movimento de urbanização do povoado de Porto Velho sob a perspectiva social, bem como o desenvolvimento de Rondônia, para se compreender os aspectos da instituição religiosa Assembleia de Deus, da origem até a sua participação no processo político-partidário rondoniense.

Os aspectos que envolvem a Assembleia de Deus na formação histórica da sociedade e da política em Rondônia tornam-se importantes para conhecer a sua formação, institucionalização e visibilidade pública, além das transformações sociais e políticas dos seus pastores, considerados atualmente como articuladores, em todas as esferas do poder político, municipal, estadual e federal (CORREA, 2019).

A formação histórica, social e política de Rondônia está relacionada com a expansão da fronteira para dentro da Amazônia. O sociólogo José de Souza Martins (1996) trouxe a ideia de fronteira, ao tratar da expansão histórica do capitalismo para as áreas rurais e as não ocupadas do interior do Brasil, sobretudo da (re)ocupação da Amazônia. A geógrafa Bertha Koiffmann Becker (1988) desenvolveu o conceito de limite, partindo das frentes de expansão e da fronteira agrícola, a fim de demonstrar os meios e as políticas usadas por estados e governo federal para incorporar a área territorial da Amazônia ao mercado brasileiro e às redes logísticas dos países vizinhos.

Para Costa (1999), essa incorporação da área territorial da Amazônia ao mercado brasileiro e às redes logísticas dos países vizinhos, proporcionariam conexões nacionais e internacionais, além da inserção da região no processo de globalização, permitindo a movimentação de capitais para aumentar os fluxos de bens e serviços econômicos do Brasil.

A discussão sobre a fronteira é um tema apelante na bibliografia brasileira de Ciências Sociais. Apesar das tentativas de alguns antropólogos de relacionar os estudos que o historiador estadunidense Frederick Jackson Turner desenvolveu para esclarecer o deslocamento da fronteira nos Estados Unidos, com a influência na formação da natureza nacional norte-americana, suas ideias não se aplicam ao caso brasileiro (MARTINS, 1996).

Entre 1930 e 1950, geógrafos e antropólogos realizaram pesquisas de campo que se tornaram fundamentais para a fecundação sociológica da fronteira enraizada,

no que há de historicamente representativo e sociologicamente destacado no caso brasileiro. Dentre os pesquisadores, Martins (1996) formulou a fronteira como lugar da alteridade de expressão da contemporaneidade dos tempos históricos e Becker (1988) associou a Amazônia a uma fronteira econômica e tecnoecológica no contexto brasileiro. Com esse pressuposto beckeriano, a ideia de fronteira urbana esclarece a atual dinâmica regional da noção para se compreender a Amazônia na sua diversidade e complexidade socioespacial (TRINDADE JUNIOR, 2013).

Segundo Rabelo (2013, p. 2), a Amazônia foi desbravada e ocupada, por meio de “[...] projetos de desenvolvimento (a partir dos anos 1950) e de colonização (a partir dos anos 1970), e levou pesquisadores a se debruçarem sobre a temática da fronteira”, como o caso de Martins e Becker.

Martins e Becker foram os dois autores escolhidos para trabalhar a questão da fronteira amazônica na tese, pelo fato de tratarem especificamente da fronteira amazônica, da qual Porto Velho e Rondônia fazem parte. Eles permitem, segundo Rabelo (2013, p. 1) “[...] teorizar sobre a construção do conceito de fronteira, demonstrando que o mecanismo que constrói a fronteira e domina uma região enquanto tal é um mecanismo de poder”.

Conforme Hennessy (1978), as sociedades latino-americanas ainda se encontram em um processo de estágio de fronteira, no qual as relações sociais e políticas surgem marcadas por um movimento de expansão demográfica, historicamente pela ocupação de terras consideradas desocupadas ou insuficientemente ocupadas.

Nesse sentido, Posey (1982, p. 89) observa a Amazônia como “[...] última fronteira terrestre que desafia a tecnologia moderna”. Já Martins (1996) assegura que a Amazônia, até a década de 1970, era a grande fronteira brasileira na América Latina, como um lugar da alteridade de expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. Desde o início da sua exploração, a fronteira amazônica foi instrumento de distintos movimentos de interesses: caça e escravização do índio, procura e coleta das ervas conhecidas por drogas do sertão, coleta da seringa e da castanha e outros.

Nesse contexto, após o Golpe de Estado de 1964 que estabeleceu a Ditadura Militar, a Amazônia transformou-se em cenário de invasão territorial massiva e violenta. Processamento que continuou, apesar de ter sido atenuado com a reinstauração do regime político civil e democrático, em 1985. Por isso, para Martins

(1996), a fronteira amazônica brasileira faz parte da história de lutas e conflitos étnicos e sociais.

Para Martins (1996), a fronteira é o lugar dos diferentes grupos. Há o lado onde se concentra um grupo civilizado num cenário de intolerância, ambição e morte. Do outro lado, concentram-se diversos grupos étnicos sendo espaço de lutas e conflitos, em que

A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam "do lado de cá", um cenário de intolerância, ambição e morte. [...] Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão "do outro lado", e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos (MARTINS, 1996, p. 10-11).

Essa é a fronteira não é um lugar dado, mas uma criação em que os resultados ficam gravados nos conflitos e lutas que ali acontecem. Nesse sentido, na fronteira, acontece uma relação de força entre os diferentes (MARTINS, 1996). Para Rabelo (2013, p. 7),

O resultado desse conflito (ou mesmo da denominação da fronteira) é a identificação a alteridade. Ao subjugar, domina. Ao explorar, é explorada. Ao viver, morre. A fronteira possui esse caráter *litúrgico e sacrificial*. A imposição de um novo *modus vivendi* implica no sacrifício de outro.

Nesse conceito de fronteira, afirma-se que a colonização executada pelos militares na Amazônia e conseqüentemente em Porto Velho e Rondônia foi idealizada sobre um vazio demográfico de fronteira, causando impacto sobre os modos de vida das populações nativas, seringueiros e índios, gerando conflitos sociais e étnicos (BECKER, 1988).

Sendo assim, Cláudia Pinheiro Nascimento (2010), entende que a região amazônica se apresenta, com sua história de formação territorial e humana, atrelada a conflitos sociais e interesses, devido a coeficientes agregados a sua variedade natural. Dessa forma, a avaliação do processamento de urbanização da Amazônia esteve voltada às políticas que viabilizaram as invasões nessa região, contexto em que a formação espacial de Rondônia se incluiu dentro do pacote de objetivos e políticas governamentais que visavam à exploração e ao desenvolvimento da Amazônia como um todo.

Para Nascimento (2010), a urbanização de Rondônia, assim como outras regiões da Amazônia ocidental, ocorreu em função de uma visão estratégica do governo federal que necessitava de espaços que proporcionassem subsídios para o desenvolvimento do país. No caso da Amazônia, onde Porto Velho e Rondonia estão incluídos, além de matéria-prima, contava com terras para a saída de complicações fundiárias presentes no Brasil.

Em torno da questão da fronteira amazônica, entende-se a formação histórica, social e política de Rondônia que se desenvolveu como marco para as políticas da Amazônia. Também se percebe a atuação do governo federal acerca dessa região como última grande fronteira, vista como área a ser desbravada e colonizada, a fim de promover expansão urbana, industrial e econômica. Para que isso se tornasse realidade, as políticas de desenvolvimento sustentável foram colocadas como essenciais (BECKER, 1988).

Nesse sentido, afirma-se que, a formação histórica, social e política de Rondônia desenvolveu-se para atender o pacote de metas e políticas do governo federal, que visava à exploração e ao desenvolvimento da região amazônica como um todo. Para Nascimento (2010), a região amazônica seria o único meio imediato para acumulação de capital pela incorporação econômica acelerada da última fronteira brasileira. Nascimento (2010, p. 4) entende que

O processo de ocupação da Amazônia se intensificou segundo Becker (1978), com a formação do moderno aparelho do Estado, associado à sua crescente intervenção na economia e no território com base na predominância da visão externa e privilegiando as relações com o centro de poder.

Nessa perspectiva, a Amazônia considerada como a última fronteira brasileira, onde Porto Velho e Rondônia estão incluídos, tornou-se também local de expansão da fronteira agrícola, para a manutenção do processo de industrialização, pelo fato da necessidade de ligar a Amazônia ao centro do País. Para que isso fosse possível, foi necessária a construção de estrada de ferro e BR pavimentadas. Construções que estimularam a migração para a região (NASCIMENTO, 2010).

Essas construções de estrada de ferro e rodovias promoveram a troca de velhas estruturas que vinculavam a circulação fluvial pelos núcleos urbanos, que iam surgindo ao longo das rodovias incentivados pela colonização oficial ou espontânea que acontecia na Amazônia e conseqüentemente em Porto Velho e Rondônia:

O povoamento regional da Amazônia alterou estruturalmente o antigo padrão secular, fundamentado na circulação fluvial. As rodovias atraíram a população para a terra firme e para as novas áreas, abrindo clareiras na floresta, e sob o influxo da nova circulação a Amazônia se urbanizou e se industrializou, embora com sérios problemas sociais e ambientais (BECKER, 1988, p. 73).

As imagens a seguir ilustram Porto Velho e Rondônia como parte da fronteira Amazônica, em que a ideia de sustentabilidade apareceu como marco que produziu lutas e conflitos localizados para a formação espacial da região. Mostram o início da formação histórica, social e política de Rondônia.

Figura 1 - Rondônia e sua formação histórica



Fonte: Acervo do Google adaptado pelo autor (2019).

Em 1970, o governo federal percebeu a fronteira rondoniense como parte da região amazônica para a expansão do capital. Houve a realização de empreendimentos como a construção da estrada de ferro e da rodovia que incorpora a área territorial de Rondônia ao mercado nacional e internacional (SILVA, 2016).

Nesse sentido, Rondônia apresenta a sua história em relação ao povoado de Porto Velho, sua colonização e seu desenvolvimento urbano. A cidade está ligada à organização política de Rondônia, por meio de medidas do governo federal, com

políticas que se materializaram na construção da BR 364 e na transformação do antigo território federal em estado, entre outros eventos.

Esses eventos de grandes construções e transformações de territórios em Estado, se iniciam a partir da urbanização das cidades. Para Becker (1988) a ideia do Governo Federal para acelerar a economia capitalista era usar os núcleos urbanos como pontos lógicos para uma rápida ocupação, que foi de Rondônia, que se inicia com a urbanização Porto Velho.

1.1 URBANIZAÇÃO DE PORTO VELHO

A organização urbana de Porto Velho teve início com o período denominado, conforme Cláudia Pinheiro Nascimento (2010), por extrativista, no qual aconteceu o processo de formação socioespacial da cidade, entre 1601 e 1700, a partir de um povoado que surgiu aos poucos. Pela junção de diferentes povos que chegaram ao povoado porto-velhense, houve os bandeirantes que se instalaram no local, aproximadamente no ano de 1650, com o objetivo de explorar os minerais, sobretudo, o ouro. Os padres jesuítas, por volta de 1700, implantaram os primeiros núcleos missionários às margens do Rio Madeira. Priorizavam catequizar e pacificar os índios e assegurar a posse das terras pertencentes à Coroa Portuguesa das investidas da Coroa Espanhola, naquela época. Também buscavam plantas conhecidas por drogas do sertão. No mesmo período dos bandeirantes, os caçadores vinham explorar a caça e a escravização de índios. Já os seringueiros, em 1879, procuravam coletar o látex e a castanha. Para Souza (2010, p. 1),

A dinâmica territorial do atual estado de Rondônia envolveu, assim como no Brasil de forma geral, um processo violento e desigual para seu estabelecimento. Uma grande quantidade de etnias foi exterminada e vários outros grupos foram expropriados no antigo território do Guaporé. Isto ocorreu no âmbito da busca de escravos índios e das drogas do sertão, inicialmente, e da borracha e de minérios, posteriormente.

É nesse cenário violento e desigual que aconteceu a urbanização de Porto Velho, onde vários grupos foram expropriados e outros chegaram em busca das drogas do sertão, da borracha, dos minérios e da escravização dos índios, conforme descrito por Souza (2010). As informações apontam que, na urbanização de Porto Velho, inicialmente, os católicos se fizeram presentes com os padres jesuítas.

Souza (2017) e Palitot (2016) informam que a presença dos padres jesuítas na formação socioespacial de Porto Velho prova a existência inicial da religião católica em terras rondonienses. A expulsão dos jesuítas do Brasil só aconteceu em 1759, durante o reinado de Dom José I, que foi orientado por José de Carvalho e Melo - o Marquês de Pombal - nomeado para administrar o reino (BOXER, 2002). Antes desses acontecimentos, Cláudia Pinheiro Nascimento (2010, p. 58) atesta que a ocupação indígena prevaleceu por séculos como única em Rondônia:

Os povos indígenas foram os únicos ocupantes por milhares de anos da região do atual estado de Rondônia, até a chegada dos primeiros europeus no século XVI. Os núcleos de povoamento no período colonial no rio Madeira, tiveram seu início com o estabelecimento das missões religiosas jesuíticas no séc. XVI, que tinham como intuito catequizar e pacificar os indígenas, além do interesse em desenvolver as atividades econômicas, vista a riqueza que a região apresentava como as drogas do sertão, sobretudo, o cacau. A região permaneceu por um longo tempo considerado como um vazio demográfico devido aos ataques dos índios, a insalubridade e as dificuldades de navegação.

Observa-se que, no período extrativista, iniciou-se o processo de formação socioespacial do povoado de Porto Velho. Para Becker (1988), foi época que aconteceu o processo de ocupação que acarretou mudanças estruturais de grande expressividade para a região, ou seja, os conflitos que envolveram o local, além das transformações sofridas por conta da dinâmica espacial e dos problemas advindos do desenvolvimento social.

A geógrafa Berta Becker (1988) desenvolveu o conceito que associa a Amazônia a uma fronteira econômica e tecnológica no contexto do território brasileiro. Também se leva em conta a ideia de fronteira urbana como processo capaz de explicar a dinâmica do desenvolvimento regional amazônico na sua diversidade cultural e complexidade socioespacial (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

Para Trindade Júnior (2013), Becker fala da importância da cidade e do desenvolvimento urbano para a compreensão dos novos conteúdos socioespaciais territoriais do espaço amazônico, chegando a se referir à região amazônica como floresta urbanizada. Para Becker (1988), a urbanização da região amazônica se deu como uma estratégia do governo federal com a finalidade de ocupação e exploração econômica com estratégias geopolíticas nas terras da grande e última fronteira amazônica.

Nesse contexto de Becker (1988), que apresenta a Amazônia como fronteira econômica e tecnológica, urbana e urbanizada, o entendimento é que a região amazônica se tornou fronteira do capital e de controle do Estado na estruturação do território. Acrescenta-se aqui que Porto Velho e Rondônia também foram alvos das políticas do governo federal. Para Becker (1988, p. 11) a fronteira

Não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas [...]. É, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas...

Nesse sentido, Becker entende que a formação socioespacial da Amazônia e a sua territorialidade acontecem por meio das relações políticas em diversas escalas, desde aquelas induzidas pelo Estado e as grandes corporações até os movimentos de organização e resistência sociais. Para Trindade Júnior (2013, p. 98),

O legado de Becker é aqui considerado não apenas no sentido de identificar diversas formas de cidades e de múltiplos tipos de urbanização na Amazônia, mas também por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações definidas por contatos e resistências em face de movimentos de diferentes naturezas que chegam à região.

O desenvolvimento urbano de Porto Velho é definido por contatos e resistências em face de movimentos de diferentes naturezas que chegavam à cidade. Aqui, segundo Nilciana Dinely de Souza (2013), cidade é compreendida como forma espacial de concentração de produção, circulação e consumo de bens e serviços, pois difunde o urbano que se torna centro de decisões políticas.

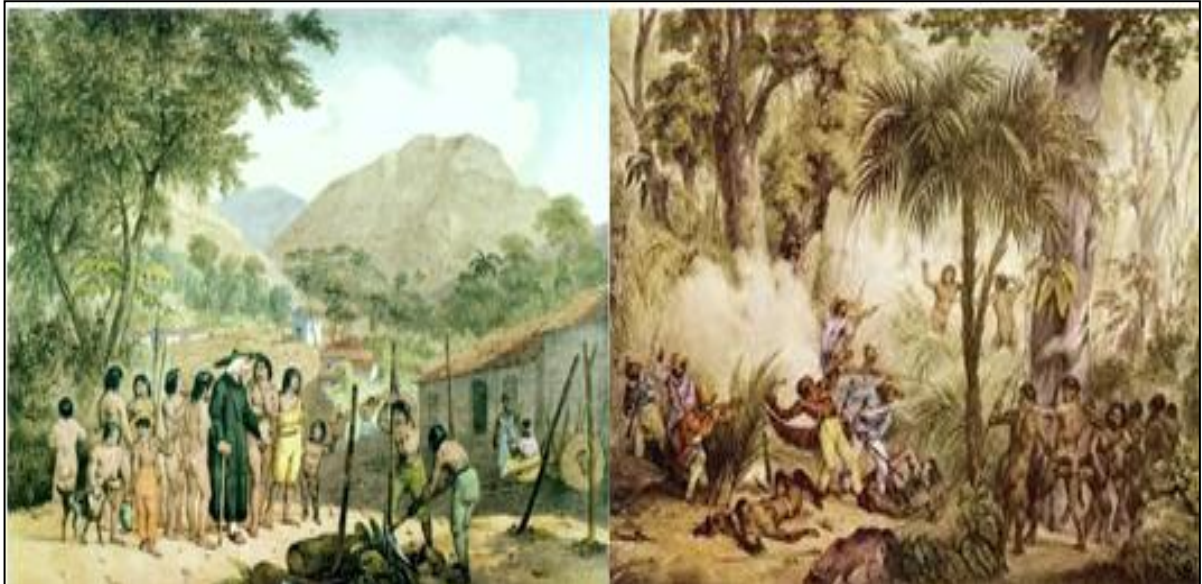
Nesse *lócus*, baseado em Martins (1996) os objetivos dos diferentes movimentos na urbanização de Porto Velho (bandeirantes, jesuítas, caçadores e seringueiros) foram duplos. Primeiro, a exploração da caça, do minério e do extrativismo como meio de sobrevivência. Segundo, a catequização, a pacificação e a escravização indígena.

Entretanto, a ação visava ainda facilitar o contato dos desbravadores com os índios para conhecerem a terra, aprenderem a sobreviver com as ameaças e as

oposições encontradas no território, terem acesso aos caminhos das matas, das serras e dos rios e dominar os segredos da natureza, dos animais e das plantas (MARTINS, 1996). Além disso, seguindo a ideia do autor, usavam os nativos como força auxiliar armada, com seus arcos e flechas, para a conquista definitiva do espaço geográfico.

Desse modo, no contexto amazônico, no qual está inserido Porto Velho como frente de expansão (MARTINS, 1996), ao lado da catequização estabelecida pelos jesuítas, havia confrontos entre os bandeirantes e os índios. O resultado desses confrontos gerava um processo velado de escravização da população indígena na fronteira, em decorrência da urbanização, como se observa nas ilustrações a seguir. A figura 2 mostra como se davam os acontecimentos para a catequização e a escravização dos índios na fronteira rondoniense.

Figura 2 - Catequização e escravização dos índios na fronteira rondoniense



Fonte: Imagens do Google adaptadas pelo autor (2019).

De acordo com Martins (1997), o *lócus* foi assim denominado por ser espaço “sem lei”, pela não presença do Estado. Nele, prevalecia o poder estabelecido pelo mais forte. A expansão do capital repercutia na sua formação, no ato de ganhar dinheiro com as atividades de extrativismo, agropecuária e garimpo, em que a economia capitalista se expandia até não haver limites.

Esse é o caso da área fronteira, na qual o povoado de Porto Velho surgiu como espaço que seria ocupado pela expansão da sociedade capitalista brasileira, desenvolvendo-se, em um campo aberto ao lado do Rio Madeira. Sociedade

capitalista, nos estudos de Becker (2016, p. 4), é regida “[...] pelos princípios do mercado e até mesmo os serviços básicos de saúde, educação, entre outros, se tornam mercadorias”.

Nessa visão da crescente economia capitalista do Brasil, surgiu a ideia da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em julho de 1907, com o objetivo de escoar a borracha e outros produtos da floresta, os quais impulsionavam o crescimento da economia brasileira no comércio nacional internacional. Para Albuquerque (2014, p. 40) a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi o marco, a “espinha dorsal” que moldou a extensão geográfica do estado de Rondônia, resultando na intensificação das relações econômicas em escala global. Nesse sentido, Santos (2008, p. 18) escreve que

Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro dos interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando.

Esse desenvolvimento urbano, social, político e tecnológico proporcionou a nova configuração espacial para Porto Velho e conseqüentemente para Rondônia, pois muitos migrantes foram atraídos para a região, pelo fato da necessidade da mão de obra para a extração da borracha e de outros produtos da floresta. A maioria desses migrantes era advinda do Nordeste brasileiro (NASCIMENTO, 2010).

Na figura 3, observa-se o início do povoado de Porto Velho, construído por desbravadores à margem direita do Rio Madeira, e a locomotiva da Estrada de Ferro em funcionamento.

Figura 3 - Início do povoado de Porto Velho e construção da ferrovia



Fonte: Acervo de imagens do Google – 1907, adaptada pelo autor 2019.

O Rio Madeira é um dos maiores afluentes do Rio Amazonas, inserido na maior bacia hidrográfica do mundo. Nessa época, os rios ainda direcionavam a forma como os homens se movimentavam e viviam. Para o desenvolvimento regional e nacional, pelos registros de Ferreira (1982), a empresa americana Railway Company, comandada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar, foi contratada para a construção da EFMM, na época em que o povoado de Porto Velho já estava fundado.

Essa construção foi conhecida por Ferrovia do Diabo, devido ao número enorme de trabalhadores mortos no período da obra. Para o historiador e analista político Francisco Matias (1998), autor do livro: *Pioneiros*, oficialmente, nos últimos cinco anos da edificação, morreram 1.552 homens vitimados por doenças comuns da região e das importadas - cólera, escorbuto, varíola -, incluindo ataques de índios e acidentes de trabalho. Albuquerque (2014, p. 40) informa sobre essas mortes:

Engenheiros e operários envolvidos na construção da ferrovia enfrentaram consideráveis adversidades técnicas: qualidade do solo, presença de rios caudalosos, ataques indígenas, lendas de animais gigantes que devoravam homens, além das condições sanitárias da região, pouco satisfatórias para a contenção da malária e da febre amarela.

Nessa percepção, para Gorayeb (2015), essas mortes chegaram aproximadamente a 10 mil, denominando a estrada que ligava Porto Velho a Guajará Mirim, construída para escoar a produção de borracha e de outros produtos

da floresta amazônica para o mercado mundial, foi denominada por Ferrovia da Morte ou Ferrovia do Diabo, conforme ilustração na figura 4.

Figura 4 - Ilustração das mortes na construção da ferrovia



Fonte: Ferreira (1982).

Segundo Gorayeb (2015), a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, além de ser conhecida mundialmente por essas tragédias, foi um marco para o progresso da região fronteira e também de suma importância para a história da cidade de Porto Velho e do estado de Rondônia.

Sobre a construção dessa ferrovia, Ferreira (1982) escreve que a empresa contratada era norte-americana, o contrato aconteceu porque, naquela época, não existia nenhuma empresa que pudesse executar a obra no Brasil, sendo que o seu surgimento decorreu da necessidade do momento de escoar matéria-prima pelo País. O autor informa que, a borracha tinha um alto preço no mercado mundial e especialmente o Vale do Guaporé, situado no alto-Madeira ao Mamoré, passou por um processo intenso de produção de látex e precisava levar esse produto para as áreas de processamento e de distribuição.

Desse modo, a linha férrea era um importante fator de escoamento da produção comercial da borracha e de outras mercadorias. Emmerich (2017) confirma essa ideia quando escreve que, a linha férrea foi iniciada também em decorrência do

barbadianos, jamaicanos e outros. Esses eram trabalhadores vistos como não os qualificados da Estrada de Ferro. Todos foram atraídos pela busca de trabalho na linha férrea que se iniciou em agosto de 1907.

Esses trabalhadores viveram em constante estado de tensão, pelo que muitos morriam por conta das endemias tropicais existentes no povoado, tais como: malária, leishmaniose, escorbuto, beribéri, tifo, febre amarela, varíola, sarampo, verminoses diversas, tuberculoses, pneumonias, diarreias e outros males (TEIXEIRA, 2008). Muitas mortes aconteceram durante a edificação por causa dessas moléstias e dos ataques de índios, mas, a mortandade continuou no decorrer da história da colonização e da organização urbana de Porto Velho, sendo mais acometidos por essas doenças os ribeirinhos - *locus* comum de febre amarela, malária e outras.

Bem mais tarde, a IEAD, com o seu trabalho missionário, ofereceria apoio e ajuda a essas pessoas. Com essa ação, conquistavam membros para a sua estrutura institucional, por entender o veio de sua missão. Isso significa que o ato missionário pode ser politizado, essa é uma conversão do religioso em capital político (SILVA, 2017).

Em termos econômicos e políticos, para Martino (2017), quando as denominações religiosas chegam a uma determinada localidade, conduzem elementos novos para o campo religioso, ou seja, a conquista de capital simbólico que, no entendimento de Bourdieu (1986), pode ser transformado em outros tipos de capital, como o capital político, que possibilita a influência dessas denominações de maneira direta ou indireta na tomada de decisões na política. O resultado dessa relação entre o campo religioso e o político é que algumas denominações terão visibilidade pública, como foi o caso da IEAD em Rondônia que, pelo seu trabalho missionário, atraiu um número considerável de fiéis para a sua membresia.

Nessa visão, entende-se que esse capital simbólico ou essa reserva de credibilidade, prestígio ou honra, vai identificar os religiosos no espaço social levando-os ao campo político para executar vários projetos da instituição visando ao seu fortalecimento no campo religioso. No caso da IEAD que inciou os trabalhos missionários na cidade de Porto Velho, por meio do operário José Marcelino e do missionário Paul Aenis, os outros líderes que deram continuidade a esse trabalho, colheram o que foi semeado religiosamente pelos primeiros missionários, sendo fruto político o ato de trazer os fiéis para votar nos candidatos indicados pela Igreja.

Apesar de a IEAD chegar bem depois da construção da Estrada de Ferro, para realizar a sua missão evangelizadora nessa fronteira em ascensão, aproveitou o cenário de expansão fronteiriça, oferecendo apoio e ajuda para as pessoas que se fixavam no povoado de Porto Velho, arregimentando-as para a sua estrutura institucional. A ação fortaleceu a sua futura participação na política partidária em Rondônia.

Para Martins (1996), a fronteira amazônica que Rondônia faz parte foi construída por meio da história de deslocamentos e de destruição, sendo também percebida como de resistência, revolta, protesto e sonho de muitos que para lá se direcionaram em busca de trabalho e de uma vida melhor.

Foi nesse contexto da busca de trabalho e de uma vida melhor que os migrantes vieram compor o povoado de Porto Velho. Conforme chegavam, núcleos habitacionais surgiam ao lado da linha ferroviária. Com o povoado formado e com a crescente migração, foi construído um hospital na Vila da Candelária, que ficava a cerca de duas milhas da ferrovia, para prestar atendimento ao povoado de Porto Velho que enfrentavam situações de doenças.

Essas informações são dadas por Palitot (2016) que escreveu sobre a unidade de saúde chamada Hospital da Vila Candelária, criada para atender os trabalhadores no período da construção da EFMM, local que ficava próximo ao Centro do povoado de Porto Velho.

Segundo Palitot (2016), o prédio era composto por uma sala de cirurgia, seis grandes enfermarias, que acomodavam 250 leitos. Teve seu funcionamento entre 1º de janeiro de 1908 a 31 de dezembro de 1911. Durante esse período, atendeu aproximadamente 30.430 pacientes.

Aleks Palitot (2016) escreve que o propósito da construção da EFMM primeiro foi para escoar a produção de borracha e outros produtos da floresta. Segundo, trazer quinino para combater a malária que matava trabalhadores, índios e ribeirinhos nos vales dos rios Guaporé, Madeira, Beni e Mamoré e do povoado de Porto Velho.

Para o historiador, nesse contexto, foi construído o Hospital da Vila Candelária, para minimizar o impacto que as doenças do mundo amazônico provocavam constantemente na vida das pessoas da região rondoniense. A figura 6 mostra a estrutura do Hospital da Vila Candelária para atender os trabalhadores e as pessoas da região.

Figura 6 - Hospital da Vila Candelária do povoado de Porto Velho



Fonte: Google (2019).

Conforme Tomlinson (2014), em sua cercania, formou-se o povoado que se tornou um vilarejo em 1913, ao leste do Rio Madeira. Era um local muito movimentado pelas pessoas visitando lojas, oficinas, escritórios e outros. A movimentação se dava por meio da locomotiva, na linha de ferro que ia sendo construída.

Palitot (2016) relata que esse vilarejo se transformou em cidade, que nasceu e cresceu nas cercanias das instalações ferroviárias da EFMM. Os moradores se instalaram para trabalhar na exploração da borracha, na construção da ferrovia e, posteriormente, na exploração da cassiterita e do ouro. Muitos foram se fixando na cidade e montando comércios, de modo que, na conclusão da obra EFMM em 1912, a população já estava em torno de mil pessoas.

Teixeira e Fonseca (2001) esclarecem que a EFMM proporcionou a ligação entre Porto Velho e Guajará-Mirim, em Rondônia, com uma extensão de 366 km, sendo desenvolvida para atender a necessidade de transporte de cargas da região, especialmente a borracha. A ferrovia acabou sendo desativada em julho de 1972, perdendo parte de sua estrutura até a década de 1980. Em 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) declarou-a como patrimônio histórico brasileiro.

A figura 7 mostra a desativação e o sucateamento da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, cuja construção foi iniciada em 1907 e concluída em 1912, com mais de 100 anos de história, sendo empreendimento resultado do Tratado de

Petrópolis - importante acordo diplomático entre o Brasil e a Bolívia. A mesma foi construída por aproximadamente 20 mil operários que vieram de diversas nacionalidades (VIANA, 2019).

Figura 7 - Desativação e sucateamento da EFMM



Fonte: Google (2019).

A desativação da EFMM se deu em 1972, encontrando-se a ferrovia em situação de sucateamento em 1980. Com a colonização de Porto Velho iniciada no período de 1601 a 1700, foi uma obra que proporcionou evolução social. Com a urbanização, os arredores da ferrovia chegaram à categoria de vilarejo em 1913, resultando com o passar dos anos em cidade. Passou a ser considerada como centro da vida política ou sede do poder político de Rondônia.

Para Cláudia Pinheiro Nascimento (2010), isso aconteceu porque o processo de colonização e a urbanização do território se tornaram bases para as transformações na sociedade. Houve mudanças sociais em que a Igreja Católica iniciou seu movimento político-partidário em Porto Velho pelo padre Dr. Raimundo Oliveira do Partido Republicano Conservador (PRC). Oliveira (2011, p. 36) explica que essa instituição mantinha a hegemonia no campo religioso brasileiro:

Uma das principais marcas identitárias do Brasil é o catolicismo. Até fins do século XIX, a Igreja Católica era a única instituição religiosa reconhecida oficialmente. Por isso, gozava de proteção do Estado para realizar sua expansão e ao mesmo tempo era atuante na legitimação da colonização portuguesa.

Percebe-se que a Igreja Católica sempre teve influência religiosa e política no Brasil, gozando de proteção do Estado para realizar sua expansão institucional. Tal influência atesta no fato de muitas cidades brasileiras terem sido construídas nos arredores de uma Igreja Católica. Porto Velho foi uma dessas cidades que, pelo parlamentar padre Raimundo, prefeito da cidade, com sua ação na política partidária, os católicos adquiriram uma área no centro da cidade para a construção da Igreja.

A figura 8 mostra a construção da Catedral Católica (Sagrado Coração de Jesus) que foi fruto da ação parlamentar do padre Raimundo, enquanto estava na gestão do município de Porto Velho. Com sua ação, a Igreja Católica obteve uma área no centro da cidade para a edificação, cuja pedra fundamental, de acordo com Palitot (2016), foi lançada no dia 3 de maio de 1917.

Figura 8 - Catedral Católica Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Palitot (2016).

A ação católica abriu caminho para que as outras instituições religiosas entrassem na política partidária de Rondônia em busca de benefícios para se fortalecerem no campo religioso. Bandini (2003, p. 80) confirma que, quando escreve sobre o *ethos* político da Igreja do Evangelho Quadrangular, enfatizando que “[...] a Igreja pretende fortalecer-se em todos os segmentos da sociedade e se preparar para cumprir a sua missão de resgatar almas para Jesus e implantar o Reino de Deus”.

Para essa autora, na política partidária em época de eleições, é o momento de os políticos reconhecerem os fiéis e os honrados das agremiações religiosas, mas também de fortalecer as instituições pentecostais pela possibilidade de criação de alianças. Nesse sentido, as disputas eleitorais envolvem estratégias de instituições pentecostais que procuram benesses no campo político para se fortalecerem no campo religioso (BANDINI, 2003).

Nessa perspectiva a IEAD foi se organizando para se inserir na colonização e na organização política de Porto Velho, construindo o seu *ethos* político e social, a fim de se fortalecer no campo religioso.

1.2 DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE PORTO VELHO

Como foi visto, o desenvolvimento de Porto Velho está ligado à sua organização territorial e política. O crescimento social e político do município, para Abnael Machado Lima (2012), deu-se a partir do ciclo da borracha, que propiciou a prosperidade econômica para o povoado, surgido ao lado do canteiro de obras da EFMM. Segundo Viana (2019), esse avanço transformou Porto Velho em um centro político administrativo.

Para Bandini (2003), no desenvolvimento social e político de uma cidade, ricos, pobres, católicos e evangélicos aproveitam a oportunidade para obterem bens e recursos financeiros, pois esses equivalem a prestígio e poder na sociedade. Nesse sentido, as instituições religiosas, começando pela Igreja Católica e depois as outras, como a Assembleia de Deus foco deste estudo, estabelecem-se na cidade por seu desenvolvimento urbano, acompanhando-a até a sua organização social. Inserem-se na política partidária que proporciona influência no poder público e consequentemente no conjunto da sociedade (BORGES, 2007).

A figura 9 mostra a relação do homem com a natureza, cujo resultado, ao longo do tempo, revela as estratégias de ocupação e conquista até chegar ao desenvolvimento sociopolítico da cidade, como Porto Velho, configurando o urbano como moderno e segregado (COSTA SILVA, 2016). Para Rivera (2010), a cidade é o resultado do avanço do capitalismo industrializado e da modernidade em geral.

Figura 9 - Desenvolvimento sócio político de Porto Velho



Fonte: Costa Silva (2016).

De acordo com registros de Palitot (2016), como centro político administrativo, Porto Velho passou a década de 1910 por um processo de crescimento com a implantação de diversos serviços para a sociedade. Em junho de 1910, houve a instalação da Agência Postal; em agosto de 1913, a Coletoria de Rendas e a criação do Judiciário da cidade¹, por meio da Lei 741, de 30 de outubro, sancionada por Jonathas de Freitas Pedroza, que atuava como governador do Amazonas.

Machado (2006) informa que, em decorrência da prosperidade e do crescimento, Porto Velho se tornou município em 1914, por meio do Decreto-Lei 757, de autoria do deputado estadual Pedro de Alcântara Bacellar, do Partido Republicano Amazonense (PRA). O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa do estado do Amazonas e sancionado pelo governador. Ainda que o município de Porto Velho foi considerado solenemente implantado de forma política e legal em janeiro de 1915, tornando-se autônomo, o governador do Amazonas nomeou como superintendente equivalente a prefeito o major do Exército Fernando Guapindaia de Souza Brejense.

Palitot (2016) registra que, junto com a nomeação do prefeito, também foram nomeados os primeiros vereadores, sendo esses os que compunham o Conselho Municipal, figurando a Câmara Municipal. Segundo o autor, o povoado elevado a

¹ A estrutura administrativa do Judiciário foi composta por um juiz de justiça municipal, três suplentes, um adjunto de promotor público, um escrivão e um tabelião (PALITOT, 2016).

município apresentava uma peculiaridade por ser dividido em dois domínios, sendo um norte-americano e outro brasileiro.

O setor norte-americano era administrado pela empresa Madeira-Mamoré Railway Company Ltda. Seguia do lado oeste do Rio Madeira até a Avenida Divisória, que é a atual Avenida Presidente Dutra.

O setor brasileiro, que partia dessa avenida até o lado Leste, estava sob a administração da Superintendência Municipal. A empresa americana construiu uma divisória acompanhada por guardas para que o espaço brasileiro não tivesse acesso ao outro âmbito, nem a moradores e instalações, condição que ocorreu até julho de 1931.

Para Palitot (2016), essa duplicidade de gerenciamento motivava constantes conflitos entre os administradores americanos e brasileiros, pois o prefeito Guapindaia coibia a ingerência indevida da parte americana em matéria privativa do município, como cobrar impostos, expedir títulos de propriedades e licença para construção, exercendo a prática de poderes públicos privativos da União, dos estados e dos municípios. Até então, os gestores americanos se achavam senhores de mando absoluto, não reconhecendo as autoridades brasileiras.

De acordo com registros de Abnael Machado Lima (2012), havia o imposto referente ao desembarque de embarcações do porto da cidade que era cobrado pela Companhia da Estrada de Ferro. Ao longo da gestão do prefeito nomeado, foram criados decretos que regularam o código de postura do município, bem como proibiam a cobrança de impostos feitos pela Companhia. Surgiram os conflitos entre as partes, ou seja, o superintendente municipal e o administrador da ferrovia.

A administração do primeiro superintendente foi marcada por tumultos, mas, mesmo assim, alcançou resultados em propiciar ao núcleo urbano do município a infraestrutura composta por escolas e mercado, bem como a instalação de delegacia de polícia, cadeia prisional, espaço para cemitério e várias outras áreas sociais. Abnael Machado Lima (2012) identifica que, em âmbito político e administrativo, em 1915, houve a instalação do Diretório Municipal do Partido Republicano Conservador que se apresentou como primeira agremiação política de Porto Velho.

Seguindo o enfoque político, Palitot (2016) expõe que o município vivenciou a primeira eleição com consulta pública, por meio do voto da população local, em 1916. Foi presidida pelo então superintendente, sendo eleitos cargos para superintendente e intendentess ou prefeito e vereadores, bem como os suplentes de

intendentes. A foto a seguir mostra as primeiras autoridades municipais em frente à superintendência: a Prefeitura da época.

Figura 10 - Os primeiros prefeitos de Porto Velho



Fonte: Abnael Machado Lima (2012).

A figura 10 ilustra parte da história da Prefeitura de Porto Velho que, conforme Palitot (2016) teve o superintendente nomeado pelo governador para administrar a cidade. Tentou a reeleição, mas como não agradava a Companhia, mesmo sendo apoiado pelo então gestor Joaquim Tanajura, acabou derrotado pelo padre Raimundo Oliveira.

Conforme Martins (1996), com a ideia de marginalização das pessoas, chamadas outros na região a ser explorada, o povoado de Porto Velho era uma das regiões significativas, mesmo vista como marginalizada na Amazônia. Com a reformulação urbana e espacial, surgiu como fronteira, que seria uma fronteira de frente de expansão. De acordo com Becker (1988), a cidade de Porto Velho foi direcionada pelas políticas econômicas, que se destinavam para a Amazônia, sendo essa fronteira inserida como espaço de expansão do capital nacional.

Apesar de Porto Velho ser uma cidade que se insere como uma fronteira de expansão do capital nacional, também convive com problemas socioeconômicos, que levam os habitantes, muitas vezes, a revoltas e protestos variados. Como expõe Martins (1997, p. 147), a expansão da fronteira é símbolo de “[...] uma história de

resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança, afinal, a fronteira é, costumeiramente, o lugar dos sonhos de quem nessa ainda não está e, muitas vezes, de pesadelos para quem ali se encontra”.

A visão de desenvolvimento urbano, social e político da cidade de Porto Velho trata da tentativa de resolver problemas da região, conforme o projeto da Fundação da Universidade Federal do Paraná (Funpar), que é uma entidade atuante de apoio à Universidade Federal do Paraná (UFPR), a organização privada promove consultorias para empresas, instituições públicas e do terceiro setor, deu-se a contratação dessa fundação para desenvolver estudos socioeconômicos, que compõem o diagnóstico essencial para aceleração do território de Porto Velho, decorrente do Contrato de Prestação de Serviços nº. 12/2017 celebrado entre a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho (ADPVH) e a Funpar.

Os estudos socioeconômicos realizados pela Funpar apontaram o potencial para o desenvolvimento socioeconômico do município de Porto Velho, em Rondônia. O diagnóstico socioeconômico vai orientar as políticas e ações a serem adotadas pela prefeitura de Porto Velho, para gerar emprego e renda, além de facilitar a atração de novos investimentos que colaborarão para o desenvolvimento do município (PROJETO FUNPAR, 2017).

No contexto do desenvolvimento socioeconômico, Porto Velho passou por cinco ciclos exploratórios que serviram de impulso sazonal para a economia, sem proporcionar uma identidade nem contemplar o território com um legado, pois os ciclos econômicos proporcionaram para a região momentos de crises que foram agravados pelo próprio perfil dos migrantes, em que a maioria era aventureiro, trabalhador braçal e refugiado da seca e da fome que no final de suas atividades econômicas ou voltavam para suas regiões ou permaneciam no local sem perspectivas, nas discussões de Ribeiro e autores (2010).

Segundo o professor de História de Rondônia, Sérgio Henrique², os períodos que formam os fluxos migratórios na região e os aspectos econômicos vinculados a esses diferentes ciclos exploratórios de produtos da região foram cinco (HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA, 2015, p. 3):

O primeiro período corresponde ao período colonial, no século XVI, com a vinda de navegantes, droguistas (coletadores de vegetais na planície amazônica),

² História e Geografia de Rondônia (2015) p/ CGE-RO - (Livro eletrônico) Estratégia Concursos. Disponível em: <www.estrategiaconcursos.com.br>. Acesso em: 21 abr. 2020.

bandeirantes e aventureiros que buscavam explorar as múltiplas riquezas da região. O segundo período ocorreu com a colonização do Vale do Guaporé; surgiu o povoado de Porto Velho nas margens do Rio Madeira. O terceiro período ocorreu com o I ciclo da borracha; aconteceu a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; o povoado de Porto Velho ganhou o *status* de cidade. O quarto período aconteceu em decorrência da II Guerra Mundial, gerando o II ciclo da borracha;; foi criado o Território Federal do Guaporé. O quinto período, na perspectiva de uma história mais recente, está associado à abertura da BR 029, atual BR 364, quando ocorreu um surto de ocupação, conhecido por colonização recente de Rondônia; criou-se o Território Federal de Rondônia que, depois, transformou-se em estado de Rondônia, cuja capital é Porto Velho.

Para o professor Sérgio Henrique, o sexto ciclo é assim considerado, a partir da construção das obras das Usinas Hidrelétricas da Eletronorte (UHE), Santo Antônio e Jirau, em que as mesmas estão relacionadas à produção de energia, que atraiu muitos trabalhadores para as suas construções em Rondônia. Essas usinas deixaram muitos ônus sociais para a cidade (subempregados e desempregados), além do impacto ambiental.

Diante desses ciclos exploratórios e econômicos que Porto Velho passou fizeram parte do desenvolvimento regional de Rondônia. Segundo dados da Funpar (2017), em Porto Velho e no estado de Rondônia, predomina o sétimo ciclo, que é o atual agronegócio, que envolve a produção de soja, milho, a cafeicultura, pimenta, arroz, suínos, aves, pecuária, piscicultura, além de outros produtos, tais como: cacau, urucum e leite, impulsionadores da economia do estado no cenário nacional.

Esses ciclos exploratórios foram fatores geradores da economia e do crescimento populacional, pois, em 2019, a população de Porto Velho era de aproximadamente 529.544 habitantes, sendo reconhecido como o núcleo urbano mais populoso de Rondônia e da Região Norte, perdendo apenas para Manaus, Belém e Ananindeua (RONDONOTÍCIAS, 2019).

Porto Velho faz parte da Amazônia preservada pelo fato de ser um patrimônio não só do Brasil, mas do planeta, sendo vista pela importância da sua biodiversidade e disponibilidade de terras. A partir do diagnóstico do projeto Funpar (2017), a base atual de Porto Velho é extremamente de agregação de valor.

Tabela 1 - PIB de Porto Velho por setor de atividade

ATIVIDADES	PIB	%	CRESCIMENTO (2013-2014)
-------------------	------------	----------	--------------------------------

Adm. Pública	2.502.052,98	19,84	1,48%
Agropecuária	358.785,24	2,85	22,27%
Imposto	1.630.698,49	12,93	-4,74%
Industrial	2.851.520,53	22,61	-5,69%
Serviços	5.266.860,71	41,77	5,07%
Total	12.609.917,95	100,00	0,82%

Fonte: IBGE (2014).

De acordo com Martins (1996), com a ideia de desenvolvimento da frente de expansão e da frente pioneira, afirma-se que Porto Velho é fronteira de frente de expansão que atraiu a IEAD, que se instalou iniciando suas atividades proselitistas em 1919.

Neste trabalho, aponta-se que a IEAD, pela difusão de suas atividades religiosas em terras rondonienses, ganhou adeptos e visibilidade pública, proporcionando sua entrada na política partidária em busca de benefícios, para se fortalecer, pensando na hegemonia no campo religioso (SILVA, 2011). A IEAD entrou na política partidária, a partir da sua organização no estado rondoniense pelo operário José Marcelino, natural de Belém do Pará, atraído para Rondônia em decorrência da necessidade de mão de obra e de povoamento na região de fronteira de frente de expansão (MARTINS, 1996).

1.3 POVOAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

A urbanização local gerou o povoamento de Rondônia de forma que a organização do espaço e da política que se iniciou em Porto Velho se estendeu por toda a região rondoniense em função dos processos que se desdobram por meio da integração da Amazônia na Ditadura Militar. Esses processos induziram surgimentos de núcleos que se tornaram centros de comando político, administrativo e econômico, responsáveis pelo aumento da atual modernização no Brasil, de modo a revolucionar o antigo modo extrativista dominante, conforme aponta Cláudia Pinheiro Nascimento (2010).

Essa modernização brasileira propiciou a expansão das religiões, principalmente das de matriz pentecostal, seguindo os aspectos históricos da urbanização e da modernização de Rondônia. A IEAD surgiu no cenário rondoniense no ano de 1919, crescendo paralelamente ao desenvolvimento da cidade, formando seu *ethos* religioso e político na cidade de Porto Velho (SOUZA, 2009).

Nos aspectos históricos da urbanização e da modernização de Rondônia, em 13 de setembro de 1943, por meio do Decreto-Lei 5.812, o território federal do Guaporé foi criado pelo Presidente Getulio Vargas, sendo Porto Velho a capital. Esse espaço compôs-se pelos estados do Amazonas e do Mato Grosso com uma área que, posteriormente, teve a sua organização urbana e política transformada no território federal de Rondônia, havendo crescimento econômico para o País, com reflexos diretos na Amazônia (GORAYEB, 2015).

A criação do território federal do Guaporé teve como objetivo desenvolver a fronteira, que se deslocou para longe em busca do processo de expansão do capital. Para Cardin (2018), isso acontece em grande medida em regiões pouco exploradas pelos capitalistas, visando à expansão do capital nos limites territoriais do País. Nesse sentido, as políticas brasileiras se direcionavam para a grande fronteira amazônica para atender os anseios da economia capitalista brasileira:

É a expansão da fronteira agrícola e do mercado consumidor, da pulverização dos parques industriais para as regiões possuidoras de baixos índices de normatização ambiental e trabalhista e dos processos agressivos de extração de recursos naturais e de mais-valia absoluta que marcam o surgimento das fronteiras e possibilitam a acumulação de capital de maneira descontrolada (CARDIN, 2018, p. 309).

Seguindo a ideia de Martins (1996), Rondônia como uma fronteira em expansão se expandia de forma muito rápida para atender os anseios da economia capitalista brasileira. Nesse processo, segue o registro do momento em que o Presidente Getúlio Vargas esteve no território federal do Guaporé para a inauguração de obras, conforme a figura 11.

Figura 11 - Visita do Presidente Getúlio Vargas ao território federal Guaporé



Fonte: Gorayeb (2015).

A visita do Presidente Getúlio Vargas se deu para inaugurar obras no local. O período de 1940 decorreu de uma política de expansão, que fazia parte dos planos do governo para incentivar a ocupação de terras da Amazônia e o desenvolvimento do comércio e da política nacionalista que visava ao capital, conforme explica Silva (2000).

Em 1956, 13 anos após a criação do território federal do Guaporé, um projeto de lei de autoria de Áureo de Melo, deputado federal eleito pelo Amazonas, propôs que se alterasse o nome da região para território federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido Rondon, que chefiou a implantação de linhas telegráficas que cortavam a floresta, ligando mais de oito mil quilômetros entre Cuiabá e Porto Velho (RONDÔNIA, 2011).

A fronteira rondoniense se expandiu, deslocando-se em busca de suporte para o desenvolvimento da área econômica (BECKER, 1988). Na história, nota-se que a fronteira de expansão do Brasil envolveu lutas étnicas e sociais, incluindo os índios, especialmente, porque fizeram parte do processo de colonização da Amazônia, o que engloba diretamente o território federal de Rondônia, como destaca Martins (1996).

Os primeiros ocupantes das terras rondonienses foram os índios que viviam da caça, pesca e coleta de frutas. Quando os migrantes chegaram ao local, na

década de 1970, se depararam com vários grupos indígenas. Esses se organizavam em pequenos bandos, compostos por famílias com grande mobilidade espacial no território (PALITOT, 2016).

Para Silva (2000), entre os indígenas nas terras rondonienses se destacavam os Suruí, Zoró, Gavião, Arara, Cinta Larga, Karitiana, Karipuna, Pacaás-Novos, Tupari-Makurap-Jabuti, Kaxarari e Uru-Eu-Wau-Wau. Esses grupos ocupavam uma área de 4.524.142, equivalente a 18,62% de Rondônia. Além dos primeiros ocupantes, o povoamento do território federal passou a ser de trabalhadores pobres e aventureiros das Américas em busca da promessa denominada por Eldorado.

Nessa visão, Faoro (2001) faz uma releitura da história do Brasil, seguindo a perspectiva política e econômica, para demonstrar que a colonização da América decorreu com a propaganda de que havia riquezas e maravilhas nesse novo local. As terras eram anunciadas como paraíso, para promover a ocupação dos territórios. Era o desenvolvimento de Rondônia acontecendo do mesmo modo como se deu nas Américas, pela propaganda do Eldorado.

Para o autor, motivados por essa propaganda as pessoas eram atraídas para realizar o sonho de encontrar o paraíso prometido. Da mesma forma acontece nas terras rondonienses, Rondônia seria o novo Eldorado, com políticas do governo federal que se materializavam para a ocupação das terras.

De acordo com Palitot (2015), entre essas políticas de desenvolvimento, surgiram dois projetos: primeiro, a construção da BR 364, ao longo do ano de 1960; segundo, a transformação do antigo território federal em estado, que ocorreu em 1982.

I) A construção da BR 364

A BR 364 foi projetada na gestão do governador Aluizio Pinheiro Ferreira, no ano de 1943. Inicialmente, a rodovia foi chamada BR 029, tendo sua abertura oficial em 1960. Pela necessidade de um tráfego rápido por via rodoviária, nas extensões de Mato Grosso, Rondônia e Acre, a obra abriu o Oeste brasileiro. O antigo trajeto da Comissão Rondon serviu de guia para a construção da rodovia (GOMES, 2013).

A figura 12 mostra que, para abrir a BR 029, depois 364 em Rondônia, que dá acesso aos estados de Cuiabá, Rondônia, Acre e Amazonas, o presidente Juscelino

Kubitscheck de Oliveira seguiu o traço das linhas telegráficas abertas por Rondon e sua comissão.

Figura 12 - Abertura da BR 364 em Rondônia



Fonte: Google (2019).

A abertura da BR 029, depois denominada por BR-364, surgiu a partir do caminho de Rondon. Houve a articulação das comunicações de Mato Grosso e da região amazônica com todo o Brasil, amparada pelo telégrafo a fio (SIQUEIRA, 2016). O autor informa que esse trajeto de Rondon tinha como objetivo a ligação telegráfica de Mato Grosso ao extremo oeste amazônico e serviu de norteamento para a construção da BR 364, porém desencadeou prejuízos irreparáveis para os indígenas.

Com a execução da linha de telégrafo, Rondon trouxe os brancos, favorecendo-os com as terras, mas causando destruição no mundo dos índios. Os brancos chegaram com suas leis, seu capitalismo, seus produtos - cachaça, cigarro, prostituição -, suas doenças venéreas, que degeneraram as tribos locais. Desse modo, o avanço capitalista significou problemas para o conagraçamento indígena, que já estava em Rondônia muito tempo antes desses eventos se iniciarem, porém para os governantes, Rondon foi o portador do progresso, pela construção da linha de telégrafo.

Rondon, muitas vezes, é visto como um homem bom, desbravador e civilizador na literatura histórica. Entretanto, este estudo se interessa pelo papel que

agentes históricos desempenharam de fato. Portanto, a questão não é supor que Rondon era ou não malvado, mas saber como foi a sua atuação e que consequências ou resultados esse processo histórico trouxe para todos os envolvidos nele, não apenas para os brancos e vencedores, mas também para indígenas, ribeirinhos, imigrantes e outras categorias.

Rondon abriu caminho na fronteira amazônica para estender a linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho, em 1907. Serviu para guiar o projeto de construção da BR 364. Contribuiu para o processo civilizatório de Rondônia, do ponto de vista da expansão da sociedade branca capitalista, mas causou a perda das terras e da liberdade indígena, havendo o entendimento de que houve uma política apressada dos governos militares:

Frentes econômicas de expansão de agropecuárias e da indústria – favorecido pelos subsídios oferecidos pelo governo, à manutenção da renda indígena, projetos de infraestrutura estatal, e o indigenismo autoritário, foram condições para uma ofensiva sobre as terras indígenas, estimulando um processo de violência contra esses povos. A violência ocorria principalmente pela invasão de terras, deslocamentos forçados, assassinatos, torturas, prisões arbitrárias e expansão de epidemias que vitimaram inúmeros povos indígenas (ARAÚJO, 2018, p. 215).

Até 1950, Rondônia tinha cerca de 36.935 habitantes (IBGE, 2000). Esse número saltou para 69.792, na década de 1960. Conforme o IBGE (2010), a população chegou a 1.562.409 habitantes, considerando um grande fluxo migratório. As migrações convergiam para o território, movidas pela construção da BR 364. Para Becker (1988) a colonização, ao longo da BR-364, atraiu um grande fluxo migratório que fez com que Rondônia tivesse um desenvolvimento extraordinário em termos populacionais.

A figura 13 identifica o trajeto da BR 364 que é uma rodovia diagonal brasileira, com início em Limeira, SP, e finaliza em Rodrigues Alves no estado do Acre.

Figura 13 - Traçado da BR 364 em toda sua extensão



Fonte: Google (2019).

A Rodovia BR 364 tem uma extensão de 4.099 km, iniciando no interior de São Paulo, em Limeira, estendendo-se ao longo dos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, atravessando Rondônia e Acre, até o município de Rodrigues Alves, que fica no extremo Oeste, na fronteira do Acre com o Peru.

Como é possível verificar pelos estudos de Otto (2002), a BR 364 foi o trajeto que propiciou o desenvolvimento regional de Rondônia, uma vez que os imigrantes tinham acesso ao território e realizavam a exploração e ocupação do espaço.

Essa perspectiva de desenvolvimento fez com que houvesse uma expansão de fronteiras. A política pública para a BR 364 serviu os interesses do governo para que a fronteira amazônica, especialmente a que insere Rondônia, fosse deslocada para longe, permitindo que se alcançasse a expansão do capital (MARTINS, 1996).

Nessa movimentação da sociedade brasileira branca capitalista em direção à fronteira, a IEAD se expandiu no território federal de Rondônia. Essa estava inserida na forma de governo regida pela Ditadura Militar na década de 1970. As práticas políticas da região guardavam vestígios do clientelismo e do coronelismo. A IEAD é herdeira das características desse modelo político, no qual encontrou acolhimento na época, conforme aponta Marta Valéria Lima (2012).

O povoamento de Rondônia, como o do Acre, realizado pelos governos militares, estava baseado na concepção geopolítica da Doutrina de Segurança Nacional, expressada na frase do então ministro dos transportes, Mário Andreazza:

integrar para não entregar (LIMA, 2012). Os militares queriam integrar o território à economia nacional, ao restante do País e ao sistema de segurança nacional, para impedir que as distantes zonas de fronteira pudessem abrigar movimentos “terroristas” internacionais.

Essa frase do ministro demonstrava o medo dos militares, por estarem vivendo no período de Guerra Fria. Eles temiam que os comunistas começassem uma guerrilha em um espaço de selva brasileira, lugar remoto como o caso da grande fronteira amazônica. Como ocorreu a guerrilha do Araguaia, planejada por integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com o objetivo de estimular uma revolução socialista, a ser iniciada em campo, apoiado pelas experiências vitoriosas da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa (ANGELO, 2020). Por conta disso a Ditadura Militar, receava que acontecesse outra guerrilha no Brasil. Guerrilheiros poderiam se infiltrar nas matas da Amazônia, fortalecendo-se até tomar o poder central.

Por conta desse receio, o foco se direcionou a integrar a Amazônia ao Brasil, sendo construídas primeiro a EFMM e segundo a BR 364. A primeira foi construída com o objetivo fundamental para o escoamento da borracha e de outros produtos da floresta e a segunda para o escoamento da produção das regiões Norte e Centro-Oeste do País. Ambas tinham a alternativa de obtenção de lucros e integração das regiões interioranas à economia do centro do País, sendo que a construção da BR 364 foi iniciada com o intuito de substituir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (ALENCAR, 2012).

Nesse foco, Rondônia como fronteira, se deslocava para dentro da Amazônia, pelo que havia o crescimento do capital, devido à vontade de ganhar dinheiro com a borracha, o garimpo, o gado, a soja, ou seja, é a economia capitalista que vai se expandindo até não encontrar fronteira nenhuma.

Desse modo, a construção da BR 364 gerou o deslocamento de fronteira, por meio de um forte fluxo migratório que se direcionou para o território federal de Rondônia, uma vez que várias empreiteiras acabaram levando diversos profissionais para o desempenho de suas funções na região - engenheiros, encarregados, mestres de obras, carpinteiros, pedreiros, eletricitas, operadores de máquinas. Grande parte dos trabalhadores fixou residência no *lócus*, não retornando para seus estados de origem, especialmente, porque as terras de Rondônia eram boas e havia novas oportunidades (FIORI, 2012).

As dinâmicas populacionais propiciadas pelo governo federal, em aplicação das políticas de desenvolvimento econômico, associam-se com o conceito de fronteira, exposto por Becker (1988). Os fluxos migratórios contribuíram para o povoamento de Rondônia, especialmente, porque o entendimento de fronteira se vincula com a virtualidade histórica, que também se liga à apropriação do espaço, bem como das relações sociais, inclusive, dos interesses de agentes constituídos para a construção de projetos políticos distintos.

Desse modo, Becker (1988) complementa que o conceito de fronteira também implica o espaço de manobra para as forças sociais, ao lado da projeção que se propõe no futuro, sendo esse percebido como gerador de alternativas.

Dessa forma, o conceito de fronteira exposto por Martins (1996) e Becker (1988) são entendidos como “frente de expansão” e de “fronteira agrícola”, sendo esses meios aplicados pelo governo federal para que se alcançasse o objetivo de incorporar a área de Rondônia ao mercado de produção, da mesma forma que se fez o direcionamento estatal para a ocupação da região em evolução da fronteira, com a implantação de um ciclo de vida social.

Esse quadro de ocupação e de políticas de desenvolvimento econômico que aconteceu em Rondônia atraiu muitos migrantes, que deram origem aos núcleos que hoje são as sedes dos municípios que compõem a estrutura do estado de Rondônia. As facilidades geradas pela construção da BR 364, onde acontecem distribuições de lotes de terras, que contribuíram para que o governo federal efetivasse cada vez mais, políticas oficiais de desenvolvimento social em prol do estado (BECKER, 1988).

Realmente, o final dos anos 1960 e a década de 1970 tiveram as marcas dos governos militares, ditatoriais, pois uma de suas bandeiras era efetivar a ocupação das porções periféricas do País, principalmente a Amazônia. Esse fato, nos estudos de Dalapicola (2008), é uma questão de soberania nacional, porque se expressava no *slogan* integrar para não entregar, pois o receio dessa ameaça por parte dos estrangeiros era constante para o governo brasileiro. Santos (1994, p. 28) faz uma análise geopolítica desse fato, quando escreve

[...] que havia o interesse por parte do poder público de incorporar efetivamente esses territórios de fronteira ao espaço nacional. Os interesses por trás dessas intenções são estratégicos, geopolíticos, econômicos, a

partir da introdução de formas empresariais de exploração econômica do solo.

Nessa perspectiva da geopolítica, a visão do governo militar para a ocupação do território era sempre com base em lançamentos de programas na intenção de atrair migrantes. Os migrantes eram estimulados a vir para Rondônia, por motivo dos Projetos Integrados de Colonização (PIC), que se desenvolviam ao longo da rodovia BR 364.

Segundo Cunha (2010), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pertencente ao Ministério da Agricultura, foi criado para executar a reforma agrária estabelecida pela Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatutos da Terra. Executou esses projetos integrados de colonização implantados da seguinte maneira:

Em 1970 o PIC Ouro Preto, no distrito da Vila de Rondônia então município de Porto Velho. Em 1972, foi criado o de Gi-Paraná, entre vila de Rondônia e Pimenta Bueno, hoje município de Cacoal. Preocupado com o êxodo do município de Guajará Mirim e com o acúmulo de colono no lata; o INCRA lançou em 1972, o Projeto Sidney Girão na altura de Ribeirão área hoje servida pela BR-425 que liga Guajará Mirim a Abunã. Prosseguindo com essa política o instituto criou em 1973 e implantou em 1974 o PIC Paulo de Assis Ribeiro ao sul do território ocupando parte dos vales do Cabixi. Escondido e Corumbiara. Em 1974 e 1976 foram lançados mais dois projetos: Burareiro e o Marechal Dutra, ambos em áreas servidas por estradas de rodagem: o primeiro perto de Ariquemes no vale do Jamari e o último abrangendo terras desse vale e de Candeias (CUNHA, 2010, p. 131).

Essas políticas de desenvolvimento incentivadas pelo governo federal, por meio do Incra que executou os Projetos Integrados de Colonização, serviram para intensificar cada vez mais o fluxo migratório da década de 1970 para Rondônia, proporcionando o crescimento da população do estado, pois, segundo Francisco (2019), o censo demográfico de 1980 apontou em 1980 uma densidade de 491.069 habitantes.

Nesse sentido, levando em consideração o *slogan* integrar para não entregar, fica claro nos objetivos e nas práticas empregados pelo governo federal nesses modelos de desenvolvimento e colonização executado pelo Incra, que o objetivo maior era resolver, preparar a terra para ser ocupada, o mais rápido possível, sem levar em consideração os impactos sociais e ambientais que tais medidas iriam causar.

Nesse enfoque, a foto a seguir mostra como muitos dos migrantes vieram para o novo território, em busca de trabalho e terras para se estabelecerem. Para Becker (1988), esses migrantes eram importantes para o processo de ocupação da região e da mão de obra para o desenvolvimento da fronteira agrícola em expansão.

Figura 14 - Migrantes vindos para o território em busca de oportunidades



Fonte: BBC News Brasil (2018).

A imagem mostra migrantes à procura de oportunidade de trabalho, atraídos para as atividades com borracha, madeira, soja, minério e pecuária. Também foram movidos pelo sonho de ter um pedaço de terra (PEIXOTO, 2009). Nessa percepção, a fronteira rondoniense expandiu o capital e o setor agrícola.

As pessoas e as empresas se moveram para a fronteira das riquezas, pois pensavam em ficar ricos depressa, podendo lá ocupar seus espaços. Muitas aventureiras almejavam possuir terras. Enfrentaram várias dificuldades, porém instalaram-se e causaram prejuízos ecológicos para a região. Garimpeiros, madeireiros, e mineradoras não respeitaram o meio ambiente, destruindo o solo, as águas e a floresta.

Além de Rondônia, alguns estados já foram considerados fronteira, nos quais a lei do mais forte imperava. Essa lei está no cerne da política partidária, sendo conhecida por domínio dos coronéis e dos grandes fazendeiros. Mesmo não tendo chegado primeiro no local, dominavam os outros com meios agressivos. A política

estava no poder deles, o que permitiu que alcançassem evidência em fronteiras ainda em formação. Carvalho (1997, p. 3) entende que nessa concepção,

O coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo.

Nesse sentido Rondônia é vista por Becker (1988) como uma fronteira agrícola em expansão, onde os conflitos por terras eram constantes. Os maiores conflitos e choques entre colonos, indígenas e fazendeiros eram criados pelos projetos de colonização desencadeados pelo Incra na gestão do governo militar. Além dos conflitos com os pequenos colonos, as terras eram revendidas a grandes fazendeiros e com isso aumentava as tensões, os choques e os conflitos na região rondoniense (SOUZA, 2011).

Exemplo desses conflitos que aconteciam em Rondônia, por ser uma fronteira agrícola em expansão (BECKER, 1988), foi o massacre que aconteceu no município de Corumbiara. O dossiê inscrito por Helena Angélica de Mesquita (2003, p. 33) “[...] trata da questão da luta pela terra no Brasil e enfoca o massacre dos trabalhadores sem terra que aconteceu na fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara em Rondônia, em agosto de 1995”. A matéria escrita por Mesquita (2003, p. 36) relata que

[...] as vozes de Corumbiara foram sufocadas no acampamento, nos processos judiciais e no júri popular. Prevaleceram as vozes dos policiais, dos jagunços, dos fazendeiros e dos políticos. Prevaleceu o latifúndio defendido veemente por promotores de justiça.

Dessa realidade Martins (1996) escreve que a fronteira é um lugar de conflito, em que o outro sofre enfrentamento. Albuquerque (2009) aponta desse cenário que, na frente de expansão econômica e demográfica os conflitos, acontecem disputas variadas que ocorrem entre os modernos setores capitalistas e os grupos excluídos das frentes de expansão capitalista.

O conceito de frente de expansão desenvolvido por Martins (1996) permite aplicar também ao caráter religioso, que é voltado para o milenarismo para explicar que as populações camponesas. Nessa frente de expansão com um imaginário místico, migram para a fronteira na intenção de melhorar as condições de vida. Quando se fixam em uma região, tornam-se receptivas a uma determinada religião milenarista. Missionários católicos e protestantes, identificados com as orientações teológicas, encontram lugar para as suas celebrações.

Esse foi o caso da IEAD, na trajetória dos migrantes que vieram para Rondônia, em busca de oportunidade de enriquecimento, ofereceu seu trabalho proselitista que se expandiu, fundando igrejas em todo o estado (SOUZA, 2009). É notório que essas igrejas foram sendo fundadas nos núcleos urbanos que iam se formando ao longo da BR 364, proporcionando para a IEAD crescimento em número de membros que, depois, proporcionou sua visibilidade pública e sua participação na política partidária de Rondônia.

O conceito de Martins (1996) permite denominar Rondônia como uma fronteira em expansão, em que os fluxos migratórios cresceram em resposta aos planos de investimento das ações do governo federal. Conforme Pereira (2008), com a construção da BR-364, cidades se desenvolveram ao longo da construção da rodovia. Também surgiram extensas fazendas de soja e de milho, além do crescimento da área pecuarista no estado (SILVA, 2006).

Palitot (2015) afirma que, em 16 de junho de 1981, houve a criação de vários municípios, por meio da Lei 6.921, época do Presidente da República João Batista Figueiredo. Nesse cenário, a IEAD expandiu-se e destacou-se como lugar privilegiado das mudanças, com uma acentuada atividade organizacional das congregações religiosas que, depois, constituíram-se em importantes nichos eleitorais. De acordo com estudos de Tavares Neto (2003, p. 106), a Assembleia de Deus, nos últimos tempos, “[...] tem se preocupado com sua representação política. Num primeiro momento apoiava candidatos, depois passou a indicar seus membros”.

Segundo Jacob (2003), há os fatores que favoreceram a IEAD nesse ambiente de mudanças rápidas, tais como: a preexistência de espaços não católicos para exercer o proselitismo; o avanço de frentes pioneiras, em que pastores encontraram terrenos favoráveis à missão de evangelização dos migrantes desenraizados; o favorecimento da urbanização crescente para o aparecimento de

novas religiões; o crente ser o seu próprio missionário, por não depender de um padre de fora da região; os próprios trabalhadores levarem a religião; o contexto de desenraizamento; a falta de tradição e as dificuldades que auxiliam a religião focada em resultados e na vitória dos empreendedores, sendo a igreja uma influenciadora no campo religioso e político.

Nesse contexto, a IEAD se estabeleceu em Porto Velho, acompanhou a política de frente de expansão desenvolvida nos governos dos militares, estendeu-se por todo o estado de Rondônia. Efetivou seu amplo projeto de evangelização que, a partir de 1922, projetou sua história para ser destaque. Em fevereiro de 2020, completou seus 98 anos, tendo se estabelecido como a maior igreja pentecostal da região, em número de fiéis (IBGE, 2010).

Diante desse contexto de mudanças sociais de Rondônia, o pentecostalismo representado pela IEAD tem crescido significativamente, proporcionando a sua entrada na política partidária, como aponta Marta Valéria Lima (2012). Por meio da criação dos municípios, ocorreu o período de preparação para que o território federal de Rondônia fosse transformado em estado (Palitot, 2016), aspecto que se abordará a seguir com mais detalhamento.

II) A transformação do território federal de Rondônia em estado

No contexto de desenvolvimento acelerado, de mudanças culturais e econômicas muito rápidas, ocorreu à colonização rondoniense. Os indígenas estiveram presentes nesse momento de frente de expansão do território, ora como atores que sofreram a expulsão de suas terras, ora como mão de obra nas frentes de expansão agrícola e extrativista. Na verdade, índios, brancos e negros contribuíram para a formação do estado de Rondônia (BECKER, 1988).

Em 1979, o Presidente Figueiredo nomeou o coronel Jorge Teixeira de Oliveira como governador do território federal de Rondônia. Ele foi incumbido de preparar a infraestrutura administrativa, política e econômica para que o território fosse elevado a estado (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 2018).

No dia 4 de janeiro de 1982, foi realizada, no Palácio Presidente Vargas, em Porto Velho, a cerimônia de instalação do estado e posse do coronel Jorge Teixeira de Oliveira no cargo de governador de Rondônia (PALITOT, 2016). Palitot informa que, agora como governador do território federal de Rondônia, o coronel Jorge

Teixeira de Oliveira buscou junto ao governo federal recursos financeiros para serem aplicados em Rondônia com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social, político e administrativo estadual

O governo federal e o governador Jorge Teixeira viam a colonização do território federal de Rondônia, baseada em pequenos e médios proprietários de terras, como algo que não geraria o que se desejava em curto prazo para a sua transformação em estado. Para que fosse efetivada essa transição, o próprio governo federal acabou investindo e avalizando os empresários para que desenvolvessem projetos que proporcionassem a expansão da fronteira agrícola para a região, em troca de incentivos fiscais (BECKER, 1988).

Dessa forma, Loureiro e Aragão Pinto (2005) explicam que houve um processo de oferta de inúmeras vantagens fiscais direcionadas a grandes empresários, bem como grupos econômicos nacionais e internacionais para se instalarem na região. Esses incentivos foram reorientados de forma legal, para a área de pecuária e extração de madeira, bem como para a mineração e as atividades que simultaneamente exigissem maior quantidade de extensão de terra, propiciando a exploração de produtos primários ou mesmo semielaborados, a fim de que aumentassem a oferta de empregos e renda na região.

Esses incentivos foram concedidos por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pelo Banco da Amazônia (Basa), de forma que, por um período que envolveu mais de 10 anos, os empresários poderiam destinar uma parte ou até a totalidade do Imposto de Renda para o governo aplicar na criação de novas empresas na região (IPEA, 1978).

Essa política de incentivos fiscais se associava à disponibilização de recursos financeiros com juros mais baixos e, em várias circunstâncias, até negativos ou inexistentes para que as instituições pudessem auferir facilidades para sua atuação, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 1978).

De acordo com esses registros, é possível verificar que o governo federal deixou de auferir recursos por um longo período. Esses poderiam ter sido aplicados em outras atividades estatais, para o benefício da sociedade, já que grandes empresas atuavam para o desenvolvimento da região (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005).

Para esses autores, muitas dessas empresas não realizaram os investimentos esperados, mas compraram mais terras como especulação futura.

Outras até aplicaram os recursos em empresas que estavam situada em outras regiões do País, registrando-se também que houve a criação de várias empresas de forma fictícia.

Nessas circunstâncias, várias grandes empresas, como Bamerindus e Volkswagen, devastaram extensões de terras na retirada da madeira e na constituição de pasto para a criação de gado, o que amplificou a situação de prejuízos ecológicos em Rondônia (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005).

Nessa percepção, Rondônia foi recebendo pessoas de todas as regiões do País, o que implica dizer que a população rondoniense passou por uma evolução de crescimento. Essa evolução pode ser verificada no quadro 01, apresentada por Francisco (2019), em que, da década de 1950 até 2010, houve um processo de expansão do número de habitantes no estado. O aumento populacional, em 1950, era de 36.935, e chegou, em 2010, a 1.562.409, em decorrência, principalmente, do fluxo migratório de trabalhadores aventureiros e empresas com destino às terras rondonienses a procura de terras, emprego e enriquecimento.

Quadro 1 - Evolução populacional de Rondônia

ANO	NÚMEROS DE HABITANTES
1950	36.935
1960	69.792
1970	111.064
1980	491.069
1996	1.229.306
2009	1.503.928
2010	1.562.409

Fonte: Francisco (2019).

O quadro 01 expõe que a região rondoniense passou por um crescimento demográfico, a partir do período de 1950 a 2010, tendo uma população estimada de 1.768.204 habitantes, em 2015, distribuídos em 52 municípios (RONDÔNIA, 2015). Nesse contexto, com a política de integração nacional, surgiu a construção da BR 364 com conseqüente fluxo migratório para o território federal de Rondônia. Como resultado, os municípios foram criados e a população aumentou, de forma que o território se transformou em estado (SILVA, 2000).

Segundo Palitot (2016), o espaço geográfico que forma as terras rondonienses foi desmembrado dos estados do Mato Grosso e do Amazonas. Esse espaço de início foi denominado por território do Guaporé, criado em 13 de setembro de 1943, depois, passa a Território Federal de Rondônia, criado em 17 de fevereiro de 1956 e a estado de Rondônia, criado em 22 de dezembro de 1981, pela Lei Complementar número 41, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo.

A área territorial que corresponde ao estado de Rondônia é de 238.512,8 km², sendo 6,19% da Região Norte e 2,79% do território nacional. Apresenta um clima equatorial predominantemente quente e úmido, com temperaturas que variam de 18° a 33°. A estação chuvosa compreende de outubro a março, seguido de um período de seca que envolve geralmente os meses de abril e maio, podendo se estender até setembro (FRANCISCO, 2019).

Desse registro, verifica-se que Rondônia apresenta peculiaridades e características, por ter sido *lócus* composto por migrantes oriundos de todas às regiões brasileiras, movidos por interesse de trabalho e de novas condições de vida. Desse modo, o Estado agrega múltipla cultura, inclusive de estrangeiros que acabaram se instalando por lá, após a construção da ferrovia.

De acordo com o registro do Relatório de Gestão da Secretaria de Estado da Saúde (2015), o estado está vivenciando um novo aumento populacional, especialmente em Porto Velho, a Capital, decorrente do movimento migratório resultante da construção de duas usinas hidrelétricas, a partir de 2006. Novas pessoas se dirigiram ao local em busca de empregos. O movimento propicia impacto no atendimento de saúde, já apresentando Rondônia como o terceiro mais populoso da Região Norte, atrás do Pará e do Amazonas (IBGE, 2010).

Para Francisco (2019), o crescimento demográfico se deu em 1,2% ao ano, já a densidade demográfica foi de aproximadamente 6,5 hab./km². Nesse sentido, a construção das hidroelétricas de Jirau e de Santo Antonio no Rio Madeira, em Rondônia, propiciaram o volume de pessoas que se encaminharam para a região. Especialmente a Capital tem vivenciado um fluxo migratório com enfoque na construção das obras das hidrelétricas.

A construção das duas hidrelétricas, de acordo com a perspectiva exposta por Becker (1988), complementa a ideia e o plano estatal de integrar a Amazônia a outras regiões brasileiras e ao próprio continente sul-americano. O potencial energético identificado representa uma forma de o governo federal valorizar, por

meio das obras, o contexto nacional e também internacional, tendo em vista a composição de complexos para a circulação de energia em toda a região, bem como propiciar expansão do estado. Entretanto, o movimento pode apresentar uma percepção de problemas ambientais e sociais que resultam em enchentes, e aumento de doenças, e também o próprio consumo de energia que acaba ocorrendo com taxas elevadas.

Na figura 15, segue a imagem do lugar da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, uma vez que essas são integrantes do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), proposto pelo governo federal como forma de estimular a economia brasileira, que envolve a construção de obras de infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica, bem como de estradas e benfeitorias que se destinam à região amazônica (CAVALCANTE; SANTOS, 2012).

Figura 15 - Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio



Fonte: Google (2019).

A imagem mostra as duas grandes hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira. A população que integra o estado em 2019 chega ao número estimado de 1.777.225 habitantes, que habitam em 52 municípios que ocupam uma área total de 237.590.543 km² (IBGE, 2017). As divisas estão ao Norte, com o Amazonas, a Leste e Sudeste, com o Mato Grosso, no Sudeste e Oeste, com a Bolívia, e Nordeste, com os estados Amazonas e Acre, conforme registros e dados do IBGE (2017).

Essa construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, compõe na atualidade uma das principais obras de infraestrutura do Brasil, colocando a grande fronteira amazônica em evidência (CAVALCANTE, 2012).

Para Becker (1988), essas grandes construções são frutos da tecnologia no território e visam à ampliação do capital para os governos pelas redes transporte/energia que trazem novas formas de utilização dos recursos naturais.

O estado de Rondônia, pertencente à Amazônia como fronteira de expansão (MARTINS, 1996), foi o responsável pela ótica da produção e da renda para a apresentação da evolução do PIB que traduz seu desempenho econômico.

Na tabela 2, há a variação acumulada em volume, média ao ano, a participação e a posição relativa do PIB por estado, inclusive de Rondônia entre 2002 e 2016.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto de alguns estados

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto				
	Posição da variação em volume acumulada 2002-2016	Variação em volume acumulada (%) 2002-2016	Variação em volume média ao ano (%) 2002-2016	Participação no PIB do Brasil (%) 2002	Participação no PIB do Brasil (%) 2016
Brasil		40,6	2,5		
Norte		65,5	3,7	4,7	5,4
Rondônia	6°	71,9	3,9	0,5	0,6
Acre	4°	76,8	4,2	0,2	0,2
Amazonas	14°	56,9	3,3	1,5	1,4
Roraima	3°	79,5	4,3	0,2	0,2
Pará	11°	59,2	3,4	1,8	2,2
Amapá	7°	67,6	3,8	0,2	0,2
Tocantins	1°	103,4	5,2	0,4	0,5

Fonte: IBGE (2017).

A informação do IBGE traz que Rondônia se apresenta como o quarto maior PIB da Região Norte do Brasil. Nos seus aspectos econômicos, volta-se para o extrativismo vegetal e mineral, a agricultura e a pecuária, como principais atividades. Com um PIB de 43,51 bilhões em 2017, correspondeu a 0,7% da riqueza brasileira nesse período (RONDÔNIA, 2019). Contudo, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2019), Rondônia é o quarto estado que mais desmata, causando vários problemas ambientais.

Dentro dos aspectos históricos da urbanização, econômicos e da modernização de Rondônia, os líderes de partidos e chefes de repartições públicas se enfrentam politicamente, com discursos que declaram lutas pelas causas sociais e ambientais. A IEAD também mostra seu interesse pela política, sabendo que,

conforme atesta Marta Valéria Lima (2012), a religião sempre foi um canal utilizado nas afrontas e disputas por poder e prestígio político.

Assim, no cenário de desenvolvimento e transformações de Rondônia, a IEAD cresceu pelas suas atividades missionárias que lhe proporcionaram visibilidade pública, inserindo-se na política partidária por meio de apoios a candidatos e da participação de seus membros na política. Para Marta Valéria Lima (2012), essa estratégia usada pela Igreja alude à interconexão entre as congregações, as convenções estaduais e nacionais religiosas e as agremiações político-partidárias em nível local, regional e nacional, como se verá no capítulo dois.

2 HISTÓRIA DA ASSEMBLEIA DE DEUS E SUA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PARTIDÁRIA DE RONDÔNIA

Neste capítulo, buscar-se-á entender a história da IEAD, que teve início na cidade de Porto Velho em 1919, e a participação da mesma na política partidária de Rondônia. O operário José Marcelino, natural de Belém do Pará, e o missionário Paul Aenis, originário dos Estados Unidos, fundaram a Igreja em 1922. Esse fenômeno religioso se desenvolveu seguindo a cultura rondoniense.

Para Palitot (2015), Rondônia tem uma grande diversidade cultural, que foi construída por meio de sua história, formada por diversos povos que vieram compor sua estrutura social. A cultura é o conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização. Nesse sentido, a religião também faz parte da cultura e na qual a IEAD, por sua vez, desenvolveu-se em seus moldes.

Esse fenômeno religioso mostrou-se em Rondônia, atuando como elemento gerador de uma identidade³ cultural entre os fiéis e suas formas de propagação, que envolve uma linguagem simbólica (CASTELLS, 1999). Sua capacidade ganhou espaço na vida do pobre e marginalizado e de outras classes sociais (TILLICH, 1992). Desse modo, no aspecto religioso, toda obra cultural expressa àquilo que se refere ao cidadão incondicionalmente, sendo a religião vista na proporção da cultura:

A religião, considerada preocupação suprema, é a substância que dá sentido à cultura, e a cultura, por sua vez, é a totalidade das formas que expressam as preocupações básicas da religião. Em resumo: religião é a substância da cultura e a cultura é a forma da religião (TILLICH, 2009, p. 83).

Percebe-se que para o autor citado, as manifestações religiosas são formas culturais da criação humana, sendo percebidas em diferentes realidades, embora se parecendo em algum ponto. Nessa visão, a IEAD surgiu como fenômeno religioso pelo trabalho missionário. Com o seu sistema doutrinário, influenciou a sociedade rondoniense.

Tillich (1992) defende que as carências dos indivíduos são instruídas a partir do meio em que vivem, ou seja, a cultura influencia o que se deseja ser ou exercer

³ A identidade tem seu significado na experiência de um povo, na qual é construída. Resta saber como, a partir de quê, por quem e para que acontece essa construção (CASTELLS, 1999).

na sociedade e a religião escolhida. É nesse sentido que a IEAD surge em Rondônia como uma religião, e se torna um elemento gerador de uma identidade cultural entre os fiéis e suas formas de propagação.

Durkheim (2003) afirma que a religião se constitui em um sistema solidário de crenças, bem como de práticas que envolvem as coisas sagradas, ou seja, as percebidas como separadas ou mesmo vistas como proibidas para alguns. Implicam-se as crenças e as práticas que se reúnem, em uma comunidade religiosa ou igreja, os que aderem os mesmos valores, professando a visão de mundo e da crença.

Quanto ao termo igreja, entende-se o que é protestante e pentecostal. Mendonça (1994), em uma perspectiva histórica, traz que a mudança que gerou o grupo protestante decorreu da Reforma realizada na Igreja Católica, ao longo do século XVI, na Europa. Surgiram desse movimento as igrejas protestantes que envolvem as luteranas, presbiterianas, batistas e metodistas.

Alencar (2010, p. 21) atesta que as igrejas pentecostais são aquelas organizadas a partir das protestantes históricas, mas que, ao final do século XIX e primeiras décadas do século XX, decorreram de movimentos de renovação em busca de santidade. Surgiram inicialmente em grupos norte-americanos, que têm como marcas “[...] a glossolalia (falar em línguas estranhas como resultado do batismo com o Espírito Santo), cura divina e forte escatologia”.

O diferencial do pentecostalismo é o fato do mesmo surgir relacionado com a crença em dons, com exercícios da liturgia de culto. Conforme Alencar (2013), após o avivamento ocorrido nos Estados Unidos no século XX, chegou ao Brasil o movimento pentecostal. Em São Paulo, foi trazido pelo missionário italiano Luigi Francescon, em 1910; em Belém do Pará, pelos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, em 1911. Os dois suecos fundaram a Assembleia de Deus em Belém com a pregação repercutida por outros líderes do movimento pentecostal que se expandiu pelo Brasil.

Em Rondônia, com a atuação do operário José Marcelino da Silva e do missionário norte-americano Paul Aenis, o pentecostalismo foi representado na IEAD, que iniciou seu trabalho missionário e proselitista em Porto Velho, estendido pelo Estado. Esse movimento pentecostal ficou conhecido “[...] pela sua capacidade de crescimento e, ao mesmo tempo, de fragmentação” (ALENCAR, 2010, p. 13).

A IEAD, como denominação pentecostal, foi instituída por imigrantes pobres, sendo marginal, no sentido de ser uma religião de pobres e negros que crescia entre

a população rondoniense, alcançando a periferia. Com seu crescimento, seus líderes eclesiásticos descobriram o potencial eleitoral do movimento e desenvolveram seu interesse pela política. Entraram na política partidária de Rondônia e passaram a indicar e a apoiar candidatos aos pleitos eleitorais, para representá-la junto ao parlamento, com o objetivo de conquistar visibilidade social e política.

2.1 CRESCIMENTO DE PORTO VELHO E DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS

Nesse processo cultural que se desenvolveu com o intenso processo migratório e de urbanização vivenciado pela cidade de Porto Velho, que se tornou um polo estratégico de desenvolvimento econômico, a IEAD se estabeleceu na cidade, realizou seu projeto de evangelização que atingiu todo o estado de Rondônia, tornando-se a maior igreja pentecostal da região, em número de fiéis, ganhando visibilidade social e política.

De início, na sua trajetória missionária em Rondônia, a IEAD não participava de movimentos sociais, sindicatos e de partidos políticos, pois seguia a tradição dos pentecostais. Para Baptista (2007), desde a chegada ao Brasil e durante décadas, os pentecostais optaram pela não participação em movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos.

Para Campos (2010), esse envolvimento com os sindicatos, associações e com a política não era prática da Assembleia de Deus, somente os não evangélicos participavam desses movimentos sociais. Baptista (2007, p. 10) escreve que os pentecostais no início da sua trajetória missionária não participavam da política partidária, pois tinham o entendimento que a religião e a política não podiam se misturar, pelo motivo da religião tratar das coisas espirituais e a política das coisas materiais: “Ambas não devem ser misturadas, pois o sagrado não pode ser contaminado pelo profano”.

Percebe-se que, de início, os pentecostais não participavam da política partidária, e a IEAD seguia esse modelo, mas, com o passar do tempo, mudou a sua posição em relação à política e passou a participar da política partidária de Rondônia, prática anteriormente proibida.

O que levou a IEAD a mudar sua posição em relação à política? Para Antônio Flávio Pierucci (1996, p. 163), os evangélicos mudaram a sua posição em relação à

política a partir dos anos 1980, mais especificamente nas eleições pluripartidárias de 1982: “[...] passaram a almejar maior legitimidade ante a sociedade e deixaram para trás a velha frase tantas vezes defendida nos púlpitos e nos seus impressos: crente não se mete em política”.

Para o autor, o processo de institucionalização do estado de direito e da democracia representativa e competitiva fez que as igrejas evangélicas deixassem a posição, que parecia inabalável, de alheamento social, resultando na sua presença marcante na política partidária.

A Igreja mudou totalmente sua visão e passou a militar no campo político-partidário, visando aos benefícios imediatos para se fortalecer no campo religioso e alcançar mais poder em relação aos seus concorrentes. Baptista (2007, p. 126) escreve que os pentecostais “[...] souberam tirar proveito do modelo de organização autoritária para canalizarem votos e ocuparem espaços no Estado, como estratégia para obterem benefícios para suas corporações religiosas”.

Além da visão dos autores citados até aqui, que apontam os motivos da mudança da posição dos pentecostais em relação à política, ao conhecer a história da IEAD, também é possível perceber que, sua expansão e seus interesses em lançar os próprios candidatos foram alguns dos motivos que a levaram a mudar a sua posição em relação à política partidária.

Em 1919, chegou a Porto Velho o jovem José Marcelino da Silva, oriundo do Pará, para trabalhar como pintor. Ele já havia passado pela conversão ao pentecostalismo, em Belém. No interior do estado do Amazonas, encontrou o povoado com um espaço que servia como entreposto para comércio da borracha.

Araujo (2011) assegura que a Assembleia de Deus de Belém enviou, em 1922, o missionário Paul Aenis, advindo dos Estados Unidos, para fundar a Igreja Assembleia de Deus em Porto Velho. Ele e o jovem José Marcelino, já residente, organizaram a primeira congregação no município, na mesma época em que o governador do Amazonas assinou a Lei 1.011, em 1919, para que Porto Velho se transformasse em cidade.

O prefeito de Porto Velho era o padre Raimundo Oliveira, doutor em teologia, que assumiu a prefeitura em 1920. Melo (2014) afirma que, durante o seu mandato, por meio da Lei 128, em julho de 1921, a prefeitura doou um terreno à Igreja Católica, para que fosse construída a Igreja Matriz Católica na região central, denominada por Catedral Sagrado Coração de Jesus.

Nesse mesmo período, também ocorreu à fundação de duas denominações evangélicas: em outubro de 1921, foi implantada a primeira Igreja Batista; em fevereiro de 1922, a Igreja Assembleia de Deus. As vantagens que a Igreja Católica obteve, por meios políticos, serviriam para motivar os evangélicos a fazerem o mesmo.

Como registraram Nogueira e Silva (2013), a urbanização de Porto Velho fez com que a sociedade crescesse com classes paralelas: uma composta por pessoas abastadas, outra com as empobrecidas. Na parte dos mais favorecidos, moravam os funcionários da empresa que construiu a EFMM. Essa supria as necessidades básicas dos seus trabalhadores, fornecia lavanderia a vapor, hospital, jornal em inglês, fábrica de gelo. Ergueu três caixas-d'água, já tratada, para os moradores, como forma de combater as doenças tropicais, que muitos acreditavam ter origem no Rio Madeira.

Esse trio de caixas-d'água se tornou símbolo da cidade de Porto Velho. Elas estão localizadas em uma praça, recentemente revitalizada por meio de nova iluminação e urbanismo, com a intenção de trazer para o local, os jovens e as famílias.

Para Girardet (1987), muitas coisas conseguem influenciar as relações, entre elas deve considerar as representações simbólicas, que são criação do próprio homem pela cultura que, depois, servem de auxílio para interpretar o mundo social. Ele acredita nessa relação como uma estratégia que consegue ligar o imaginário ao poder político.

Essas três caixas d'águas são conhecidas em Rondônia como as três marias, que formam na política local o símbolo da formação e urbanização da cidade de Porto Velho, inclusive estão representadas na bandeira do município (PALITOT, 2016). Na política local, essas caixas d'águas representam as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré fundadores de Porto Velho, das denominações religiosas que formaram o campo religioso rondoniense, inclusive a IEAD que, com o seu trabalho missionário, arregimentou adeptos e com a sua expansão se tornou uma denominação com visibilidade pública, social e sucesso na política partidária de Rondônia (MARIANO, 2004).

Para Mariano (2004, p. 1), dessa realidade de crescimento e visibilidade pública, social e sucesso na política partidária no Brasil, aconteceu realmente com as denominações que fazem parte do pentecostalismo: “[...] o pentecostalismo vem

conquistando crescente visibilidade pública, legitimidade e reconhecimento social e deitando e aprofundando raízes nos mais diversos estratos e áreas da sociedade brasileira”.

Figura 16 - As três caixas-d'água em Porto Velho



Fonte: Google (2018).

A imagem evidencia a simbologia das três caixas-d'água, patrimônio histórico de Porto Velho. A parte considerada como empobrecida de Porto Velho compreende o local em que se concentravam antigamente os trabalhadores informais que ficaram desassistidos pelos administradores da empresa que construiu a ferrovia. É um grupo composto por homens e mulheres vivendo em um ambiente inóspito e de pobreza, considerado violento.

A preocupação da gestão municipal era dar um destino a essa classe pobre que estava crescendo em 1922. Para entender o termo classe pobre, é necessário recorrer ao conceito de classe social. Haddad (1997) aduz que para Marx a classe social era defendida pelas relações de distribuição de renda. Nessa visão, ele se referia às grandes classes: trabalhadores, assalariados, capitalistas e proprietários fundiários.

Para Bourdieu (2007), a sociedade é relacional, ou seja, está separada em classes populares e dominantes. Leal (1985, p. 14) entende que essas classes comentadas por Bourdieu estão em situações opostas. Na modernidade, o conceito de classe social surgiu unido somente com a economia e permite utilizar os termos de classe pobre, cultura da pobreza, cultura média, classes A, B e C que

correspondem à classe alta, média e baixa, de acordo com critérios econômicos (BOSI, 1978). Percebe-se, nesse pensamento, o sentido voltado para a renda (GROHMANN, 2014).

No Brasil, para Grohmann (2014, p. 60), o conceito mais desenvolvido para a classe social é a marginalidade ou estrato marginal que aparece mais do que classe. Lopes (1988, p. 10) escreve que, “[...] no Brasil, a marginalidade é vista em consonância com os processos de industrialização e de urbanização”.

Observa-se as populações marginais estão conectadas ao sistema de classes ao falar sobre classes marginais. Nesse sentido, para Lopes (1988), o conceito de classe não está ligado à renda, mas principalmente a partir da situação de trabalho.

Nesse sentido, o conceito de classe social permite considerar a posição de classe a partir de bairro, a partir da tipologia favela, periferia. Esses termos permitem a referência de classe pobre que estava em ascensão, ou seja, crescia no povoado de Porto Velho e o gestor municipal precisava dar um destino a ela, designando-a para o bairro Mocambo.

Para Fonseca (2007, p. 97), “[...] nesse caso, as propostas de renovação do espaço urbano prescreviam o afastamento da pobreza do centro da cidade”. Para resolver a situação de disputa pelo centro urbano de Porto Velho, nasceu o Bairro do Mocambo, para o qual a massa marginalizada deveria ser transferida, para veladamente situar-se em um espaço segregado (MELO, 2014).

Esse novo bairro aglomerou as pessoas mais pobres foi o espaço no qual a IEAD iniciou seus trabalhos missionários. Houve a construção do primeiro templo da Igreja em Porto Velho. Uma foto da época, visualizada a partir da figura 17, registrou o local desse templo que surgiu pela expansão missionária da Assembleia de Deus em Porto Velho, que ficava situado na Avenida General Osório, sem número, inaugurado em outubro de 1926, liderado pelo pastor Manoel Cezar da Silva. Segundo Nogueira (2012), esse templo foi construído na entrada da área da cidade no Bairro do Mocambo, espaço considerado marginalizado.

Figura 17 - Primeiro templo da IEAD



Fonte: Site da IEAD (2018).

O templo da figura 17 é fruto do trabalho evangelista inicial dos missionários Paul Aenis e José Marcelino da Silva, na cidade de Porto Velho. A atividade foi desenvolvida na periferia do município com uma população considerada menos favorecida e que vivia na pobreza ou na miséria em comparação com o lado da elite. O movimento pentecostal cresceu, por meio do proselitismo que, aos poucos, atingiu Rondônia, segundo registros de Melo (2014).

Melo (2014, p. 131) escreve que surgiu uma nova fase da construção do segundo templo da IEAD em Porto Velho, inclusive a construção contou com o auxílio do governador da época,

Nas décadas seguintes a Igreja Evangélica Assembleia de Deus consolida sua conquista do espaço no desenvolvimento urbano de Porto Velho, o que lhe valeu a construção de um novo templo em 1952, numa área mais privilegiada, sito à Rua José de Alencar, sob o pastoreio de Joviano Rodrigues Lobato. Inclusive com auxílio do Governo de Porto Velho na gestão do Tenente Aluizio Ferreira.

Melo (2014, p. 132) informa que a senhora Judith Holder, membro da IEAD da época e mãe do atual Presidente da Igreja, Joel Holder, ao ser entrevistada pelo autor disse que no governo do Tenente Aluizio Ferreira, “[...] a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré ajudou muito a construção do templo da Igreja Assembleia de Deus, conforme testemunho de Dona Judith Holder”. Essa ação do governo da

época mostra a igreja permitindo uma abertura para o diálogo político entre o governo, a liderança eclesiástica e os evangélicos.

Desta forma, surge uma nova fase de consolidação e de conquista do espaço rural e urbano de Porto Velho, quando a IEAD, sob a liderança do pastor Joviniano Rodrigues Lobato, inicia a construção do segundo templo em uma área mais privilegiada, no centro da cidade, inaugurado em 1952.

Figura 18 - Segundo templo da IEAD



Fonte: *Site da IEAD* (2018).

Ainda na fase do segundo templo, houve a iniciativa da construção do terceiro templo da IEAD (atual sede da Igreja), situado na Avenida José de Alencar, número 3286, Centro, durante a gestão do pastor José de Souza Reis, em 1952, sendo concluído em 1986, com o pastor Antônio Dionísio. Nessa época, a atividade missionária da Igreja havia se expandido e já atingia todo o território de Rondônia⁴.

A imagem a seguir ilustra a atual sede da Igreja em Porto Velho, inaugurada em 1986. A instituição conforme dados de 2009, informado pela secretária da IEAD,

⁴ Os líderes e dirigentes da IEAD em Porto Velho foram missionário Paul Aenis (28-02-1922 a 1924) e os pastores Manoel Cezar da Silva (1924 a 1928); José Marcelino da Silva (1928 - seis meses); José Marcelino da Silva (1930 a 1936); Manoel Pirábas (1936 a 1937); Raimundo Prudente de Almeida (1937 a 1939); Juvenal Roque de Andrade (1939 a 1943); Francisco Vaz Neto (1943 a 1950); Joviniano Rodrigues Lobato (1950 a 1952); Benjamim Matias Fernandes (1952 a 1953); Leonardo Severo da Luz (1953 a 1980); José de Souza Reis (1980 a 1983); Antônio Dionísio da Silva (1983 a 1991); Joel Holder (1991 até a atualidade) e Nelson Luchtenberg, atual Presidente da Cemaderon.

tem capacidade para congregar 23.000 membros, distribuídos em 60 setores e 306 congregações.

Figura 19 - Terceiro templo da IEAD



Fonte: Site da IEAD (2018).

Esse templo é o atual, sendo o principal dos eventos da IEAD em Porto Velho que se estendem ao longo dos anos. É fruto da atuação da Igreja que não se envolvia apenas em atividades nas cidades mais populosas, mas seguia para os lugares menores, como os seringais e os diversos povoados do interior, conforme registra Conde (1960). A IEAD em Rondônia, iniciada por imigrantes pobres, trabalhou com a comunidade marginalizada e avançou de forma periférica, tendo crescimento gradativo, até se tornar a maior instituição pentecostal do estado.

O crescimento da Igreja alcançou o campo rondoniense, despertando em seus pastores o interesse em estabelecer uma organização que envolvesse todos os ministros. Em novembro de 1974, registrou-se oficialmente a Convenção de Ministros da Assembleia de Deus de Rondônia (Cemaderon), como entidade de caráter religioso e filantrópico, que se constituiu como pessoa jurídica para promover a união e o intercâmbio entre as igrejas da Assembleia de Deus no Estado.

O sucesso missionário que a IEAD projetou em solo rondoniense possibilitou-a dispor de uma grande massa de eleitores, o que faz dela um agente político poderoso. Com base no aspecto histórico, ela se capilarizou, atendendo a parcelas

da população. Todo o seu trabalho missionário desenvolvido, começando no povoado de Porto Velho e se estendendo pelo estado, foi deslocado para o campo político pela forma de perceber seus eleitores cativos.

Para o diretor acadêmico da Fundação Escola de Sociologia e Política, Aldo Fornazieri (2018), o resultado das igrejas no campo político se dá pela capacidade de elas acolherem as demandas nas periferias das cidades brasileiras. Nesse sentido, no decorrer do seu processo histórico, a IEAD desenvolveu suas atividades de acolhimento nas atividades missionárias. Foi vista com prestígio religioso junto ao povo, capitalizou sua membresia, o que facilitou seu ingresso na política partidária. Desse modo, de maneira contínua, além das tarefas evangelísticas e do prosselitismo, a Igreja milita no campo político, tendo benefícios imediatos que a fortalecem no meio religioso, em relação aos seus concorrentes.

Para Alencar (2013), o ingresso das Assembleias de Deus na política foi na intenção de ter reconhecimento e obter benefícios no espaço público pelas relações com o Estado nas esferas municipal, estadual e nacional.

Lima (2012) entende que a religião sempre foi um canal utilizado nas afrontas e disputas por poder e prestígio político. Com a abertura política e o retorno à democracia em 1985, certos setores sociais da classe média de Rondônia despertaram o interesse político pelos pentecostais. Entre as denominações protestantes, encontrava-se a IEAD que, nessa época, constituía-se em importante nicho eleitoral por apresentar constante crescimento de adeptos.

Diante desse fato, a indagação é qual o motivo de certos setores sociais se interessarem pela atuação política da IEAD? Eles são motivados pelo número de adeptos pertencentes à membresia da Igreja, pois representam os votos que estabelecem a consumação de transações clientelistas entre os líderes da denominação e os políticos eleitos no pleito eleitoral (BASTIAN, 1994). O crescimento geográfico da IEAD em Rondônia tem sido notório, desde os anos 1970, ainda durante a Ditadura Militar.

Nessa época, as práticas políticas da região seguiam o clientelismo, típico do modelo coronelista do qual a Igreja era herdeira por ter sido acolhida nesse sistema de governo. Esse fato é confirmado em Elsie Lenardão (2004, p. 2), quando afirma que, no sistema de governo ditatorial-militar implantado em 1964, “[...] o clientelismo típico do modelo coronelista, teve sua presença recorrente no quadro da política brasileira”. Esse clientelismo surgiu com o crescimento industrial e urbano, com

surgimento emergente de novos movimentos sociais e com as alterações legais que ampliavam os canais formais de participação da população na gestão do Estado.

Para o sociólogo José de Souza Martins (1994), o clientelismo, típico do modelo coronelista, está vivo na democracia, pelo fato de ser uma peça que integra as engrenagens do sistema global de exploração e dominação das classes populares brasileiras, pelos grupos políticos ligados às classes dominantes. De acordo com Lenardão (2004), o elo que sustenta o clientelismo (barganha político-eleitoral) é o favoritismo. Nos países de terceiro mundo, o clientelismo se faz presente na democracia moderna, a herança colonial é o fator determinante para essa presença e a barganha do voto reproduz a corrupção na democracia.

Como visto, o clientelismo surge em decorrência das relações sociais que acontecem entre os poderosos rurais e os marginalizados, demonstrando as desigualdades sociais existentes entre esses dois grupos (os abastados e os pobres) (FAORO, 2001). Nesse contexto, fica evidente que o clientelismo já fazia parte do governo ditatorial-militar, com o cenário de urbanização e colonização de Rondônia, no qual a IEAD desenvolveu e ampliou suas atividades de expansão missionárias. Herdou essa prática política dessa época, cuja prática continua presente na democracia moderna - o favoritismo. Carvalho (1998) confirma que nas urbanizações das cidades, como aconteceu em Porto Velho e Rondônia, o coronelismo fenômeno que era visto na República velha, aparece na modernidade na forma do clientelismo.

O termo clientelismo se refere à forma de relação entre os atores políticos, que oferecem empregos, benesses fiscais, econômicas, obras e donativos pelo apoio político-partidário. Há a negociação do voto em troca de favorecimento individual ou do grupo, que se torna cliente dos políticos. Esse conceito de clientelismo se associa ao de coronelismo, como já foi abordado, quando se tratava das relações eleitorais no período da República Velha na História do Brasil (CARVALHO, 1997). Para Lacerda (2016, p. 3), essa prática de clientelismo também é um “[...] elemento presente na mobilização pentecostal”.

Nesse pensamento, Mariz (1994) atesta que, a partir da Constituição federal de 1988, cresceu a participação dos eleitores da classe pobre e marginalizada na política. Eles se tornam prisioneiros do sistema de patronagem, pois negociam seus votos em troca de favorecimento político. As igrejas pentecostais compostas por essa população motivam sua participação no processo político-partidário, porém

fortalecem essa condição de comportamentos clientelistas. Com seus discursos, os líderes tentam convencer os adeptos a votarem em candidatos apoiados pela instituição, defendendo que esses políticos lutam pelos interesses da Igreja.

Desse modo, quando se afirma que as práticas políticas da IEAD seguem o clientelismo típico do coronelismo, é porque reproduzem esse modelo que já era usado em Rondônia, formado pela cultura existente. Nesse sentido, Lacerda (2016) e Mariz (1994) explicam que o clientelismo aparece como mecanismo de reprodução, por parte da IEAD, com as formas tradicionais de dominação na política partidária brasileira.

Na visão de Freston (1993) e Baptista (2007), também se nota que a IEAD adotou o *ethos* coronelístico do Nordeste brasileiro de forma autoritária, por uma oligarquia de pastores que tudo decidem e apenas comunicam aos seguidores o que lhes competem fazer, tomando o conhecimento de cumprir certa designação. As lideranças adotam o caudilhismo e o coronelismo.

Para Baptista (2007), o caudilhismo é exercido pela força do poder político aceito pelo grupo comunitário que vive para servir o caudilho. Esse seria o líder político carismático, ligado a estruturas tradicionais da cidade, como os militares e os senhores de fazendas. No estudo de Domingues (2008, p. 10), os caudilhos “[...] garantiam seu controle sobre várias classes pela adulação, pelo magnetismo pessoal, ou pela ameaça do uso da força”.

De acordo com Freston (1993), no período de 1972 a 1985, a presença de evangélicos já era expressiva em Rondônia. Motivados por seu crescimento, os líderes da IEAD vislumbravam o peso eleitoral da Igreja na política. Quando se realizavam as reuniões, o templo se tornava ponto de encontro de candidatos convidados para participarem e apresentarem seus projetos políticos, a fim de buscarem apoio político de suas candidaturas no pleito eleitoral.

Ao comparar a atuação social e proselitista da IEAD, sua entrada no processo político-partidário de Rondônia se deu de forma tímida, embora, no período de 1973 a 1985, ela já vivesse seu despertar político entre as lideranças eclesásticas, para participar dos eventos eleitorais. Desse modo, a atuação de movimentos religiosos no processo político-partidário brasileiro pode ser verificada na construção da democracia. A elaboração da Constituição federal de 1988 foi marcada com a participação de grupos religiosos defendendo suas questões de interesse. Na atualidade, entre esses integrantes do cenário político, estão os católicos, os

neopentecostais e os pentecostais, cujos principais representantes fazem parte da Assembleia de Deus.

Por que esses segmentos religiosos optam pela participação da política partidária brasileira? Para a professora Maria das Dores Campos Machado (2017), especialista em Sociologia da Religião, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em entrevista ao *Jornal Global El País*, é porque existe a articulação de interesses. Estarem na política lhes proporcionam várias prerrogativas: proteção, serem ouvidos e respeitados, legitimidade. Além disso, também têm a capacidade de influenciar grupos da sociedade. Podem fazer parcerias com o Estado para conseguirem concessão de rádio, televisão e outros benefícios na área da ação social.

Segundo Campos (2010), há duas razões para explicar o motivo da entrada desses segmentos religiosos no processo político brasileiro: 1) medo que a legislação venha a contemplar temas como a liberação das drogas e a descriminalização do aborto; 2) posicionamento contra instituições e partidos políticos que buscam aprovar leis para impedir o avanço dos neopentecostais e dos pentecostais. Com a sua postura e os motivos apresentados, a IEAD tem se fortalecido na política partidária de Rondônia, além de fazer aliança com lideranças políticas, visando aos seus interesses corporativos e de poder.

Esses posicionamentos têm a ver com a política partidária de Rondônia. A emancipação política do estado se iniciou com a vinda do Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, no mês de outubro de 1940. Dessa visita, resultou como já foi visto, a criação do território federal do Guaporé que, depois, denominou-se território federal de Rondônia, transformado em estado de Rondônia (PALITOT, 2016). Para melhor compreensão dessa mudança, é essencial a exposição da política partidária de Rondônia.

2.2 A POLÍTICA PARTIDÁRIA EM RONDÔNIA

Pode-se definir política partidária, de acordo com Silva (2016), como o exercício da política por meio da filiação do sujeito a um partido político. Isso significa que, para a atuação ser efetivada, é necessário que o cidadão seja filiado a um partido. Ocorre a construção de um elo entre os eleitores filiados e a política partidária, incluindo o compromisso de trabalhar e votar em determinados

candidatos. Novos partidos políticos surgiram como forma de representar grupos de interesse e setores sociais na disputa pelo poder.

Na sociedade rondoniense, a política partidária sofreu constantes modificações devido aos fluxos migratórios intensos, ao crescimento das cidades, ao aumento dos garimpos, da extração de madeira e de outros recursos naturais. Essas mudanças exigiam constantes posicionamentos e intervenções dos políticos e do governo dos municípios e do estado.

A política partidária se fortaleceu em Rondônia em 2010, com o desenvolvimento em áreas urbanas e rurais, envolvendo uma população de cerca de 1.562.409 habitantes, com aproximadamente 1.100.000 eleitores, distribuídos em 52 municípios do estado (IBGE, 2010).

Dentre os pleitos eleitorais realizados em Rondônia, em 1982, houve o que se tornou de grande importância para o povo. Nesse pleito, o Estado recém-criado pela Lei Complementar 41, de 22 de dezembro de 1981, conseguiu eleger os seus primeiros deputados federais, ou seja, a sua primeira bancada federal no Congresso Nacional. Também foram eleitos seus senadores, legisladores estaduais e municipais (MATIAS, 1998).

Pelos dados da prefeitura de Porto Velho (2020), em 1982, não houve eleição para prefeito, pois Sebastião Assef Valadares foi nomeado. Porém, o pleito eleitoral municipal elegeu 17 vereadores, conforme dados do TRE-RO (1982). Desses, 10 estavam ligados ao Partido Democrático Social (PDS), sete vinculados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - partidos herdeiros do antigo processo bipartidário ditatorial (MDB - oposição - e Aliança Renovadora Nacional (Arena) - do governo).

Nesse pleito, o vereador Waldemar Pires Marinho do PDS recebeu apoio da IEAD para a sua eleição. O pastor lhe apresentou à Igreja como um bom candidato, que seguia os princípios bíblicos, que iria representá-la na Câmara Municipal, por isso, merecia o voto da membresia.

Em 1982, Rondônia também não teve eleição para governador, sendo o do antigo território apenas reempossado no cargo. Conforme registra Vianna (2006), essa transição ocorreu com o coronel Jorge Teixeira de Oliveira. Desse modo, as eleições se deram parcialmente para compor o parlamento do novo estado. Envolveu 24 deputados eleitos, sendo 15 deles filiados ao PDS e nove ao PMDB. A

bancada federal ficou formada por oito deputados, três do PMDB e cinco do PDS. Elegeram-se três senadores do PDS.

Cinco deputados filiados ao PDS e três ao MDB foram eleitos para integrar a Câmara Federal de Deputados. O PDS, partido de apoio ao governo militar, também garantiu três vagas para o Senado Federal, o que permite verificar quais forças políticas mantinham o governador, interessado em assegurar para o novo estado um espaço no Senado, conforme assegura Viana (2006).

Desses parlamentares eleitos, os deputados estaduais Sadraque Muniz do PMDB e Amizael Silva do PDS e o deputado federal Orestes Muniz do PMDB tiveram o apoio da IEAD para as suas eleições, assim como foi apresentado o vereador Valdemar Marinho.

Essa participação da IEAD na política partidária de Rondônia, por meio do seu apoio ao vereador Waldemar Pires Marinho do PDS, e aos deputados estaduais Sadraque Muniz, Orestes Muniz, ambos do PMDB, e do Amizael Silva do PDS, demonstra, segundo Baptista (2007, p. 17) “[...] a capacidade de controle da Igreja sobre o comportamento político dos seus adeptos e a capacidade de garantir na prática, a fidelidade da maioria dos membros nos momentos de votação”.

Nesse contexto político que conta com a participação da IEAD no parlamento Municipal e Estadual, os parlamentares estaduais eleitos, que tomaram posse no início de 1983, organizaram uma assembleia estadual constituinte em janeiro do mesmo ano e em agosto promulgaram a Constituição estadual, sob a presidência de José de Abreu Bianco, filiado ao PDS naquela época, que posteriormente tornou-se governador do Estado pelo PFL, no período de 1999 a 2002. Rondônia vivenciou uma situação atípica, uma vez que foi a única unidade federativa que teve duas constituições na mesma década.

A atuação do parlamento de Rondônia foi marcada, ao longo das primeiras décadas de 2000, por uma série de crises institucionais, entre as quais está o conflito nas relações do Executivo com o Legislativo especialmente entre 2005 e 2006. Nesse período, ocorreram várias operações da polícia federal e das instituições de controle, que geraram a prisão de dois presidentes no exercício do mandato. Um deles foi cassado pela Assembleia Legislativa de Rondônia, em 2012, por falta de decoro parlamentar.

Rondônia teve um ambiente político-partidário de extrema instabilidade, passando por processos que envolveram as prisões de deputados, a condenação de

outro pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 2010, bem como o afastamento de políticos dos cargos por 30 dias. Em 2013, ocorreu a prisão de mais um presidente da Assembleia Legislativa, mostrando um cenário político estadual conturbado.

Outro fator das relações políticas de Rondônia está associado à origem dos eleitores e ao impacto que essa composição traz para a Assembleia Legislativa, uma vez que aproximadamente 75% deles são do interior do estado. Há um forte predomínio de deputados oriundos das regiões interioranas, especificamente do eixo por onde passa a BR 364. Há uma representação menor da Capital no legislativo estadual, mesmo que nas últimas eleições tenha havido aumento em tal aspecto.

A Assembleia passou a ser integrada por 16 partidos nas últimas eleições de 2014, sendo essa condição fruto da fragmentação partidária no estado. Ela é composta pelos seguintes partidos com o número de representantes: PMDB três, PP dois, PT dois, PSDC dois, PT do B dois, PDT dois, PTB um, PSD um, PSDB um, DEM um, PSB um, PV um, PEN um, PRP um, PTN um, Solidariedade um.

Fica visível o grande número de agremiações partidárias em Rondônia, tendo sido registradas 28 nas últimas eleições, o que mostra a tendência nacional de proliferação de novas legendas políticas. A participação de políticos declaradamente integrantes de instituições religiosas surge como uma constante. Em 2018, a presidência da Assembleia Legislativa Estadual foi ocupada por Mauro de Carvalho, conhecido por Maurão, filiado ao PP, membro da IEAD. No seu quinto mandato, é o parlamentar mais antigo da Assembléia. Maurão atua como aliado do ex-governador, agora senador, mesmo tendo sido condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), aguardando em exercício do mandato o trânsito em julgado da decisão.

O estado de Rondônia passa atualmente (2019) por fragmentação partidária. O PMDB, partido mais tradicional, contou com apenas três cadeiras no Legislativo. Mesmo tendo ainda a maior bancada, ao lado do PP que detém a presidência, seu suporte ao governo do estado se mostra ineficiente diante da necessidade do Executivo em aprovar os seus projetos. Praticamente em todas as situações, existe um processo de negociação ou troca de favores para que se obtenha a votação pretendida.

Em 2016, o povo rondoniense elegeu o advogado Hildon Chaves, do PSDB, como prefeito de Porto Velho. Em 2018, ganhou o pleito o coronel Marcos Rocha, do PSL, para governador de Rondônia. Em 2019, com uma nova composição parlamentar, a

ALE-RO iniciou os trabalhos ordinários no parlamento. Laerte Gomes, do PSDB, como novo presidente da Casa de Leis, comandou a sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos ordinários da 10ª legislatura. A organização parlamentar conta com 13 deputados reeleitos e mais 11 eleitos, todos tendo quatro anos de mandato. A ALE-RO é composta por 24 deputados distribuídos nos seguintes partidos: um do DEM, três do MDB, um do PV, um do PSDB, um do PT, um do PMN, um do PDT, um do PP, três do PRB, um do PROS, um do PSC, um do PSD, dois do PTB, dois do PODEMOS, dois do PSB, um do PSL, e um do PTC.

Acerca da fragmentação partidária que se verifica na composição da ALE-RO, ela segue a tendência nacional. O Brasil tem 35 partidos políticos registrados, mas há ainda 55 aguardando registro na Justiça Eleitoral. De acordo com Freston (1993), a fragmentação partidária, associada ao sistema eleitoral, em representação proporcional que aplica lista aberta – que é definida, apenas depois da apuração dos votos - gera maior facilidade para a inserção de pentecostais na política partidária. Essa inserção tem sido crescente, ganhando destaque na mídia. A participação dos pentecostais na política está ligada à expansão das igrejas no Brasil, incluindo especificamente o estado de Rondônia (LACERDA, 2017).

Ao mesmo tempo em que se expande a política em Rondônia, também essa tem sido alvo de operações policiais, que resultaram em prisões, cassações e afastamento de parlamentares das representações municipal, estadual e federal, com destaques nos noticiários nacionais, da pior forma possível (MACHADO; BURITY, 2014).

Um desses casos foi divulgado pelas redes sociais com o tema “Prefeito de Porto Velho é afastado, secretários são presos suspeitos de fraudes” (O TEMPO, 2012). Ficou registrado que policiais federais deflagraram a operação que repercutiu no afastamento do ex-prefeito de Porto Velho, Roberto Eduardo Sobrinho do PT, eleito em 2004 e reeleito em 2008. Também a prisão de quatro secretários da gestão municipal, suspeitos de desvio de dinheiro público, por meio de superfaturamento de contratos e da não prestação de serviços. De acordo com o Ministério Público de Rondônia, o esquema movimentou mais de R\$ 124 milhões.

A revista *Veja* (2013) publicou a matéria “Rondônia, terreno fértil para a corrupção”. Apontou que os policiais civis desmontaram a quadrilha que tinha esquemas financeiros no tráfico de drogas e na prática de estelionato. Faziam parte do grupo alguns parlamentares, entre eles, Hermínio Coelho do Partido Social

Democrático (PSD), presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia. No esquema, acontecia a nomeação de servidores fantasmas no gabinete dos parlamentares, como estratégia para a lavagem do dinheiro que era obtido pela venda das drogas e do estelionato. Era a retribuição dos políticos ajudados pela quadrilha que acumulou cerca de 33 milhões de reais (CASTRO; BONIN, 2013).

Esse tipo de matéria expressa a ligação dos políticos com os traficantes. O apoio financeiro dos bandidos para as eleições trazia benefícios aos envolvidos. Estavam comprometidos, além do presidente da Assembleia Legislativa do estado, os deputados estaduais Ana Lúcia Dermani (PTB), Adriano Boiadeiro (PRP), Jean Oliveira (PSDB) e Cláudio Carvalho (PT) (CASTRO; BONIN, 2013).

Os vereadores de Porto Velho faziam parte desse tipo de situação de desvio, lavagem de dinheiro e troca de favores, sendo alvos da operação desenvolvida por policiais civis de Rondônia. O ex-deputado federal Lindomar Garçom, segundo colocado na eleição para a prefeitura de Porto Velho, em 2012 apareceu na lista de investigados, acusado de ter recebido dinheiro de traficantes. Outros foram apontados como negociadores da quadrilha em compra direta de drogas (CASTRO; BONIN, 2013).

Ao lado dessa lista de deputados e candidatos, o ex-governador Confúcio Moura, eleito em 2010 e reeleito em 2014, filiado ao PMDB, tem sido alvo de investigações, uma vez que sugiram indícios de que ele recebeu doações ilegais para a campanha, bem como um imóvel oriundo de doação de um traficante, por meio do uso de dinheiro ilícito. O imóvel foi utilizado pelo ex-ministro Mangabeira Unger, enquanto atuou no cargo de consultor do governo de Rondônia.

Todos esses acontecimentos noticiados pela mídia, enfatizados a partir das eleições de 2012, demonstram a volatilidade eleitoral, uma vez que ocorreram a troca de partidos e as mudanças de bancadas tanto nas eleições municipais como estaduais. Foram ações que propiciaram a fragmentação partidária, sendo a circunstância elevada no período que envolveu as eleições de 2014. O cenário da política partidária construído em Rondônia contribuiu e proporcionou a participação da IEAD no processo político para disputar os pleitos eleitorais. Para Mariano (1999), a organização dos evangélicos na política não é nova, pois ocorreu desde 1980. Sendo que, a IEAD como foi visto, participa da política partidária em Rondônia, desde 1972, com apoio a candidato para o cargo de vereador.

Desse modo, ao longo dos anos, o envolvimento da IEAD com o processo político-partidário em Rondônia tem visado aos interesses corporativos e às questões morais.

Entretanto, além desses motivos, no livro: *Evangélicos na política brasileira*, Freston (1994) esclarece que o envolvimento dos pentecostais com a política foi motivado pelo fato de buscarem garantir que a Igreja Católica não fosse a única religião oficial no cenário político e por lutarem contra a legalização do aborto, a liberação das drogas e o casamento homossexual.

Nos interesses corporativos da Igreja, estão inclusas as emendas parlamentares que servem para garantir a continuidade dos serviços sociais prestados por suas associações e fundações, a concessão de rádios e outros meios de comunicações, além de cargos políticos para beneficiar membros da instituição e parentes de pastores. Baptista (2007, p. 267) afirma que “[...] as práticas políticas dos pentecostais revelam que são ativos mobilizadores de recursos públicos para beneficiar suas organizações”.

Baptista (2007, p. 22) escreve ainda que a atuação política dos líderes eclesiais das igrejas pentecostais está relacionada “[...] com valores tradicionais da cultura brasileira, como: autoritarismo, clientelismo, corporativismo, fisiologismo, nepotismo e correlatos”. Os pentecostais ingressam na política partidária, e aqui entra também a Assembleia de Deus de Rondônia, e herdamos as manhas e artimanhas do modelo imperfeito de fazer política no cenário brasileiro. Desse modo, são políticos pentecostais nem melhores nem piores do que os seus pares. A seguir as informações mais detalhadas a respeito da participação da IEAD na política partidária de Rondônia.

2.3 A PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

Desde a Assembleia Constituinte de 1986, não é novidade a forte presença dos pentecostais na política, tornando-se notória no cenário eleitoral de Rondônia. De maneira distinta da atuação dos católicos, que deixaram de atuar na política de forma mais direta como faziam nas décadas de 1960 e 1970, ao longo da redemocratização do País, os evangélicos aumentaram a sua participação política, após 1980. Esses, incluindo a IEAD, durante um tempo, como já comentado, agiam de modo sectário quanto ao envolvimento político, parecendo contrários e críticos ao

modo atuante católico na esfera pública. O crescimento do desempenho dos evangélicos no processo político resultou na acomodação e convivência com as autoridades instituídas, conforme aponta Rattner (2000).

Nas eleições de 1986, os pentecostais elegeram 18 deputados para a Assembleia Nacional Constituinte, enquanto os protestantes históricos com apenas 16, formando a Bancada Evangélica, com algumas exceções (FRESTON, 1993). Essa bancada reúne o grupo suprapartidário, com a composição de congressistas pertencentes a várias igrejas. Tem o objetivo de atuar em conjunto para aprovar ou recusar leis de interesse religioso, bem como pautar as discussões no parlamento brasileiro. Seu nome oficial é Frente Parlamentar Evangélica, embora mais reconhecida por Bancada Evangélica nos diferentes seguimentos: mídia, literatura científica, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e outros (PRANDI, 2017).

Nesse entendimento, a Bancada Evangélica surgiu a partir da eleição da Assembleia Constituinte, em 1986, com sua característica que permanece até a atualidade. Não é política nem ideologicamente homogênea, mas, de forma geral, mostra-se conservadora e ativista para o enfrentamento político de demandas moralistas. Para Pierucci (1996), faz reivindicações reais dos setores populares, não habituados a separar as esferas da política e da moralidade privada.

Segundo dados do DIAP (2018), essa bancada tem crescido nos pleitos eleitorais de 2010, 2014 e 2018. Em 2010, ela iniciou os trabalhos legislativos com 73 representantes; em 2014, com 75 atuantes; em 2018, agregou 84 participantes. São números consideráveis, visto que, durante anos, os evangélicos se mantiveram afastados da política partidária, mas, após 1980, entraram nos pleitos eleitorais para defender suas ideias e propostas políticas. Segundo Prandi (2017, p. 18),

[...] temerosos de que a Constituição devolvesse à Igreja católica, antigos e exclusivos privilégios. Temiam também que a nova carta incluísse a defesa dos homossexuais, dos comunistas, das feministas, da liberalização do aborto, do uso de drogas e de outros temas contrários à moral pregada por suas igrejas.

A participação política dos evangélicos, para Freston (1993), foi organizada em fases, conforme maior ou menor atuação, vistas em quatro momentos registrados de 1946 a 1951, atuação Metodista; de 1952 a 1975, fase Presbiteriana; de 1976 a 1987, época da Batista; a partir de 1988, entrou a etapa da Assembleia de

Deus. Oro (2002) esclarece que uma nova fase começou após 1990, com a inserção da Igreja Universal na política, sendo pentecostal ou neopentecostal.

Nas fases de participação dos evangélicos na política, observa-se que a IEAD começou a sua atuação na política nacional, depois de 1980, rompendo com uma proibição construída em muitas igrejas. Era um tipo de tabu cultural da IEAD que se vinculava à constituição religiosa, pois fazia parte da percepção de mundo do grupo, do seu modo de agir e intervir no *ethos*. Essa visão cultural levava o crente pentecostal a viver como peregrino na terra, pois apenas deveria buscar a cidadania celestial, rejeitando certos vínculos com o mundo. Esse comportamento repercutia na condição de ser visto como detentor de vida digna (FREESTON, 1993).

No entanto, essa posição cultural de consagração, em que não poderia o crente se envolver com negócios mundanos, foi aos poucos sendo alterada, diante das mudanças sociais, econômicas e política, vivenciadas ao longo da década de 1980. Os pentecostais alteraram sua visão sobre a política, justificando seu envolvimento por entender que esses novos tempos surgiram como desafio. Na nova ordem jurídica e civil, muitas situações alterariam a vida das pessoas, sendo abordados os pontos principais da existência dos grupos pentecostais. Seus direitos e sua liberdade religiosa requeriam ser defendidos, conforme aponta Rogério Ferreira Nascimento (2010).

Dessa forma, a visão cultural e teológica do modo pentecostal de ficar fora da política foi substituída por uma noção de ativismo religioso. A justificativa era a de que, assim, atenderiam aos interesses do grupo, salvaguardando suas liberdades e necessidades. Isso fez com que ocorresse uma mudança de mentalidade nas igrejas pentecostais, em que a sua atuação se ativou na política, destacadamente durante os trabalhos para a aprovação da Constituição federal de 1988.

A mudança de pensamento é bastante significativa, pois os assembleianos, de maneira especial, disseminavam a ideia de que política era pecado ou coisa de gente ímpia. Rejeitavam a participação da Igreja e dos fiéis nesse ambiente, conforme observa Elias (2005). A negação de entrar na política se fundamentava no zelo conservador, que visava separar as coisas mundanas das sagradas, mantendo as raízes puritanas.

Nesse enfoque, havia um forte ascetismo por parte das igrejas em situar a política partidária como um campo que envolvia ações mundanas e pecaminosas. De acordo com explicação de Mariano (1999), a perspectiva cultural que permeava

essa visão religiosa, especialmente da IEAD, era a de que o crente viveria com a preservação dos costumes. Estava requerida a santificação para a manifestação de dons espirituais e o ato missionário, sendo aspectos caracterizadores da denominação por um longo período de sua história.

Elias (2005) explica que o projeto central da IEAD envolvia a visão proselitista agressiva em oposição à Igreja Católica. A pentecostal mantinha certas características básicas da religião, ao ter sua forma de atuação na sociedade, especialmente, em relação às questões políticas. Comportava-se de modo diferente da diligência de padres e de seguimentos sociais envolvendo fazendeiros e latifundiários de diversas localidades.

A evangelização proposta pela Assembleia de Deus no Brasil do início do século XX abrangia um grande número de pessoas que não possuíam os conhecimentos intelectuais, nem as verdades bíblicas. Muitos pastores e missionários, sendo obreiros, eram semialfabetizados, conhecendo apenas os fundamentos do Evangelho, de forma rudimentar. Em consequência, não se inseriam em qualquer atividade de projeção social naquela época, vendo a política como um ramo para os doutores e os mais abastados financeiramente.

Nesse enfoque, a desvalorização da política era repercutida como algo intrínseco das denominações pentecostais. Predominava a determinação severa em negar prazeres, vaidades, bem como o mundo e o que desse fizesse parte. Era a maneira de afastarem das tentações e de assegurarem a manutenção dos hábitos de santidade. O modo de viver propiciaria a libertação do mundanismo, para uma vida de privações em direção à salvação. Os pentecostais pregavam que os fiéis deveriam ser cidadãos dos céus, que seguissem certos rigores de comportamento em oposição a situações de alegria e gozo terrenos, que não condizem com os celestes (PRANDI, 2017).

As perspectivas dessa visão pareciam fáceis de manter, enquanto os integrantes da Igreja se apresentavam em condições de pobreza, privados de bens materiais e educacionais, seguindo a disseminação da cultura daquele comportamento. No entanto, as alterações da sociedade e a mobilidade social aliada a diversas culturas resultaram em percepções distintas de serviços e oportunidades de consumo, cabendo a busca por adaptações. A sedução do mundo, com a moda e as opções de entretenimento, modificou os interesses dos grupos, bem como a vida

material de fiéis, que acabaram fazendo concessões ao espírito moderno (MARIANO, 1999).

Nessa linha de pensamento, notam-se as mudanças sociais nas demandas do mercado religioso. As diversas lideranças pentecostais entenderam que deveriam ajustar gradativamente a mensagem sobre as exigências religiosas para que fosse possível os adeptos mostrarem o seu devido cumprimento. Desse modo, o sectarismo e o ascetismo se acomodaram ao processo de institucionalização, alterando a rotina e cotidianizando o carisma do pentecostalismo ao longo do tempo (WEBER, 2012).

A acomodação e a alteração de visão de mundo, conforme expõe Mariano (1999), trouxeram modificações com o abandono de uma maneira de ser, indo em direção a valores e interesses que antes não eram aceitos, ou seja, direcionaram-se para a sociedade de consumo. Esse enfoque envolveu também a inserção de muitos evangélicos que se tornaram empresários e políticos, na visão assumida pela IEAD, ao entrar na política partidária de Rondônia.

O entendimento de política partidária trata dos partidos políticos, entidades que agregam políticos que acreditam numa mesma ideologia e lançam candidatos a fim de elegê-los para os diferentes cargos políticos que existem na sociedade. A ideia que se tem sobre política partidária (partidos políticos) surgiu na Inglaterra durante a Idade Moderna (ARRUDA, 2009).

Arruda (2009) entende que grandes transformações ocorreram na Inglaterra no século XVII, entre elas, a consolidação da monarquia constitucional chamada Revolução Gloriosa (na qual encerrou o reinado de Jaime II e instituiu a Monarquia parlamentarista). Uma das contribuições desse processo político-partidário por qual passou a Inglaterra nesse período foi o fortalecimento do Parlamento inglês com a atuação de dois grupos políticos, os *whigs* (liberais) e os *tories* (conservadores).

Para Arruda (2009), durante a Revolução Francesa no final do século XVIII, a França também se fortaleceu na política partidária por dois grupos políticos, os girondinos e jacobinos, estrutura partidária que surgiu gradativamente se estruturando e ganhando *status* de instituição política partidária no início do século XIX.

No caso específico brasileiro, a política partidária remonta ao século XIX, com o surgimento dos primeiros partidos políticos - Partido Liberal e Partido Conservador - que, no decorrer desse período, destacaram-se por sua atuação no Brasil. Nessa

discussão da política partidária, a história política no Brasil contempla fatos que marcaram por suas características em diferentes momentos.

No período monárquico, a política partidária estava na atuação de dois partidos o liberal e o conservador, que se divergiam em pequenas questões de ideologia, a federalista. O debate girava em torno da autonomia das províncias e da centralização do poder do imperador. Um grupo pequeno participava da política partidária, o controle dessa participação era regido pela Lei Saraiva de 1880. Antes dessa lei, o voto era indireto; após, foi decretado o voto direto e os votantes seriam os homens com renda acima de 200 mil réis anuais, alfabetizados, capazes de assinar o alistamento militar.

No período republicano, de forma gradativa, aconteceram as mudanças na política partidária. A Política do Café com Leite, em que havia o revezamento entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais e a política dos estados, com as trocas favores, havendo eleições fraudadas.

Na era Vargas, houve outras mudanças, entre elas, o instituído o Código Eleitoral em 1932, que estabeleceu o voto secreto, o sufrágio universal para as mulheres, voto obrigatório, criação de instituições que atuavam de forma independente para garantir a legitimidade das eleições realizadas no Brasil.

Na República Populista (Quarta República), teve a primeira experiência democrática. As eleições sem serem fraudadas, a aproximação do eleitor com os partidos políticos - fato da democracia da política partidária, porém interrompido pelo Golpe de 1964, com a Ditadura Militar e suas restrições aos direitos políticos dos cidadãos.

No período da Nova República, surgiu o novo período democrático: a Constituição federal de 1988 construiu o sistema político-partidário. Na atualidade, reconhece-se a república presidencialista, com as eleições para presidente a cada quatro anos.

Na época em que aconteceu a entrada da IEAD na política partidária em Rondônia a Ditadura Militar havia implantado práticas políticas que, conforme Lima (2012) guardavam vestígios do clientelismo, típicos do modelo coronelista. A IEAD acolheu esse modelo de governo.

Quando se fala em coronelismo, também se faz referência à fidelidade pessoal do eleitor em relação ao seu chefe político, representado pela figura do coronel. Nesse sistema, o voto dos eleitores se dava por meio da força e da troca de

favores. Os coronéis forçavam os eleitores a votarem nos candidatos que convinham aos seus interesses. Havia o voto de cabresto, que entrou em decadência na década de 1990, sendo substituído pelo clientelismo ou voto de barganha (LEAL, 1986).

Para Baptista (2009), a prática do clientelismo está marcada no modo de agir das lideranças pentecostais, pois se aproveitam da condição subalterna da maioria dos membros para alcançar seus objetivos na política. Lacerda (2016) entende que o clientelismo se mostra como mecanismo para explicar a reprodução, por parte dos pentecostais, das formas tradicionais de dominação de classe ou grupos. Segundo Farias (2000), essa prática do clientelismo está voltada para a relação de barganha político-eleitoral que gira em torno de vantagens materiais, além da apropriação privada da coisa pública por meio do voto, o que retrata a corrupção da democracia.

Seguindo o pensamento de Singer (1995), o clientelismo religioso acontece quando os pastores apoiam os candidatos, apresentando-os aos seus membros. Eles indicam os cabos eleitorais, de acordo com os interesses desses candidatos e da igreja. São lideranças responsáveis por controlar e ganhar uma expressiva quantidade de votos para o político que, por sua vez, se eleito, se tornará o representante da instituição religiosa no parlamento, devolvendo o apoio em benesses e fidelidade.

Farias (2000) enfatiza que a prática do clientelismo está relacionada com a barganha político-eleitoral a fim de obter vantagens materiais. Pierucci (1996, p. 189) confirma essa ênfase em relação à igreja quando destaca “[...] o insaciável apetite dos fiéis conservadores por benesses, verbas, cargos e concessões de emissoras de rádio, e canais de TV: para suas igrejas, sim, mas também para si próprios”. Com essas práticas políticas, o modelo coronelista/clientelismo é visto nas lideranças da IEAD, ao indicar candidatos e influenciar seus membros a votarem neles, controlando o processo eleitoral em função de interesse dos pastores e da Igreja.

Dois clássicos da Sociologia abordaram esse assunto, contribuindo para compreender como se estabelecem as estratégias de relação de poder entre as lideranças religiosas e sua membresia. Max Weber, em *Economia e sociedade*, tratou o conceito de dominação e Pierre Bourdieu, com o livro *Economia das trocas simbólicas*, desenvolveu o conceito de campo de poder e de dominação. Para Weber (2012, p. 33), dominação é a “[...] probabilidade de encontrar obediência a

uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”. O vocábulo poder significa “[...] a capacidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências”.

De acordo com Lopes (2016), a dominação está baseada nas relações sociais moldadas pelas lutas. Ela assenta uma verdadeira constelação de interesse, monopólio econômico e religioso. É estabelecida por autoridade, ou seja, o poder de dar ordens. Nesse sentido, os líderes da IEAD mantêm sua capacidade de convencimento junto aos adeptos para votarem nos políticos indicados por eles, porque seus discursos criam neles a confiabilidade e a segurança do que é proposto.

No entendimento de Lopes (2016, p. 18), para Bourdieu, as relações de poder religioso se apresentam como “[...] um meio inigualável de domesticação”, em que o adepto não se percebe dominado e sim como parte contribuinte da força da igreja. Quando se trata do relacionamento entre o poder religioso e o político na IEAD, essa capacidade de domesticação se caracteriza e se fundamenta no momento da escolha do candidato pelos pastores. O discurso da liderança enfatiza um político que, no mínimo, seja íntegro, pois, se não for, a igreja pagará pela preferência.

Utiliza-se não raro o discurso de Provérbios 29,2: “Quando os justos (membros da igreja) governam, o povo se alegra, mas quando o ímpio (não são membros da igreja) governa, o povo geme” (BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL, 2014). A prédica repetida pelos pastores é a de que os cristãos regenerados devem escolher líderes guiados pelo Criador, como está em I Samuel 12, 13-25, não tendo a visão da ganância, da corrupção, do desmando e das falcatruas na política.

Nessa relação de dominação os pastores apontam a imagem dos políticos escolhidos como sendo homens íntegros, com um modo de vida exemplar. Passam a confiança para os membros escolher os candidatos oficiais da instituição, fazendo uso do seu poder simbólico-religioso. Transferem o campo político e seus símbolos para o religioso, por meio dos seus discursos. A maioria dos membros vota nos candidatos oficiais, seguindo as orientações dos pastores (BANDINI, 2009). Os candidatos preferidos são geralmente apresentadores, empresários, cantores, parentes das lideranças principais, e são vistos pelos demais como membros exemplares e bem-sucedidos (FREESTON, 2000).

Tais relações de dominação não se estabelecem apenas no campo religioso, mas em qualquer ambiente social. A dominação cria possibilidades de controle e

regulação dos comportamentos individuais. Quando se trata da IEAD, No processo político de Rondônia a atuação dominante da IEAD afirma-se positivamente, porque a maioria da membresia não mostra resistência em apoiar os políticos indicados pela instituição religiosa. Isso se explica no pensamento bourdieudiano como monopólio de poder, visto nas relações entre o meio religioso e o político (LOPES, 2016).

O interesse pelo poder aparece quando a IEAD começa sua participação no processo político-partidário de Rondônia. A agremiação religiosa vai rompendo com suas compreensões tradicionais sobre envolvimento na política, ignorando seu discurso sectário anterior e elaborando um projeto político para a membresia em vista da conquista do pleito eleitoral (LOPES, 2016).

Bourdieu (2015, p. 8) afirma que o poder simbólico é invisível, apenas “[...] exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. O controle das ações dos indivíduos na religião para a política, mesmo não aparecendo tanto nas formas estruturais, está nos discursos dos líderes religiosos, em que há a justificativa dos interesses particulares. Não aparece nas estruturas, pois essas são patriarcais, fechadas e detentoras do monopólio do poder. Se fossem democráticas e abertas, se qualquer posição pudesse ser colocada na IEAD, como os pastores teriam hegemonia?

Nenhum fiel contesta a hegemonia dos pastores, presente no discurso deles, sendo seu domínio institucional. Essas estruturas de poder aparecem no momento em que os pastores da IEAD escolhem os candidatos oficiais da igreja. Indicam e exercem o poder sobre o voto dos fiéis pelo autoritarismo, abordado por Martins (2002, p. 65) como,

[...] um conjunto secular de representações, crenças, valores, e normas que impregnou, historicamente, por dentro e molecularmente, as instituições públicas e privadas no Brasil [e se] constitui um campo de forças que fornece a centralidade simbólica e inspira tradicionalmente a organização das instituições do poder e da política no Brasil.

Nesse pensamento, para Baptista (2009) a estrutura administrativa da IEAD é identificada como autoritária, participando e favorecendo o clientelismo. O poder determinante é centrado na figura do pastor-presidente, assessorado por um grupo privilegiado e fidelizado de pastores colaboradores. Como em uma pirâmide, os dirigentes das congregações estão no topo, enquanto os membros comuns, na base:

Membros comuns que se envolvem nas atividades diárias da igreja, através de uma extensa rede de cargos e posições de baixo nível. Uma enorme “massa” de membros se sente como parte integrante da instituição, ainda que esteja excluída de participar no processo de tomada de decisões e exercício do poder eclesiástico, porque está ativamente engajada na pletora de atividades das organizações internas da igreja (BAPTISTA, 2009, p. 78).

O poder é concentrado na elite ou na liderança de pastores, seguidos por dirigentes e os fiéis comuns. A esses últimos resta “[...] apenas obedecer às determinações que vêm de cima” (ROLIM, 1985, p. 41). Esse modelo está no cerne do processo político-partidário, quando os pastores apresentam os candidatos escolhidos pela comissão. O contexto mostra a hegemonia dos pastores em relação aos fiéis, lembrando o que Gramsci (2002) atestava ser a capacidade de grupos sociais dominantes dirigirem os outros pelo consentimento.

Quanto à hegemonia como atividade de domínio, Silva (2010) escreve que, ao lado das categorias dominantes, há aquelas sociais antagônicas que tentam atingir o requisito de direção racional e moral, mas se não conseguem o consentimento majoritário em relação aos dominantes, continuam sendo dominados. Para Gramsci (2002), ser hegemônico é ter posição de supremacia na sociedade, dominando pela força, com auxílio das instituições estatais e do governo político.

Exemplo histórico disso foi a Igreja Católica que no passado manteve sua hegemonia no campo religioso influenciando toda sociedade brasileira, por meio de práticas, ensinamentos e aliança com o Estado. Após várias transformações sociais, essa religião trazida pelos colonizadores passou por declínio no século XIX, porém se mantém presente na maioria dos lares da população. A grande novidade do século XXI é que o Brasil está em um processo de mudança na hegemonia entre os grupos religiosos (ALVES, 2012).

Essa transformação que vem ocorrendo no campo religioso se refere ao enfraquecimento da hegemonia católica e à expansão do pentecostalismo evangélico (SOARES, 2019). Em Rondônia, a expansão do pentecostalismo favoreceu sobretudo a IEAD, de acordo com dados do censo IBGE (2000). Dentro do universo pentecostal, essa igreja atinge 34% dos habitantes do estado.

Oliva (2007, p. 1949-1950) aponta que esse fenômeno “[...] se deve ao fato de esta proliferar suas casas de oração em bairros empobrecidos e favelas, criando um grande cinturão evangelizador”. Impulsionada por seu expansionismo, a IEAD

engajou-se decididamente no processo político-partidário rondoniense, desenvolvendo estratégias para seus representantes atuarem na vida pública. Ela se fortalece no campo religioso, aumenta o prestígio social e amplia o seu poder de barganha.

Conforme o TER-RO, observa-se que as legislaturas da Câmara Municipal de Porto Velho, a participação da IEAD na política partidária rondoniana teve início, em 1972, com eleição do vereador Amizael Gomes da Silva que assumiu o cargo Câmara Municipal de Porto Velho, em janeiro de 1973. Depois, seguiu elegendos outros para representá-la, conforme as legislaturas da Câmara Municipal de Porto Velho. A 2ª Legislatura da Câmara Municipal de Porto Velho, em 31 de janeiro de 1973, instalou-se sob a presidência do vereador Antônio Serpa do Amaral. Com o apoio da IEAD, foi eleito Amizael Gomes da Silva, do partido Arena. Na 4ª Legislatura, no dia 1º de março de 1983, constou o segundo vereador apoiado por ela, Waldemar Pires Marinho, do PDS. Na 5ª Legislatura das eleições de 1988, está mencionado o terceiro vereador apresentado pela IEAD, Jonatas Trajano, também do PDS.

Lembrando que o PDS foi o nome que a Arena, antigo partido da Ditadura, assumiu depois de 1980. Arena, PDS, PFL e DEM têm uma orientação ideológica muito semelhante. Os partidos em que estão os membros da IEAD, com exceção do MDB e PDT, são de direita. Pela prática política desses vereadores, essa agremiação religiosa marcava seu espaço junto a grupos políticos no pleito de cargos eletivos, com a presença nos poderes públicos (PALITOT, 2016).

Outros vereadores membros da IEAD também receberam seu apoio e se elegeram para atuarem como vereadores em Porto Velho. Entre eles, está Ted Wilson, em 2004, pelo Partido da Frente Liberal (PFL); Marcelo Cruz, em 2016, pelo PTB, e Joelna Holder, em 2016, pelo PMDB, conforme informações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO, 2019).

Para Baptista (2007, p. 70), a presença da Igreja na política partidária, representada pelos parlamentares a quem apoiou e ajudou a eleger “[...] contribui, adicionalmente, para ter acesso a recursos que servem de reforço em benefício” para ela no “campo religioso”.

Faoro (2001) entende que foi o modelo da colonização portuguesa que lançou base para a propagação da corrupção, que encontrou no Brasil uma terra fértil para se fixar na esfera pública, e foi mantida pelas elites no poder.

Para Baptista (2007), as práticas dos pentecostais (a IEAD faz parte desse grupo) na política partidária seguem o mesmo padrão de comportamento da cultura política implantada pelo Estado Nacional, em que se observam casos de corrupção e apropriação de recursos públicos, os mais conhecidos foram o mensalão e a máfia das sanguessugas.

Vale ressaltar que, a primeira participação direta da IEAD na política, com lançamento de candidato no município de Porto Velho, foi para eleger vereador, em 1972, como está apresentado no quadro a seguir.

Quadro 2 - Vereadores apoiados pela IEAD de Porto Velho

NOMES	CARGOS	PARTIDOS	N. DE VOTOS
Amizael Silva	Vereador	Arena (1972)	3.821
Waldemar P. Marinho	Vereador	PDS (1983)	803
Jonatas Trajano	Vereador	PDS (1988)	293
Ted Wilson	Vereador	PFL (2004)	2.142
Marcelo Cruz	Vereador	PTB (2016)	2.990
Joelna Holder	Vereadora	PMDB (2016)	3.666

Fonte: TRE-RO (2019).

O quadro 2 apresenta os vereadores eleitos entre 1972 e 2016. Portanto, a primeira eleição com candidato declarado pela Igreja se deu em 1972. Parlamentares tiveram esse apoio para representá-la na Câmara Municipal de Porto Velho, causando o prestígio político na cidade, assim como a Igreja Católica. Esses políticos são filhos de famílias tradicionais pertencentes à IEAD, membros desde a infância. Foram candidatos frutos de interesses de seus partidos e da instituição religiosa a que estão vinculados.

Elegeu-se vereador, pelo PFL, Ted Wilson de Almeida Ferreira, em 2004, com 2.142 votos, filho de família tradicional da IEAD. Marcelo Cruz (filho do pastor Evanildo Ferreira da Silva, supervisor de setor) pelo PTB, em 2016, com 2.990 votos. Joelna Holder (filha do atual pastor-presidente da IEAD e vice-presidente da Cemaderon), pelo PMDB, garantiu sua vaga com 3.666 votos.

O vereador Amizael Gomes da Silva é um político influente em Rondônia, como os outros possui prestígio social e eclesiástico. Ele contraiu matrimônio com Berenice Luz, filha do pastor Leonardo Severo da Luz, que foi pastor-presidente da

IEAD entre 1953 e 1980. Esse líder fundou a Cemaderon, mantendo a liderança por 27 anos. Teve o apoio de seu genro que o acompanhava nos municípios e distritos no alto-baixo Madeira, na missão de implantar igrejas em Rondônia, além de diversas frentes missionárias ao longo da BR 364, nos núcleos populacionais que iam surgindo (MELO, 2014).

Amizael se destacou na comunidade evangélica por ter crescido em seu seio, dedicando-se a ações religiosas. Sua imagem pública se fez como cidadão evangélico, casado com a filha do pastor-presidente da IEAD na época. Por isso, a agremiação religiosa apoiou a sua candidatura. Segundo Palitot (2016), em 1973, ele assumiu o cargo de vereador, com expressiva quantidade de 3.821 votos, pela Arena. Mostrou seu *status* com muitas influências nos órgãos públicos da cidade.

Dentre os representantes pertencentes às famílias tradicionais da Igreja, Waldemar Pires Marinho foi vereador de Porto Velho pelo PDS, em 1983, com 803 votos, e presidente da Câmara Municipal, de 1989 a 1990. Jonathas Trajano participou das eleições para vereador pelo PDS, em 1988, obteve apenas 293 votos, não sendo eleito, mas conseguiu ser convocado para assumir a vaga suplente de vereador. Por meio dele, a IEAD recebeu a doação de um lote para a construção do Grande Templo, na Rua Milena Mota, Bairro Lagoa, Capital.

Figura 20 - Grande Templo da IEAD em Porto Velho



Fonte: Site da IEAD (2019).

Esse local serve até hoje para a realização dos principais eventos da Igreja, tendo capacidade para aglomerar aproximadamente 12 mil pessoas. Diante desse

quadro mostra-se o esforço dos líderes da IEAD em Rondônia para manter seus representantes, conforme seus interesses.

Por seu proselitismo e atuação na política, a Igreja multiplica seus espaços sociais, percebendo que tem potencial para avançar no processo político. Segundo Baptista (2007), os membros eleitos para assumir mandatos nos níveis estadual e federal atuam como agentes políticos representantes da denominação pentecostal, eles ampliam as ações dos líderes eclesiásticos na política partidária, aumentando o seu poder de barganha.

Freston (1993) revela, na sua pesquisa, que os pentecostais se organizaram e se mobilizaram na política partidária principalmente para defender seus interesses corporativos. A IEAD também entra na política partidária com o mesmo objetivo. Seguem no quadro 03, os representantes da IEAD eleitos para os cargos de deputado estadual, federal e senador.

Quadro 3 - Políticos apoiados pela IEAD, RO

NOMES	CARGOS	PARTIDOS	N. DE VOTOS
Amizael Silva	Dep. estadual	PDS (1982)	2.677
Sadraque Muniz	Dep. estadual	PMDB (1982)	4.706
Mauro de Carvalho	Dep. estadual	PSDB (1998)	5.078
Valter Araújo	Dep. estadual	PTB (2010)	22.186
Orestes Muniz	Dep. federal	PMDB (1982)	7.548
Aginaldo Muniz	Dep. federal	PDT (1998)	20.146
Nilton Capixaba	Dep. federal	PTB (1998)	15.220
Marcos Rogério	Dep. federal	PDT (2010)	60.780
Marcos Rogério	Senador	PDT (2018)	324.939

Fonte: TRE-RO (2019).

Nesse quadro são apresentados os candidatos no cenário estadual e nacional que receberam o apoio em suas candidaturas para que se tornassem representantes da IEAD. Aparece o deputado estadual Amizael Gomes da Silva, que começou sua carreira política como vereador em Porto Velho, eleito com 2.677 votos, pelo PDS, em 1982. Em entrevista concedida por sua esposa, Berenice Luz⁵,

⁵ Entrevista realizada em 5 nov. 2019, às 10h, na igreja frequentada por ela, em que foram colhidas as informações, transcritas em forma de paráfrase, para esta pesquisa.

a esse pesquisador, foi relatado, que ele se tornou deputado estadual constituinte, sendo relator geral da primeira Constituição do estado, promulgada em 1983. Presidiu a Assembleia Legislativa estadual de 1985 a 1987, reelegendo-se para a legislatura de 1987 a 1990. Atuou como vice-prefeito de Porto Velho na gestão do prefeito Chiquilito Erse, em 1991.

Também se observa no quadro 3 o nome do pastor Sadraque Muniz, eleito deputado estadual pelo PMDB, com 4.706 votos, em 1982. O pastor Sadraque Muniz, preside o campo de Ji Paraná que, a partir dos dados do IBGE (2010), depois de Porto Velho, é a cidade mais populosa de Rondônia, com aproximadamente 130 mil habitantes. Constam ainda os deputados estaduais Mauro de Carvalho, com 5.078 votos, pelo PSDB, em 1998, e Valter Araújo, com 22.186 votos, pelo PTB, em 2010.

O apoio oferecido aos candidatos se deu pela ação de pastores que os apresentaram à instituição. Enfatizaram que eram bons candidatos, pois seguiam os princípios bíblicos. Se eleitos, representariam bem a Igreja no parlamento estadual e federal. A amostra traz deputados estaduais e federais, além do senador, apoiados pela IEAD. O deputado federal Orestes Muniz eleito, em 1982, pelo PMDB, teve 7.548 votos. Ele também foi vice-governador de Rondônia, em 1986, e secretário de educação e secretário de planejamento no governo de Jerônimo Santana. Irmão do pastor e deputado estadual Sadraque Muniz. Atua hoje como advogado e auxilia a IEAD em questões jurídicas e políticas, inclusive no projeto de migração da Rádio denominada por Rádio “Boas Novas” (RBN) de AM para FM.

O deputado federal Agnaldo Muniz, eleito pelo PDT, em 1998, com 20.146 votos, é filho do pastor e deputado estadual Sadraque Muniz, sobrinho do deputado federal e vice-governador Orestes Muniz, casado com a filha do pastor-presidente da Cemaderon. Nilton Capixaba foi eleito deputado federal, pelo PTB, em 1998, recebendo 15.220 votos. Marcos Rogério elegeu-se deputado federal, em 2010, com 60.780 votos, pelo PDT; em 2018, garantiu sua vaga como senador pelo PDT, com 324.939 votos. As entidades religiosas garantiram vários benefícios

Esses parlamentares apoiados pela Igreja em Rondônia foram eleitos para representá-la no parlamento e por meio deles a Igreja recebeu uma série de benefícios. Assim como acontece no Distrito Federal (DF), onde as igrejas conseguem alocar recursos públicos do orçamento da Secretaria de Cultura para

financiar projetos e emendas parlamentares para apoiar projetos eclesiásticos⁶, também com os representantes eleitos da IEAD em Rondônia não foi diferente.

Todos esses parlamentares representantes da IEAD, a exemplo do Distrito Federal, são atuantes com emendas parlamentares para apoiar projetos eclesiásticos, visando ao fortalecimento da Igreja no campo religioso. Para Baptista (2007, p. 325) “[...] essas emendas constituem fonte importante para os deputados alimentarem suas bases políticas locais, em troca de votos”.

Por meio desses parlamentares, a IEAD e a Cemaderon se fortaleceram em Rondônia, adquiriram recursos e bens materiais para a realização de eventos evangélicos e para a Fundação de Serviços da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Porto Velho (Fundad) (RONDÔNIA DINÂMICA, 2014). Além disso receberam doações financeiras pelas emendas parlamentares para as suas construções, inclusive para a sede da Cemaderon, para a Igreja Assembleia de Deus e a Escola Daniel Berg em Cacoal/RO, que é um espaço de atuação do pastor-presidente da Cemaderon (RONDÔNIA, 2001).

Para Baptista (2007), essas emendas parlamentares podem estar condicionadas aos votos que a instituição irá disponibilizar nas eleições para beneficiar a votação desses candidatos pentecostais que, em contrapartida, irão negociar no parlamento em favor delas:

Os parlamentares pentecostais negociam, ativamente em favor de suas corporações seja no Congresso Nacional seja em outras assembleias de nível estadual e local, praticando clientelismo semelhante a seus pares não ligados ao campo religioso (BAPTISTA, 2007, p. 92).

Como visto, há uma estreita relação e participação dos líderes da IEAD, da Fundad e da Cemaderon junto às agremiações políticas partidárias em nível municipal, estadual e federal. É notório também que de 1973 a 2018 houve uma forte atuação política da IEAD em Rondônia, visando apoiar a eleição de seus representantes para fortalecer sua presença no campo político

⁶ Matéria publicada com o título: “Cultura financia a religião” por: Paula Porto. Fonte: Jornal do Brasil, 14/03/2005, Brasília, p. D1. “Das 40 emendas, 33 beneficiam os evangélicos, cuja bancada na Câmara Legislativa tratou de garantir larga fatia dos recursos públicos para os seus seguidores: R\$ 2,655 milhões. Já as festividades católicas, que receberam R\$ 580 mil no ano passado, farão jus a R\$ 750 mil. Excetuando-se o dinheiro destinado ao custeio de pessoal e manutenção geral da Secretaria, a verba religiosa consome cerca de, 12,5% do orçamento da Cultura...”. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/59772/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Na figura 21 vemos imagens das construções que envolveram recursos advindos de emendas parlamentares por parte dos políticos representantes da IEAD na cidade Cacoal, RO.

Pelos dados do IBGE (2010), Cacoal tem uma população de 85.359 habitantes. Nesse município, encontra-se o pastor-presidente da Cemaderon - *lócus* de todos os eventos convencionais da Assembleia de Deus de Rondônia.

Figura 21 - Cemaderon, IEAD e Escola Daniel Berg, em Cacoal



Fonte: Google (2019).

As imagens mostram a sede da Cemaderon (1), a Igreja Assembleia de Deus (2), e a Escola Daniel Berg (3), em Cacoal, RO. Com essas estruturas, nota-se que a IEAD investe na política partidária com o propósito de ampliar o seu poder de competição no campo religioso, combater a hegemonia da Igreja Católica, obter benesses do setor público para suas atividades sociais. Conseguiu doações de terrenos públicos pelas emendas parlamentares, cujas construções de templos, sedes administrativas, escolas e outros foram benefícios em troca do apoio a determinados candidatos na esfera municipal, estadual e federal (DANTAS, 2011).

Receber emendas parlamentares para favorecer obras sociais da Igreja não acontece só em Rondônia: é uma realidade nacional, a exemplo de Rondônia. Baptista (2007) relata que, em Belém do Pará, o mesmo acontece. O deputado Zequinha Marinho (PSC-PA) usou estratégias suas emendas orçamentárias serem direcionadas para atender um hospital da Assembléia de Deus na cidade.

Nesse sentido, D'Epina (1976) destaca que pastores evangélicos desempenham papéis como coronéis, a fim de controlarem os “rebanhos eleitorais” para que sigam suas orientações políticas. Eles se comprometem com os políticos, garantido o apoio eleitoral, em troca de receberem benefícios para as suas igrejas.

Frisa-se que as eleições ocorridas em 1982 foram um marco histórico para Rondônia, pois o estado recém-criado elegeu a sua primeira bancada federal no Congresso Nacional e escolheu os seus legisladores estaduais. Esse processo eleitoral mostrou sua relevante política de transição, constituindo uma das etapas da abertura política brasileira da Ditadura Militar para o regime democrático (NICOLAU, 2012).

No contexto dos pentecostais e da política, a IEAD entrou no cenário político de Rondônia, por meio de seus membros que se candidataram para o pleito eleitoral de vereadores de Porto Velho, deputados estaduais e federais e senador, demonstrando o seu apoio. Foram eleitos parlamentares para atuarem na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional.

Para Sylvestre (1986), a entrada dos assembleianos rondonienses na política partidária está associada a duas questões: uma de cunho processual, relativo às próprias atividades assistencialistas e de barganha; outra que abrange os evangélicos de todo País votando em evangélicos, de modo a conduzir melhor a nação brasileira. Afirma-se a ideia de evangélicos votarem em seus pares para o enfraquecimento do Regime Militar e a abertura da democracia.

Desde essa época, a prática de entrar na política para defender interesses da Assembleia de Deus não mudou, continua com toda força. Para Rivera (2019), a partir de 1980, a relação entre os evangélicos e a política no Brasil é marcada por modos corporativos, impondo-se uma moral religiosa à sociedade, como se deu nas eleições de 2018:

O comportamento da maioria dos fiéis evangélicos nas últimas eleições leva a pensar que os mesmos preferem um vínculo forte com o poder político que lhes permita importantes cotas de poder de decisão sobre questões públicas, de modo a poder impor ao resto da sociedade, não evangélica, valores, princípios e costumes que são próprios desses grupos religiosos (RIVERA, 2019, p. 2).

São notáveis os acontecimentos em que os pentecostais marcam a sua presença expressiva no poder político. Os pastores se vangloriam do pleito eleitoral

ocorrido em 2018, por terem ajudado na eleição do atual governo que não é um evangélico pentecostal, mas se considera enviado de Deus para exercer a missão de Presidente da República. A entrada dos pentecostais no campo político vem crescendo com interesses de poder e influência nas questões morais. Envolve a proteção do perfil tradicional da família, dos costumes, das restrições à sexualidade e da liberdade de culto (RIVERA, 2019).

Na eleição de 2018 veiculou-se um vídeo na *internet* mostrando o pastor-presidente da Cemaderon apoiando o candidato a Presidência da República, Jair Bolsonaro. O vídeo esclarece que, além de fazer campanha, houve influência dos convencionais sobre a membresia da Assembleia de Deus de Rondônia a votar no candidato de sua preferência (+RO, 2018).

Segundo dados da Secretaria Geral da Cemaderon⁷, em sua estrutura, estão registrados 659 evangelistas e 516 pastores, totalizando 1.175 convencionais. A Assembleia de Deus em Rondônia, segundo o censo (IBGE, 2010), conta com 177 mil membros. Nesse contexto, observa-se a IEAD com o propósito do processo político na prática do clientelismo. Ajuda a eleger seus representantes políticos na intenção de defender seus interesses corporativos e suas questões morais, que fortalecem o campo religioso.

A partir do pensamento de Baptista (2007, p. 194), a igreja se envolve na política visando a “[...] interesses institucionais, mobilização de recursos para garantir condição mais vantajosa no jogo competitivo do mercado religioso”. Nesse sentido, o campo político se torna um espaço público em que a igreja se insere por meio de seus representantes políticos, tendo a capacidade de propagar a sua ideologia religiosa e defender seus pensamentos particulares.

Observa-se que a Assembleia de Deus, desde a entrada no processo político-partidário de Rondônia até a atualidade, tem demonstrado um comportamento clientelista focado em interesses corporativos e conservadores na defesa de questões morais (envolvendo monogamia, heterossexualidade, aborto e outros). Entretanto, envolveu-se em escândalos do cenário político brasileiro.

Dantas (2011) atesta que os evangélicos tiveram grande visibilidade na mídia nacional, em virtude dos escândalos de corrupção política nos quais se envolveram. Em Rondônia, alguns repercutiram em líderes eclesiais e membros, que se

⁷ Dados colhidos no dia 23 nov. 2019, às 15h25min, na secretaria geral da Cemaderon.

candidataram e foram eleitos para o parlamento como representantes da IEAD na política partidária divulgados pela mídia local e nacional. Mostraram suas ações negativas, constringendo a sociedade rondoniense e a Igreja.

Quando se trata da presença dos pentecostais e da sua relação com a política, acredita-se que devem agir com responsabilidade e honestidade. No entanto, verificam-se constantes desequilíbrios, já que o esperado é que influenciem a política com os princípios da responsabilidade, honestidade, ética e moral, pois,

O *ethos* pentecostal é associado à honestidade, ao trabalho duro e à seriedade, a cultura política do país é descrita como "cheia de vícios", marcada pelo "jeitinho", e capaz de desvirtuar "das suas funções os homens tementes a Deus que se envolvem com a política", tornando-os gananciosos e preocupados apenas com o interesse pessoal ou da própria igreja (MACHADO, 2014, p. 19).

Esses desequilíbrios acontecem por conta dos interesses dos candidatos apoiados pela Igreja que integram os partidos políticos dos quais são filiados, além de estarem ligados também à própria forma de como os partidos estão organizados, ou seja, quando os candidatos entram no partido eles já encontram toda estrutura bem-estabelecida, usada para a prática desses desequilíbrios com ação dos candidatos na política partidária (RUBIO, 2005). Nesse caso, o problema não estaria somente nos candidatos em si, mas também nos partidos que contribuem para escândalos de corrupção e desonestidades.

A Igreja, segundo Baptista (2007), recorre à explicação teológica para atribuir os desequilíbrios cometidos por seus parlamentares como sendo fruto da ação demoníaca.

O discurso da Igreja na política é em defesa da moral pública, da ética, como de resto é o discurso de todas as agremiações religiosas. Todavia, como alguns de seus parlamentares foram apanhados em corrupção a Igreja recorreu à explicação teológica para esses escândalos: afirma que tudo foi obra demoníaca, e os parlamentares não resistiram às tentações (BAPTISTA, 2007, p. 264).

Na verdade, a corrupção sempre existiu desde muito tempo, e os seres humanos são tendentes a ela. A corrupção envolve os grupos sociais na busca de poder e de benefícios individuais e coletivos. Para Gaggiano (2011), a corrupção se torna mais do que um simples ato de ilegalidade, pois o seu ponto inicial começa no

homem, no modo de pensar e agir das pessoas ou do grupo social degradados, na moral e no poder. Corrupções são

Ações praticadas de forma camuflada, a partir de uma zona de penumbra, à margem das linhas comportamentais norteadas pela lei e pela moral, sempre com vistas à obtenção de vantagens individuais ou em prol de um grupo, intangíveis pelas vias ordinárias (GAGGIANO, 2011, p. 3).

É enganoso pensar que a corrupção é uma ação exclusiva dos partidos políticos, apesar de que se expressarem mais evidentemente neles, por conta do chamado financiamento de campanha no campo político-partidário. Mas a corrupção também faz parte da vida social dos indivíduos (GAGGIANO, 2011). Esse pensamento traz que a própria Bíblia já apresentava a corrupção como uma ação presente na época da formação da sociedade judaica, como na expressão em Êxodo, capítulo 23, versículo 8: “[...] não receberás dádiva, porque a dádiva cega aos que a vêm e perverte as palavras justas”.

Para Warren (2012), a corrupção está impregnada na cultura brasileira, nos Estados Unidos e em outros países da Europa que adotam a democracia, pois nesses a corrupção está associada ao desgaste gradual do caráter democrático, com consequência grave para o estoque de legitimidade do regime e para o interesse dos cidadãos no ativismo político.

No caso de Rondônia, ao invés de os pentecostais mostrarem obras que envolvem a responsabilidade e a honestidade, tem acontecido corrupção e escândalos. Muitos pastores são engodados pela ganância do dinheiro. Pelo poder, fazem alianças inescrupulosas com partidos políticos. Para Campos (2010), essa postura de pentecostais e líderes de igrejas com envolvimento inescrupulosos contraria o que eles defendem para a restauração da ética na política. Desse modo, Machado (2014) enfatiza que, por conta dessas notícias, a quantidade de parlamentares evangélicos na Câmara federal sofreu uma queda na 53ª Legislatura (MACHADO, 2014).

Seguindo essa tendência nacional, em Rondônia, as alianças políticas desenvolvidas pela IEAD demonstram as dificuldades para a instituição manter a trajetória histórica de enfoque missionário. A Igreja já se envolveu em variados escândalos divulgados pela mídia. Há a matéria que reporta à vergonha política das igrejas Assembleia de Deus em Rondônia:

Quem não se lembra da Operação Sanguessugas (Máfia das Ambulâncias), Operação Dominó, Operação Termópilas? Pastor Nelson Luchtemberg (Cemaderon) tem procurado conciliar Política e Religião, onde seus subordinados cegamente fazem campanha nos campos em que presidem e tem manchado muito a Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Rondônia no âmbito nacional. Basta ver os comentários nos sites de relacionamentos e nas matérias de notícias as manifestações das pessoas indignadas com os escândalos de membros políticos que congregam na IEAD. Pastores subordinados ao Pastor Nelson Luchtemberg tem apoiado o membro Valter Araújo – Termópilas, foragido da justiça (+RO, 2018, *on-line*).

As relações da Igreja com a política acabam prejudicando a própria Igreja. O texto publicado, em outubro de 2014, expôs que representantes da Cemaderon se envolveram com campanhas políticas, trazendo vergonha para as igrejas Assembleia de Deus em Rondônia. O caso foi tratado como “sanguessugas, Dominó, Termópilas e cabos eleitorais que mancharam a igreja” (+RO, 2014, *on-line*).

O fato é que, no período da publicação, esses representantes estavam apoiando o candidato não evangélico para o governo do estado de Rondônia, Expedito Júnior, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Eles recebiam recursos pelo apoio dado ao candidato ao governo que, com a vitória dele, continuariam sendo repassados:

Pastor Nelson Luchtemberg participa ativamente de todas as campanhas políticas em Rondônia. Atualmente ele está apoiando Expedito Júnior (PSDB) que nem evangélico é. Tanto recebe dinheiro para dar apoio quanto ajuda pagando formiguinhas com objetivos futuros em caso de vitória do candidato (+RO, 2014, *on-line*).

A reportagem mostrou que ao longo de 25 anos, os representantes da Cemaderon sempre estiveram envolvidos com o processo político de Rondônia. Há os candidatos que pertencem à Igreja e os não pertencentes, mas todos receberam apoio da instituição. Muitos caíram no descrédito junto à sociedade rondoniense por sua conduta de corrupção.

Os escândalos envolvendo a Igreja resultam da procura dos representantes da Cemaderon tentarem conciliar religião e política partidária, levando seus membros a seguir candidatos que não se comprometem com a responsabilidade social, e praticando a corrupção. Os assembleianos, historicamente, separavam as

coisas profanas das sagradas. No entanto, ao entrarem na luta partidária pelo poder, realizaram alianças com políticos que não seguem ensinamentos e práticas de boa-fé, criando escândalos e negociatas que mancham a imagem dos protestantes.

Outro episódio que ficou marcado para a sociedade rondoniense, principalmente para a população de Porto Velho, também envolveu a IEAD, com os líderes da Cemaderon, em 2014. Os pastores apoiaram o candidato Valter Araújo, membro da Igreja, eleito deputado estadual. Ele passou pela investigação da operação Termópilas. Ficou foragido da justiça por certo tempo, mas finalmente foi julgado e condenado:

O ex-presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia Valter Araújo, foragido da Justiça há quase dois anos, se apresentou espontaneamente no Fórum Criminal de Porto Velho na manhã desta quinta-feira (26), segundo o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ/RO). Valter foi preso durante a Operação Termópilas, deflagrada em novembro de 2011, suspeito de chefiar uma quadrilha que desviou pelo menos R\$ 12 milhões dos cofres públicos. De acordo com o advogado de defesa, Marcelo Minin, durante o período em que esteve foragido, Valter permaneceu em sua casa, em um condomínio de luxo na Zona Norte da capital (G1, 2013, *on-line*).

Os escândalos recaíram sobre a Igreja, pois, conforme publicado, durante o período eleitoral, os líderes eclesiais divulgaram o nome do candidato Valter Araújo, bem como pediram votos para ele, de forma direta. A campanha envolvia recursos elevados e realizações de festas dos assembleianos rondonienses:

No período eleitoral a maioria dos pastores da Assembléia de Deus divulgava e pedia votos para o ex-deputado estadual Valter Araújo nos quatro cantos do Estado. Foi uma campanha milionária, com custos altos nas festividades assembleianas de Rondônia (+RO, 2014, *on-line*).

Após a eleição, muitos líderes evangélicos visitaram o deputado recém-eleito, havendo um repasse financeiro do político para um pastor do município de Vilhena em Rondônia. Aponta-se que, “[...] (antes da Operação Termópilas), uma empresária de Vilhena, filha de evangélico, presenciou e ficou abismado com o valor alto pago em espécie pelo ex-deputado Valter Araújo a um pastor de Vilhena” (+RO, 2014, *on-line*).

Nesse contexto de escândalos, outra situação envolveu um membro da Igreja, acusado de formação de quadrilha, peculato e lavagem de capitais. Foi exposto no Diário da Justiça com decisão do Tribunal Pleno, por meio do acórdão em que se

teve a denúncia proposta contra os seguintes deputados: Neodi Carlos Francisco de Oliveira, Marcos Donadon e Maurão de Carvalho, sendo esse último membro da Igreja Assembleia de Deus de Cacoal (RONDÔNIA, 2011).

Outro exemplo foi o do ex-deputado federal Agnaldo Muniz que, na época, exercia o cargo eclesiástico de evangelista convencional. Credenciou-se na Cemaderon, sendo conhecido por genro e filho de pastor, envolvido na máfia das ambulâncias. Sua situação gerou o processo de improbidade movido pelo Ministério Público federal de Rondônia contra ele, em que se frisou o desvio de verbas públicas (BRASIL, 2006).

O caso da deputada estadual Ana da Oito faz parte dos escândalos financeiros descobertos pela Operação Termópilas (+RO, 2018). Ela teve essa designação pelo fato de congregar na Assembleia de Deus na linha oito, no município de Nova Mamoré-RO. Ana Lúcia Dermani de Aguiar e sua irmã foram indiciadas por receberem propina do deputado estadual Valter Araújo:

A deputada Ana da 8, congrega na linha 8 pertencente à Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Nova Mamoré e está envolvida em escândalos na Operação Termópilas. “Ana da 8” e irmã foram indiciadas por recebimento de propina de Valter Araújo (+RO, 2018, *on-line*).

Por meio dos registros de escândalos, evidenciam-se os casos envolvendo políticos apoiados pela IEAD de forma direta. Também há essas situações com os parentes de líderes, que atuam na Cemaderon e na IEAD, e de outros que foram homenageados em sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado. Praticamente todos os pastores da Igreja receberam títulos de cidadãos honorários, o que gerou muito constrangimento junto à sociedade rondoniense, quando suas práticas ficaram conhecidas.

Fatos dessa conjectura expuseram uma política que estava agraciando certos pastores, cujos benefícios foram recebidos em apoio de suas campanhas (RONDÔNIA AGORA, 2012). Segue o registro do ATO 97/2012-SRH/MD/ALE, na matéria publicada em 2 de fevereiro de 2012:

A filha do pastor Joel Holder, da Assembléia de Deus em Porto Velho, Joelna Ramos Holder e Rodolfo Luchtemberg Neto, com salário de R\$ 7.700,00, lotado na presidência e que seria parente do presidente da Convenção Estadual dos Ministros das Assembleias de Deus no estado de Rondônia (Cemaderon), Nelson Luchtemberg, são alguns dos servidores

que Assembléia Legislativa exonerados na quarta-feira. No ano passado o foragido Valter Araújo transformou praticamente todos os pastores da Assembléia de Deus em cidadãos honorários do Estado (RONDÔNIA, 2012, *on-line*).

A reportagem mostra os escândalos que têm afetado a instituição religiosa e a sociedade, levando muitas pessoas a desistirem de frequentar a Igreja e levando os crentes a mudar para outras denominações, pelo fato de não aprovarem a postura inescrupulosa dos políticos e dos seus líderes, além de não verem os líderes religiosos se manifestarem contra os fatos. Os escândalos têm gerado diminuição no número de membros da Igreja e desfiliação de pastores e evangelistas da Cemaderon. Os membros têm reagido por meio de comentários negativos contra a Igreja e a Convenção, no meio dos bastidores e, até mesmo, nos meios de comunicação, pelas denúncias dos fatos na mídia local e nacional. Outros ficam satisfeitos pelo fato da participação da denominação religiosa na política partidária ter trazido benefícios imediatos (dinheiro, terrenos, construções, espaços e *status quo*) para a agremiação religiosa.

Nesse sentido, a IEAD e a CEMADERON têm a desaprovação da sociedade rondoniense, dos membros e dos convencionais, devido à situação que evidenciam às instituições e os seus representantes políticos em casos constantes de corrupção. Por não serem novidades, depreciam a imagem da religião pentecostal. Mas por que essa visibilidade de corrupção não afeta a participação da IEAD na política partidária de Rondônia?

A corrupção que favoreceu a IEAD na política partidária repercute em outros questionamentos: por que os líderes da Cemaderon apoiaram deputados envolvidos em escândalos com dinheiro público? É possível que eles aleguem que não soubessem das irregularidades? De onde viriam os repasses feitos dos políticos para as igrejas realizarem eventos sociais e evangelísticos em Rondônia?

As respostas parecem se unificar na corrupção vista como ato não totalmente abominável para alguns. O favorecimento e a posição da IEAD evidenciam certos pensamentos de que receber dinheiro público ilícito é algo suportável, sabendo que não é da remuneração privada do político, pois, se fosse, não seria caso de investigação e condenação. Essa política partidária está entrelaçada com as trapaças e irregularidades, cujos desvios comprovam a má conduta dos participantes da corrupção. As lideranças da IEAD obtiveram recursos ilegais dos

cofres públicos para fundamentar seus domínios, porém são reprovados pela sociedade por comungar com essa prática. Demonstraram os mesmos vícios escandalosos de seguimentos cristãos e dos ímpios.

Desse modo, políticos e cidadãos, pertencentes ou não a alguma religião, têm mostrado a falta de decoro com os cargos e o dinheiro público, evidenciando o desequilíbrio de princípios e valores éticos e morais. Quando a situação envolve religiosos corrompidos, o escândalo parece se agravar, pois o que se espera da influência deles é de melhorar o ambiente social e político. A postura do evangélico coaduna com valores e comportamentos de retidão e diferenciação do aspecto religioso pentecostal, pregando o batismo no Espírito Santo, a manifestação de dons e glossolalia, a cura.

Entretanto, essas não surgem mais como únicas propostas defendidas pelos pentecostais, conforme explica Tadvald (2015). Mudou-se o pensamento para assumir cargos políticos para os quais mostraram não estar preparados. Os escândalos abalam a imagem da fé cristã e da própria política na sociedade. Nesses quesitos, Freston (1993) elucida que as ações e as decisões políticas dos pentecostais muitas vezes são tomadas em troca de favores e de benefícios para os seus próprios interesses.

O mais grave ainda é que a corrupção também pode fazer parte da forma de realizar política. As agremiações pentecostais desenvolvem estratégias no processo político-partidário, visando garantir a entrada dos seus representantes na vida pública para se fortalecer no campo religioso. Busca-se o aumentando do prestígio social e religioso e do poder de barganha (FRESTON, 1993).

A IEAD tem demonstrado dois lados na política partidária de Rondônia: um lado negativo que a envolve em escândalos, corrupção, prática do clientelismo e busca pelo aumento do prestígio social e religioso e do poder de barganha; um lado positivo que a leva a preocupar-se com as problemáticas sociais constantes na realidade de Porto Velho. Essa preocupação tem movimentado os líderes eclesiais e os fiéis da IEAD a planejarem ações para além de uma resposta espiritual em situações como a fome, o desemprego, o uso e a dependência de entorpecentes químicos (SILVA, 2017).

Como resultado desse planejamento, surgiram na estrutura da IEAD vários departamentos que oferecem assistência social para a população local. Entre eles, está o Instituto de Educação Paul Aenis que tem dois pólos, um na Zona Sul e outro

na Zona Leste da Capital, oferecendo educação, emprego, trabalho e renda para a sociedade portovelhense; a União Beneficente Ação de Amor (UBAA) que distribui cestas básicas para os necessitados da capital e do baixo Madeira, cuja realização dessa ação são disponibilizados veículos e barcos; o Centro de Recuperação Refúgio Canaã que desenvolve trabalho de recuperação de dependentes de entorpecentes químicos, oferecendo apoio psicológico, religioso e de serviço de saúde; a Rádio Boas Novas (RBN), emissora gospel que presta serviços de utilidade pública para Rondônia.

Esses setores são presididos pela Assembleia de Deus de Porto Velho, com a Fundação de Serviços da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Porto Velho (Fundad). No estado de Rondônia, pela Cemaderon, as igrejas dos 52 municípios também se voltam para as problemáticas sociais da realidade do estado. O crescimento da IEAD em Rondônia lhe proporcionou a entrada na política partidária, mas também a levou a enfrentar os problemas sociais que refletem na sociedade de Porto Velho, com práticas sócio-assistenciais (SILVA, 2007).

Para Silva (2009), essas manifestações dos pentecostais na sociedade têm proporcionado crescimento para as igrejas, levando-as a ocuparem maiores espaços na sociedade em várias áreas, na cultura, economia, social e política. A notoriedade da IEAD viabilizou seu ingresso na disputa político-partidário de Rondônia, com resultados de robusto fortalecimento no campo religioso (DANTAS, 2011).

Aplicando o fundamento bourdieudiano sobre o campo religioso local, a estrutura da Igreja está aprimorada na região urbana com a figura do sacerdote (pastor), tendo em vista que compete a esse promover a racionalização e a sistematização de aspectos da moralidade e da religião. Para Bourdieu (2015), o campo religioso passa a ser um corpo especializado, em que se verifica a presença de produtores de discursos, envolvendo o sacerdote, o mágico ou mesmo o leigo. Entretanto, todos exercem influência simbólica de constituir uma crença em um período dado pela enunciação. Os atingidos pelo discurso creem e reconhecem o poder que leva o exercício de cumplicidade com sua liderança. O campo religioso surge ao lado da economia, dando a noção de que é preciso ter recursos, produtos ou mesmo a proposição de religião como resposta para todas às necessidades e demandas sociais.

O campo religioso rondoniense mostra seu desenvolvimento e poderio junto à sociedade civil que confirma os discursos que envolvem o pobre, a pobreza e a

marginalidade. Esse desenvolvimento foi sendo construído por meio da atuação simbólica de líderes das religiões. Eles tiveram o desempenho das suas principais funções sociais, justificando o *status quo* e, ao mesmo tempo, ampliando o seu poder de influência no espaço social que estão inseridos (PEREIRA, 2008).

A abordagem sobre o controle do sagrado no campo religioso se refere ao termo igreja, que é a porta para o mundo transcendental, pois ela mantém o controle e o domínio sobre os “bens da salvação”, podendo concedê-los ou negá-los com base no seu estatuto maior: a revelação divina. A igreja é a concessionária “[...] permanente da graça divina e dispõe do poder de coerção correlato à possibilidade de conceder ou de recusar os bens sagrados” (BOURDIEU, 1992, p. 96).

Nesse aspecto, está o poder simbólico invisível e exercido com a cumplicidade dos sujeitos. Weber (2012) explicita que as relações sociais permitem negociar estratégias ao construírem meios particulares para solucionar conflitos que decorrem do convívio social. Há três hipóteses ou tipos de dominação, sendo a primeira a dominação legal, baseada em estatutos, leis e normas, portanto, apoiada na parte jurídica. Nela, considera-se a relação desprovida de sentimentos, uma vez que a obediência se dá de forma direta por norma ou direito.

Nessa dominação, vê-se a hierarquia constituída por meio de uma subordinação entre comandante e comandado, subordinante e subordinado. Não se considera o indivíduo, visto ser advinda de lei que simplesmente se aplica às pessoas. A autoridade é legalmente assegurada, para que a lei tenha sua aplicação. Um exemplo da dominação legal está na relação entre contribuinte e Estado. Aquele é obrigado a pagar tributo ao governo, sendo um domínio legalizado.

O segundo tipo de dominação é a dominação tradicional, baseada na tradição e na antiguidade. A obediência e o respeito advêm dos costumes, podendo ser por admiração, prazer e/ou sentimento. Há a fidelidade convencional, patriarcal, estável e sólida para envolver o sentimento ou o respeito. Entre os exemplos, têm-se o comando de pai para filho, o rei e a submissão dos súditos.

A terceira forma de dominação é a carismática, identificada pelo carisma do líder. Ela se dá por influência de fatores emocionais e afetivos, gerando a segurança de quem lidera. A obediência não se estabelece por regras ou cargos, mas pela confiança. A devoção se deve ao reconhecimento, sendo uma pessoa vista como herói ou demagogo político com boa oratória.

Percebe-se o fenômeno excepcional não sendo a regra, pois se baseia na exemplaridade, no heroísmo, com a oratória. Dentre os exemplos, destacam-se Nelson Mandela junto ao povo sul-africano e Mahatma Gandhi com os indianos. Foram figuras emblemáticas para os seus representados, dentro e fora de seus países, pois poucos indivíduos discordam que se mostraram como líderes carismáticos.

Conforme Weber (2012), a dominação carismática é percebida como o líder e o seu carisma estão apresentados, propiciando a confiança dos indivíduos. Esse aspecto é identificado no líder que faz a dominação ser reconhecida como legítima. Ele cria métodos para a devida manutenção do poder no campo religioso estendido para o político, integrando-se aos demais meios sociais.

A dominação carismática, segundo Weber (2012), decorre de situações percebidas como extraordinárias e externas, especialmente, as vinculadas a circunstâncias políticas e/ou econômicas, enfrentadas pelo indivíduo que se sente motivado a liderar. Essa caracterização se verifica em líderes religiosos da IEAD em Rondônia, uma vez que desenvolvem a capacidade de convencimento dos membros. O argumento se fundamenta na confiança e segurança que os adeptos têm nas propostas.

Dentro desse enfoque, Bourdieu (1992) amplia a ideia desenvolvida por Max Weber de dominação para a domesticação. Nesse caso, o adepto não percebe que está sendo dominado, mas se sente contribuinte da igreja. Essa competência de domesticação da IEAD está presente no relacionamento entre os poderes religioso e político, embora ocorra em qualquer ambiente social. Estabelecem-se o controle e a regulação dos comportamentos individuais.

Quando se trata da IEAD no processo político de Rondônia, pastores subordinam os fiéis na orientação do voto. A maioria não mostra nenhuma resistência em apoiar os candidatos evangélicos apresentados. Para Bourdieu (1992), nesse caso, não há uma resistência pelo fato de existir certo monopólio de poder na relação religiosa.

Rudolf Otto (2007) e Mircea Eliade (1992), ao estudarem o fenômeno religioso afirmaram que o sagrado e o profano são duas esferas que não se misturam. Distinguem-se por não fazerem parte de uma mesma dimensão. Nessa conjuntura, Lopes (2016) observa que as atividades missionárias da IEAD antigamente eram

consideradas sagradas. Já as participações em movimentos sociais e na política eram consideradas profanas.

Antes do ingresso da IEAD no processo político de Rondônia a política não mostrava nenhuma propriedade religiosa ou sagrada. Depois tornou-se uma oportunidade de divulgação do pensamento e dos interesses assembleianos. No campo político-partidário, há uma ligação do poder com os atos religiosos. O poder exercido sobre os fiéis se exprime na simbólica submissão do indivíduo.

A submissão é uma espécie de passaporte que garante o acesso aos bens simbólicos e à vida eterna. Dessa forma, a promessa de salvação utiliza o meio de troca, pela qual a igreja administra o “bem espiritual” de quem é detentora. Nessa suposta posse, ela exerce o controle dos fiéis.

No campo religioso em Rondônia, em particular a IEAD, os pentecostais usam o poder simbólico para influenciar, controlar e domesticar seus adeptos. Na política, procuram influenciá-los para votarem em candidatos escolhidos pela instituição. Desse modo, o objetivo não é necessariamente transmitir o sagrado, mas chegar às esferas do poder e, conseqüentemente, ampliar a capacidade de difusão de suas crenças, além de aumentar a sua influência social.

A IEAD em Rondônia, ao escolher os candidatos para concorrer ao pleito eleitoral, garante-lhes o seu apoio. Esse é dado, preferencialmente, aos que pertencem à membresia. Supostamente, estão dentro dos critérios e princípios básicos da Bíblia, como o repúdio ao aborto e ao casamento homossexual, entre outros. Se o candidato não faz parte dos adeptos, verifica-se se sua posição política comunga com o interesse da Igreja. Se estiver de acordo, o líder religioso passa a atuar como agente ativo da política partidária, para influenciar e conduzir os fiéis na decisão do voto.

Percebe-se que, mesmo diante da legalidade de que o Brasil é laico, por não defender ou favorecer uma religião oficial, a estrutura político-partidária está sendo fortemente influenciada pelo campo religioso. Esse aspecto pode ser confirmado pelos dados do IBGE (2010), em que mais de 42,3 milhões de pessoas se declaram evangélicas, o que corresponde a 22,2% da população.

A Assembleia de Deus, com aproximadamente 12,3 milhões de fiéis, tem manifestado apoio a alguns partidos políticos, entre eles, o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Partido Social Cristão (PSC), o Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e o Partido Social Democrata Cristão (PSDC). Todos esses

almejam que o Estado mantenha vínculos com as religiões cristãs. Defendem posições conservadoras em termos de costumes, mas, em relação à economia, são praticamente liberais ou neoliberais, embora se dizendo opositores à legalização do aborto, mas defensores da família e dos princípios cristãos.

A IEAD no Brasil e em Rondônia participa da política partidária por meio da liderança, orientadora da escolha do voto de seus seguidores. Conta com a atuação do Conselho Político (IEAD ESTATUTO, 2019),⁸ registrado na estrutura estatutária integrante da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). A função do referido conselho, em âmbito nacional, é demonstrar a avaliação de valores daqueles que pretendem se candidatar a cargo eletivo, bem como apresentar os candidatos aos integrantes da sociedade religiosa. A IEAD se expressa socialmente por ter um projeto direcionado para a conquista do poder político pelas eleições.

Sua ocupação está ativa nas relações políticas, de modo a escolher, formar, eleger e orientar vereadores, deputados e senadores a serem agentes políticos formais da Igreja. Sua atividade política aponta orientações e exigências que importam fidelidade e dependência dos interessados. Desse modo, a Igreja não tem apenas o plano pastoral-religioso, mas a estratégia de ação político-partidária. O Projeto Cidadania Assembleia de Deus Brasil, por exemplo, foi formado explicitamente para dar suporte a membros que intencionam atuar no campo político (DANTAS, 2011).

Mas afinal, o que os religiosos pretendem com a política partidária? Dentre algumas possibilidades de resposta, a tese de Dantas (2011), da Universidade Presbiteriana Mackenzie, trouxe entrevistas com parlamentares da Bancada Evangélica e com assessores e jornalistas, entre 2007 e 2011, expondo uma lista do que eles pretendem: 1) ter benefícios institucionais relacionados à isenção fiscal (alvará de funcionamento para as igrejas, doações de terrenos, isenção de IPTU e IPVA, concessão de canais de rádio e TV); 2) transformar eventos evangélicos em culturais, para receber financiamento da Lei Rouanet⁹; 3) conseguir isenção da Lei

⁸ Verifica-se no Estatuto que o Conselho Político é o órgão da Convenção Geral para assuntos de natureza política. Sua função é orientar as convenções e as igrejas nos assuntos referentes à participação política.

⁹ Lei 8.313/1991 aprovada pelo Congresso Nacional fomenta a atividade cultural no Brasil. Ela institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para financiar a produção, a distribuição e o consumo de bens culturais, além de proteger o patrimônio cultural e promover a diversidade regional.

do Silêncio; 4) obter benefícios políticos como a indicação de cargos em gabinetes do Congresso Nacional e em outros órgãos.

Esses objetivos elucidam que se tratam de denominações pragmáticas, que têm mais interesses institucionais do que morais ou religiosos. A partir do pensamento de Bourdieu (1992), infere-se que os motivos essenciais da entrada da IEAD na política partidária de Rondônia estão relacionados com a evolução do campo religioso, o *status* dos pastores e a busca da hegemonia sobre as demais confissões religiosas.

Na abordagem da hegemonia, o próximo capítulo compreenderá o campo religioso da IEAD vinculado à política partidária. Essa instituição mostra a sua capacidade de militância política, cujos benefícios imediatos fortalecem a correlação institucional de suas congregações. Ela integra o disputado aspecto religioso da região de Rondônia, elucidando a sua posição política frente a outras comunidades e agremiações religiosas.

3 HEGEMONIA NO ASPECTO RELIGIOSO

Neste capítulo, compreende-se como a hegemonia se dá no campo religioso, pela qual a Assembleia de Deus em Rondônia atua na esfera política. A etimologia da palavra hegemonia é do grego *hegemon* - significa líder, chefia; e *hegeisthai* significa guiar. À priori, o termo se refere à liderança, sendo reformulado por Antônio Gramsci (2002) para designar um tipo particular de dominação. Nesse entendimento, hegemonia seria o domínio de uma classe sobre outra, nas convicções da ideologia, como o da burguesia sobre os trabalhadores ou de uma religião apresentar maior quantidade de seguidores do que as outras, indicando o seu poder.

Seguindo a construção teórica de Gramsci (2002), a hegemonia destaca a liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras. A hegemonia passa por processo histórico bastante longo, em que se distinguem duas posições no interior das superestruturas. A primeira se refere à sociedade política, sendo composta pela classe dominante que possui o monopólio legal da punição e da violência e a identifica como possuidora dos aparelhos de coerção que estão controlados pelos grupos burocratas (forças armadas, policiais e a justiça). A segunda se refere à sociedade civil, designando-a como o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e divulgação de princípios simbólicos e de ideologias (sistema escolar, partidos políticos, corporações profissionais, sindicatos, meios de comunicação, igrejas e outros).

No entendimento de Coutinho (2004), A diferença entre sociedade civil e sociedade política está na função que elas exercem na organização da vida cotidiana e na articulação e na reprodução das relações de poder. Juntas, formam o Estado, denominado por hegemonia revestida de coerção. Na sociedade civil, as classes procuram ganhar parceiros para fazerem parte dos seus projetos, pela direção e pelo consenso (dirigente). Na sociedade política, as classes decretam a dominação baseada na coerção (dominante).

Seguindo o conceito de Gramsci (2002), entende-se, portanto, que a hegemonia é composta de duas funções, a primeira de domínio e a segunda de direção intelectual e moral. A hegemonia passa a ser uma dominação por consentimento, ou seja, o grupo social aceita ser dominado. Quanto mais conhecidas forem as convicções do grupo, mais estará firmada a hegemonia, sem

precisar usar a violência, como nos regimes ditatoriais e terroristas. Desse modo, entende-se como ocorre a dominação ideológica de uma classe social sobre outra, que se apresenta de duas formas:

[...] como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser “dirigente” (GRAMSCI, 2002, p. 62-3).

Esses intelectuais são os agentes da ideologia¹⁰, sendo o grupo que tem a responsabilidade de reproduzir ou subverter a hegemonia por intermédio do seu desempenho nas organizações sociais. Esclarece-se que essa “[...] noção do intelectual na sua relação com as classes dominantes, pelos graus de mediação, é bastante próxima do conceito bourdieusiano dos intelectuais como classe dominante dominada” (BOURDIEU, 1990, p. 174).

O conceito de hegemonia proposto por Gramsci (2002) foi trabalhado por Bourdieu (2015) e aplicado ao campo religioso, uma vez que esse é espaço social no qual, agentes e instituições se desenvolvem e disputam as relações do sagrado. O conflito aponta cada religião se apresentando como autêntica e verdadeira pela intenção de domínio.

Assim, o meio religioso seria um espaço em que se instalam lutas. É imposto por definições de regras para o êxito das vantagens, indispensáveis para dominar as concorrências. Em outras palavras, esse campo se torna social marcado por relações de força, estratégias, interesses, lucros, domínio e poder.

3.1 HEGEMONIA NO CAMPO RELIGIOSO PARA ATUAÇÃO POLÍTICA DA ASSEMBLEIA DE DEUS

No campo religioso, as instituições agem com objetivo do monopólio, por meio de disputa ideológica que preserve a sua hegemonia sobre as demais agremiações.

¹⁰ Para Pompeo (2008), ideologia tem dois significados: um neutro e outro crítico. No neutro, o termo é visto como o conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas de visões de mundo de pessoa ou grupo. No crítico, que o texto se refere, é visto como ferramenta de dominação, pelo convencimento (sem uso da força) de maneira prescritiva, para alienação.

Essa disputa consiste na competência de o seguimento dominante fazer valer seus interesses na sociedade. A luta recorre ao Estado e aos meios de comunicação, usados como instrumentos ideológicos, para divulgar suas convicções de dominação (BOURDIEU, 2015).

Nos apontamentos dos protestantes históricos a Igreja Católica sempre foi a religião da maioria. Antes e após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, momento em que se instaurou a forma republicana presidencialista de governo, pelo encerramento da monarquia constitucional parlamentarista do Império, o catolicismo vem ocupando a posição de religião oficial, poderosa e detentora da hegemonia. Dantas (2013, p. 493) atesta que,

O personagem central da nossa história colonial foi uma Igreja poderosa, monolítica, centralizadora e hegemônica, que sempre manteve estreitas relações com o Estado, apropriando-se dele para ampliar suas estruturas de poder e consolidar-se como instituição de importância social. A Igreja Católica estabeleceu-se como interlocutora oficial de distintos governos, a despeito de sua filiação ideológico-partidária, interferindo em processos decisórios de peso nacional e participando de esferas políticas restritas a autoridades governamentais.

A atual configuração do campo religioso brasileiro mostra a perda de muitos fiéis da hegemonia da Igreja Católica, pois outros segmentos religiosos ganharam destaque. Os pentecostais buscam, de forma incessante, ocupar a posição hegemônica. Entretanto, diferentes religiões indicam as novas tendências, confirmando os estudos de Mariano (2013, p. 119) sobre o declínio dos católicos no campo religioso:

Os dados do Censo 2010 sobre religião confirmam as tendências de transformação do campo religioso brasileiro, mutação que se acelerou a partir da década de 1980, caracterizando-se, principalmente, pelo recrudescimento da queda numérica do catolicismo e pela vertiginosa expansão dos pentecostais e dos sem religião. Entre 1980 e 2010, os católicos declinaram de 89,2% para 64,6% da população, queda de 24,6 pontos percentuais, os evangélicos saltaram de 6,6% para 22,2%, acréscimo de 15,6 pontos, enquanto os sem religião expandiram-se num ritmo ainda mais espetacular: quintuplicaram de tamanho, indo de 1,6% para 8,1%, aumento de 6,5 pontos. O conjunto das outras religiões (incluindo espíritas e cultos afro-brasileiros) dobrou de tamanho, passando de 2,5% para 5%.

Houve um crescimento expressivo dos evangélicos no Brasil, entre os anos de 2000 a 2010. Os dados confirmam certo declínio da Igreja Católica, culminando

com a perda significativa de seguidores, embora mantendo a hegemonia. O número de fiéis diminuiu, e mesmo que buscasse os consolidar na instituição, possivelmente não conseguiria pelo processo democrático e pelo pluralismo religioso presentes na sociedade:

De 2000 a 2010, os evangélicos cresceram cinco vezes a mais do que a população brasileira: 61,4% contra 12,3%. Com isso, ampliaram seu rebanho em 16 milhões de adeptos, saltando de 26,2 para 42,3 milhões, compostos por 7,7 milhões de evangélicos de missão (4% da população), 25,4 milhões de pentecostais (13,3%) e 9,2 milhões de evangélicos não determinados (4,8%) (MARIANO, 2013, p. 124).

Para ganhar os adeptos dos católicos e de outras crenças, os evangélicos, especialmente os pentecostais, têm desempenhado uma atuação intensiva de evangelização, com a utilização da mídia para o seu crescimento. Envolvem os seus membros na conquista de novos fiéis, pela ação proselitista que concorre com os demais grupos religiosos, o que pode ser também significativa busca por poder.

Esse trabalho de evangelização intensiva é uma realidade no campo religioso rondoniense. A IEAD começou suas atividades missionárias com a urbanização de Porto Velho e seguiu na colonização de Rondônia, expandindo-se configurada com a cultura rondoniense, conquistando fiéis e com o seu sistema doutrinário formou o seu *ethos* social e político.

No estado, a IEAD se alicerçou e se tornou a maior denominação evangélica pentecostal em termos numéricos e de expansão geográfica, o que lhe garantiu prestígio e poder. Por conta do seu envolvimento nas mídias (rádio e TV) e nos projetos políticos de participação na política partidária, e da sua contribuição social para a população local, ganhou visibilidade pública, legitimação e reconhecimento social.

Essa realidade da IEAD em Rondônia mostra que, além de intentar o poder no aspecto religioso essa agremiação religiosa, bem como outros grupos pentecostais, entra no campo político-partidário visando fortalecer-se e legitimar-se. A legitimação gera prestígio, trazendo os favores econômicos do meio político. O poder simbólico reforça a sua posição em relação às outras instituições, em que se fundamenta a hegemonia.

Nesse sentido, a IEAD em Rondônia por sua posição, é vista no campo religioso como um veículo de poder e de política, mas também como aquela que traz

na sua estrutura as devidas representações do poder simbólico (discursos, orações e outros símbolos pertinentes à Igreja). Para Bourdieu (2004, p. 167), o poder simbólico é “[...] de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas já existentes”.

Em Bourdieu, esse poder simbólico apresenta essa dialética, a passagem do sagrado, o templo, ao campo religioso, processo conhecido por *locus* numinoso, um espaço imaginário de relações de força que integra o indivíduo com seu espaço físico, transformando as relações e o meio social em que vive a partir da sua relação com o sagrado (PEREIRA, 2008).

Para Pereira, esse poder simbólico da religião pode assemelhar-se a outras categorias de poder, principalmente ao poder político. George Balandier (1969) visualiza o poder simbólico com aparência do poder político. Balandier (1969, p. 101) escreve que o sagrado é uma das “[...] dimensões do campo político” e “o político também é uma das dimensões do campo sagrado”.

Pensando assim, a religião pode ser vista como instrumento de poder (BALANDIER, 1969) e garantir a legitimidade do poder político e a ação política que, por sua vez, serve de retaguarda para a legitimidade religiosa. Então, a religião pode ser utilizada no quadro político, em que as estratégias políticas podem ser empregadas pela religião para o exercício do seu domínio (PEREIRA, 2008).

Pereira entende que Thales de Azevedo usa o exemplo dos homens públicos para mostrar a relação entre o poder político e o poder religioso. Os políticos com seus discursos apresentam “[...] vocabulários e conceitos religiosos, pode ser que estejam testemunhando convicções e sentimentos [...], como também pode ser, simplesmente, uma instrumentalização da religião, um ‘discurso de legitimação’ (AZEVEDO, 1981, p. 88).

Esse fato acontece, porque a religião faz parte da cultura brasileira e tem esse poder de convencimento. Sobre isso, Maquiavel (2001, p. 58) entende que a religião é “[...] útil para comandar os exércitos, confortar o povo, manter as pessoas de bem e fazer corar os maus”. Quando Azevedo mostra os lugares em que os homens religiosos ocupam nas cerimônias do poder político e os espaços que os homens públicos ocupam nas cerimônias religiosas, destaca a relação entre esses dois tipos de poderes (PEREIRA, 2008). Azevedo (1981, p. 115) escreve que,

No Brasil, ao contrário, as autoridades eclesiásticas têm um lugar de honra, ao mesmo nível dos governantes, nas celebrações estatais, para as quais são sempre convidadas como se representassem um dos poderes da Nação. E presidentes, governadores, ministros, parlamentares, juízes, prefeitos municipais tomam assento nas cadeiras das catedrais e outros templos, como representantes dos poderes públicos por ocasião de cerimônias religiosas promovidas pela Igreja católica e por igrejas evangélicas (AZEVEDO, 1981, p. 115).

Nesse sentido, nas festas e cerimônias religiosas que acontecem no campo religioso e nas públicas, no campo social e político, são ocasiões em que comparecem autoridades públicas e religiosas. Dessa forma, entende-se que o poder simbólico (religioso) se relaciona com as outras formas de poder (PEREIRA, 2008).

Segundo Bourdieu (1998, p. 188), o poder simbólico é subordinado e, às vezes, fica difícil de reconhecê-lo, por ser diferente do poder das outras constituições de poder. O poder simbólico existe “[...] porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”. [...] Pereira (2008, p. 85) escreve que a religião, pelo poder simbólico, “[...] exerce influência psicológica, de modo a fazer com que os fiéis confiem no êxito dos sacramentos, como também nas suas orações e práticas rituais, melhorando, assim, suas relações sociais”.

Nesse contexto, entende-se que a IEAD, na busca da hegemonia, usa o poder simbólico para o seu engajamento na política partidária de Rondônia, bem como para convencer a maioria dos fiéis para votar nos candidatos apoiados por ela. Sua entrada no campo político resultou em benefícios materiais e financeiros, de caráter público para seu fortalecimento no campo religioso em relação a outras agremiações religiosas.

Esse fortalecimento das igrejas pentecostais no Brasil é gerado primeiramente pelo seu crescimento em percentuais e espaço geográfico. Em segundo lugar, pelo seu ativismo religioso na política usando o modelo corporativo. Por esses fatores geradores de crescimento, buscam a hegemonia pelo poder simbólico no campo religioso para ter influência sobre as demais igrejas e comunidades religiosas.

Essa influência dos pentecostais sobre as demais igrejas e religiões é vista na postura das igrejas assembleias de Deus que são detentoras de um verdadeiro império no campo da mídia (rádio, TV), no campo empresarial (casa publicadora, faculdade, escolas), no campo religioso (22,5 milhões de adeptos/2011, sendo a

maior Igreja pentecostal do mundo) (CAVALLERA, 2011), buscando competir com as demais igrejas e até mesmo com empresas que não fazem parte do campo religioso, mas que são empresas historicamente consolidadas.

Esse quadro mostra que as assembleias de Deus não são mais aquelas igrejas que não participavam de movimentos sociais e da política, que eram consideradas marginalizadas e constituídas de pobres e iletrados. Elas desenvolveram uma cultura que combina a religião com presença nas mídias, no mercado econômico, no entretenimento e na política partidária. Trata-se de agremiações religiosas que se fortaleceram na sociedade e que têm suas próprias reivindicações com poder de eleger seus próprios representantes para os espaços do poder público (LACERDA, 2017).

Com essa legitimação social, os pentecostais ganharam prestígio e a política partidária reconheceu a influência deles na sociedade pelo poder simbólico, pois o poder religioso pode caminhar contra ou ao lado do poder político. Bobbio (1984, p. 967) escreve a esse respeito:

Torna-se evidente que os detentores do poder político não podem descurar um fenômeno que, como o religioso, se reflete tão profundamente na estrutura da sociedade, principalmente quando, apresentando-se em formas estáveis e organizadas, dá origem a verdadeiras e autênticas instituições.

Nesse contexto, surgiu a inovação de igrejas pentecostais participarem da política. A IEAD, por longo tempo, recusou-se a atuar na política, mas, a partir de 1980, de forma intensa, inseriu-se na política partidária, garantindo os diversos tipos de favorecimento. Ajuda a eleger políticos no cenário regional e nacional que, no caso de Rondônia, evidencia o nítido fortalecimento de suas posições políticas.

Dentre os favorecimentos, há a concessão da Rádio Boas Novas, da Rede TV Boas Novas, de terrenos, da isenção da taxa de lixo, do imposto de renda sobre os dízimos e as ofertas que arrecada, do Imposto sobre Serviço (ISS), dos benefícios financeiros das emendas parlamentares para aquisição de ônibus e outros serviços, das vagas em cargos públicos. Com isso, a IEAD mostra seu prestígio religioso e social e reforça o poder simbólico em relação a outros seguimentos religiosos concorrentes.

Para Dantas (2013), o Brasil como laico e secular está ocupado por religiosos livres, que revelam a finalidade de concorrerem os pleitos eleitorais. Se eleitos, já

revelam suas múltiplas demandas e seus interesses particulares. Tem-se a relação dos campos político e religioso, já que agentes recorrem à esfera política para fortalecer o religioso.

O campo político é diferente do religioso em vários aspectos, sendo aquele espaço de disputa. Entretanto, por meio dele, importa ser ator político poderoso, para usufruir de benefícios. As igrejas querem alcançar seu fortalecimento, de modo que representem bem seus ideais, por meio do rádio, da TV e de outros meios de comunicação. A expansão é multiforme na esfera religiosa, política, social e cultural, principalmente quando se obtém um canal de televisão.

Como se consegue um canal de televisão? Por sua atuação como agente no campo religioso, congregando fiéis obedientes, a igreja se transforma e se profissionaliza como ator político. Cria comitês, estabelece estratégias de culto para apoiar políticos e coletar dinheiro, financia eventos, viagens, passeatas, comícios e outros. Ao se inserir ativamente na engrenagem da política partidária, a igreja muda suas preferências, não voltando mais às suas origens, por ter passado por um grande processo de transformação.

Na atuação no meio político-partidário de Rondônia, a IEAD evidencia um processo de legitimação do poder político dominante na sociedade local. O uso da infraestrutura, dos contatos e do público da Igreja forma os recursos agenciadores das ações políticas do pastor. O candidato tem o apoio de o líder disposto a elegê-lo. Após eleito, poderia apossar do seu mandato e ignorar a instituição, mas mantém o vínculo, sentindo-se missionário da denominação, além de desejoso por se eleger outras vezes (PRANDI, 2017).

A relação da igreja com os políticos é alcançar mais poder, para ambas as partes. Esse poder voltado para os interesses somente percebe as facilidades para manter as posições de destaque e demonstrar suas estruturas para as outras instituições. Tanto as igrejas pequenas quanto as maiores mantêm-se na política para ampliar suas potencialidades (AZEVEDO, 2004).

O direcionamento vem da instituição religiosa, cujos pastores são os envolvidos na atuação política. Há interesses institucionais e pessoais, pois o líder traz em seu discurso que está envolvido na política por causa da igreja, mas não esconde que também usufrui dos benefícios, crescendo sua conta bancária para adquirir bens; são fato notório os escândalos:

Já há algum tempo a grande mídia não ignora a ascensão política dos evangélicos, bem como os escândalos políticos econômicos dos quais estes também não estão isentos. As candidaturas e os mandatos políticos de bispos, pastores, evangelistas, de seus parentes, e outros fiéis apadrinhados por seus líderes, são acompanhados com interesse pela mídia (SOUZA, 2013, p. 183).

Na prática do fisiologismo e na busca de interesses pessoais, a IEAD está na política partidária em Rondônia em busca dos favorecimentos, sendo muitos deles frutos de corrupção. Contudo, não é a única a mostrar benesses, havendo variados casos. A Igreja Católica, no mandato do padre Raimundo como prefeito de Porto Velho, na década de 1920, foi favorecida pela política, como já referido. A IEAD seguiu o exemplo para eleger e agir de forma pragmática, buscando o poder, o que explica a mudança de comportamento da instituição quanto à política. Do campo político-partidário, ela angaria vantagens e benefícios imediatos para si e sua liderança.

Desse modo, a corrupção se perpetua na cultura e na política brasileira. A Igreja Católica mostrou sua tendência, detendo o poder hegemônico no campo religioso por longo tempo. Os protestantes não comungavam com certas práticas de corrupção por ter uma formação religiosa diferente. Porém, a cultura e os vícios de uma formação social marcada pela corrupção entraram em todos os seguimentos religiosos. Diante dessa realidade, sente-se a necessidade de que a honestidade, o trabalho duro e a seriedade sejam comuns a todos os políticos e denominações, e não apenas exceções (MACHADO, 2014).

Essa cultura política impregnada de decadência faz com que certos líderes de igrejas comunguem com o pensamento dos corruptores. São vistos como gananciosos, a fim de atingir seus interesses pessoais:

Os políticos evangélicos são tentados às mesmas práticas negativas da política: fisiologismo e a busca de interesses pessoais ou da instituição que ele representa [sic]. Então, é muito difícil ele ver a coletividade, mas isso não é problema dos políticos evangélicos, é dos políticos em geral! E o jogo político no qual o evangélico entra é aquele ali. E ele acaba sendo cooptado pelo sistema. E se ele tentar ser diferente fica uma luta de Davi contra Goliás. [...] Ser relevante como evangélico nesse meio é um grande desafio pra esses políticos evangélicos (MACHADO, 2014, p. 619).

Entender esse posicionamento de fisiologismo e de interesses pessoais da igreja no meio político passa pela noção de campo religioso, proposto por Bourdieu,

com a categoria de hegemonia. Baptista (2007) questiona se realmente os políticos pentecostais, como alguns representantes da IEAD, propiciam contribuição para a sociedade democrática.

Para Bohn (2007), os políticos das igrejas pentecostais brasileiras estão contribuindo com a política, no sentido de estimularem a volta do sagrado ao meio político, pois ao começar a redemocratização, essas igrejas foram mais cooptadas para atuarem no processo político-partidário.

Baptista (2007) afirma que a atuação dos pentecostais na política segue o velho padrão brasileiro de fazer política e não inova em nada. Eles não contribuíram significativamente, exceto para a defesa dos seus interesses e de suas igrejas. Reproduziram o modo político tradicional da cultura brasileira, que já era de formação populista, clientelista, patrimonialista e nepotista:

Ao ingressarem de forma corporativa na política tanto a Assembléia de Deus como a Igreja Universal adotaram o comportamento populista de manobrar fiéis para obterem ganhos eleitorais, segundo objetivos determinados pelas cúpulas das respectivas igrejas. A presença dessas corporações religiosas no espaço público tem repetido vícios da cultura brasileira, no modo populista, clientelista, patrimonialista e nepotista de fazer política (BAPTISTA, 2007, p. 452).

Na visão de Baptista (2007), entende-se que os pentecostais não são piores nem melhores do que os outros políticos. Entretanto, assim como no campo religioso poderiam fazer a diferença no campo político, mas muitos seguem a velha política com a prática de corrupção, política corporativista, clientelista, autoritária e tradicional de antigos corruptores.

Ao enveredar nos interesses corporativos no processo político de Rondônia, a IEAD permitiu que alguns pastores formassem bases cativas para currais eleitorais. Seus líderes religiosos se inserem no esquema de poder e troca de favores, comum no funcionamento de muitos partidos políticos tradicionais no Brasil. Eles não se atentam para os valores religiosos, apenas percebem que estão fortalecendo a instituição.

A Igreja e seus representantes participam do poder e da riqueza, mesmo advindos de ações ilícitas. Essa constatação confirma a hipótese deste estudo sobre as atividades missionárias em Rondônia proporcionou a entrada da IEAD no campo da política partidária, resultando em benefícios materiais e financeiros de caráter público para seu fortalecimento no campo religioso em relação a outras agremiações

religiosas. A IEAD passou por transformações internas para funcionar como uma espécie de gestora de partidos. Seu engajamento político altera a própria organização e a sua forma de funcionamento. Muitos de seus líderes e membros se tornam candidatos, de maneira que a agenda religiosa passa a ser também política.

A política partidária que ocorre em Rondônia envolve a atuação da IEAD que busca eleger parlamentares, defendendo o caráter conservador. Esses se mostram contrários à aprovação de certas leis, por não estarem conforme, os interesses e valores religiosos e/ou morais, tais como: casamento civil igualitário, eutanásia, aprovação do aborto e outros temas. Mas a sua entrada na política somente se deu para influenciar moralmente as discussões e aprovações de leis no parlamento ou para buscar a hegemonia no campo religioso?

Baptista (2007) atesta que os pentecostais visaram defender a moral cristã no aspecto político. Também impedir a aprovação de leis e propostas controversas aos bons costumes, como o movimento homossexual, as causas feministas, entre outros. Contudo, buscou novas conquistas, visto que a presença no campo político habilita a instituição a participar do jogo de poder, tendo acesso a recursos aplicáveis na competição religiosa.

Quanto à atuação da IEAD na política rondoniense, a proposta se firma na dominação, que não enfrenta resistência considerável de seus congregados em apoiar a política. Há obediência eleitoral de seus adeptos, pelo poder que os líderes pentecostais exercem sobre eles. A liderança recorre à proposta do Projeto Cidadania Assembleia de Deus Brasil, para dar suporte àqueles que intencionam atuar no campo político (DANTAS, 2011).

Esse projeto pertence à CGADB visa à valorização do voto evangélico. Na ocasião da realização da 37ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), em 2005, no Rio de Janeiro, foi distribuído para os convencionais (D'AVILA, 2006). Ele é aplicado pelos líderes na escolha dos candidatos apoiados pela Igreja. Alguns membros discordam dessa questão, porém as lideranças continuam realizando o proselitismo político, defendendo o *slogan* irmão vota em irmão (SILVA, 2011).

A tarefa é de convencimento quanto à política partidária dos seus membros e pastores. A IEAD tem o apoio do Conselho Político Nacional da CGADB e da Comissão de Cidadania, representante desse conselho no eclesiástico. A conscientização da política infere ser para a eleição dos parlamentares assembleianos. A IEAD enfoca seus esforços no sucesso eleitoral, tratando de

poder e favores financeiros pelas emendas parlamentares para custear suas obras sociais. Pela Fundação de Serviços da Igreja (FUNDAD), da Rádio Boas Novas, do Centro de Recuperação Refúgio Canaã, do Instituto de Educação Paul Aenis e da União Beneficente Ação de Amor (UBAA), busca aumentar a sua influência política, a fim de impedir a aprovação de leis que envolvam questões morais, que venham ferir os princípios bíblicos pregados pela instituição.

A IEAD ampliou a sua participação no processo político-partidário em Rondônia, resultando no aumento da sua base parlamentar, o que lhe proporcionou no campo religioso benefícios imateriais e bens materiais em troca de apoio eleitoral (MACHADO, 2014). No ativismo da política pentecostal, o Projeto Político da CGADB - Cidadania AD - visa à valorização do voto evangélico, sendo uma das exigências do projeto:

[...] a igreja não vai interferir na escolha do partido político dos candidatos. Para a igreja não importa se o candidato estiver filiado ao PT, PFL ou qualquer outro partido, o que interessa é a postura dele. Só não seria admitida a participação de um candidato da igreja em partido ateuista (D'AVIDA, 2006, p. 160).

As regras do projeto político são pautadas pela CGADB para a escolha de seus candidatos, tendo em vista que a Convenção se organizou politicamente por meio dele, criando o Conselho Político Nacional para que todas as convenções estaduais das regiões do Brasil, inclusive a Cemaderon, tivessem direcionamento político (ECGADB, 2016).

As igrejas Assembleia de Deus, antes do pleito eleitoral, pautam-se no que rege o projeto político da CGADB. Seguem a orientação da Comissão Política local para a escolha dos candidatos. Após a opção, o candidato recebe o apoio da igreja para a sua eleição. Se eleito, fará a representação no parlamento.

Para Bourdieu (1992), essas igrejas imbuídas nessa ação servem como um monopólio de poder para as relações que são constituídas entre a ordem religiosa e a política. Observa-se que a CGADB fornece a legitimidade institucional política e religiosa para essas práticas. Envia amplos poderes para o Conselho Político orientar as comissões políticas nos campos eclesiásticos, no momento da escolha dos candidatos aos cargos eletivos. Essas comissões têm a capacidade de apontar quem pode ou não concorrer ao pleito eleitoral apoiado pela Igreja para se tornar um representante eclesiástico na política partidária.

De acordo com Bourdieu (1992), os líderes das igrejas se empenham na execução desse projeto político, a fim de conduzirem os membros a votarem nos candidatos escolhidos, com objetivo de que sejam eleitos como seus representantes na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional. As atitudes dos líderes figuram os elegidos que apoiam a organização institucional da IEAD, durante o pleito eleitoral e o mandato. A orientação da Igreja indica os concorrentes do Legislativo e do Executivo integrantes ou não da membresia.

Outro aspecto orientador consiste no Conselho Político da CGADB e nas comissões políticas, apoiadores do processo eletivo que fortalece a instituição. Suas atuações estão direcionadas ao relacionamento entre autoridades políticas e lideranças religiosas. A relação dá suporte para a ampliação das atividades religiosas, cuja exposição apresenta a sua proposta política.

Nessa abordagem, Bourdieu (1992, p. 70) expressa que “[...] a igreja contribui para a manutenção da ordem política”. Essa manutenção garante o reforço simbólico para a consecução da função que compete a cada um dentro da ordem simbólica. A manutenção traz o seguinte questionamento: quais os objetivos concretos para a atuação da IEAD na política partidária? A resposta aponta para o fortalecimento do líder diante da Igreja, a aquisição da influência na vida pública, a obtenção de recursos públicos para a sua expansão social e o receio das mudanças de valores e costumes no ambiente social, podendo ameaçar a classe evangélica (FREESTON, 1993).

A IEAD e os líderes são considerados, por partidos políticos, capazes de converter a fé dos adeptos em votos. Esses partidos visam, com esses votos, à eleição dos candidatos que foram indicados ao pleito eleitoral. Nesse sentido, os apoiados têm mais facilidade de serem eleitos, ocorrendo à concretização dos objetivos dos envolvidos.

Os assembleianos são ensinados a viver em submissão a seus pastores e às autoridades constituídas. O entendimento é de que as ações políticas advêm da providência divina, portanto, devem ser vistas como conquistas. Existe uma boa relação entre a IEAD e os políticos rondonienses. Por conta disso, há a subvenção por parte desses para os empreendimentos sociais da Igreja.

A submissão da religião é preconizada e ensinada aos seus adeptos, de modo que políticos se assumem legitimados pela Bíblia para as suas atuações, havendo o uso do trecho paulino: “Todos se submetam às autoridades constituídas.

Pois não há autoridade que não venha de Deus, e as existentes foram instituídas por Deus. De sorte que quem resistir à autoridade resiste à ordem de Deus” (Rm 13,1-2) (BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL, 2014).

Os ensinamentos levam a maioria dos evangélicos a concordar com a orientação do pastor sobre o ato de votar no candidato apoiado pela IEAD para o pleito eleitoral. Eles são seduzidos com as apresentações dos conservadores nos costumes, na moral e nos princípios bíblicos. Os pastores pedem aos membros que observem os discursos dos políticos que defendem a família tradicional, a proibição do aborto e do casamento de pessoas do mesmo sexo. Muitos conseguem convencer os fiéis a votarem nos apoiados pela Comissão Política e pela Igreja.

De acordo com a revista *Veja* (2017), uma pesquisa do *Instituto Datafolha* demonstrou que os evangélicos ouvem a opinião de seus pastores mais do que outros adeptos seguem a orientação de seus líderes religiosos. Mostra que os evangélicos são mais influenciados por pastores no momento de escolher seus candidatos. Esse aspecto permite dizer que há um processo de controle ou dominação religiosa que se vincula à política.

Bourdieu (1992), relacionando o pensamento de Weber sobre a capacidade de dominação existente no campo religioso, elucidou que existe a mensagem religiosa que impacta profundamente os seus receptores, tanto em termos dos seus interesses religiosos, como os de suas escolhas políticas na visão de mundo que lhes envolve.

A proposta simbólica expressa por Bourdieu (1992) demonstra que se constroem bases sociais e políticas por meio de experiências religiosas. Essas experiências permitem realizar negociações ideológicas que propiciam múltiplos significados para os envolvidos. As atividades políticas da IEAD em Rondônia comportam discursos de legitimidade para a eleição de candidatos pertencentes e/ou apoiados pela Igreja. A instituição e sua liderança são responsáveis por estabelecer parcerias que associam projetos de atividades a suportes políticos.

Pelo discurso moralista e proselitista na política partidária, os líderes da Assembleia de Deus em Rondônia conseguem junto com a população evangélica eleger candidatos representativos que retroalimentam o mesmo discurso moralista. Há a aliança da Igreja com o Estado, com trocas e privilégios transferidos do campo político para o religioso. Ao se fortalecer, a instituição almeja se tornar dominante

religiosa no futuro. Os dominantes apresentam sempre uma necessidade de alcançar privilégios, utilizando a teodiceia para chegar a sociodiceia que os legitime:

Max Weber dizia que os dominantes têm sempre necessidade de uma “teodicéia dos seus privilégios”, ou melhor, de uma sociodicéia, isto é, de uma justificação teórica para o fato de serem privilegiados. A competência está hoje no centro dessas sociodicéia, que é aceita, evidentemente, pelos dominantes – é de seu interesse, mas também pelos outros (BOURDIEU, 1998, p. 58-9).

Dessa forma, o discurso da IEAD se volta para a atividade religiosa, embora tenha a intenção direcionada para o político e o social, que se materializa pelo interesse particular de líderes em nome da Igreja. As pessoas esperam do contexto religioso, além das benesses divinas, os instrumentos simbólicos que venham libertá-las das aflições sociais e das necessidades materiais e supramateriais. Por esse motivo, para Bourdieu (1992), toda teodiceia é uma sociodiceia.

A lógica do pensamento político se associa ao interesse dos membros da Igreja - sujeitos inseridos nos interesses da liderança. Essa traz discursos persuasivos e influenciadores da consciência dos eleitores. É a força ou o poder advindo da atuação de liderar, que nem sempre é perceptível aos participantes do comportamento religioso, conforme destaca Bourdieu (2015).

As estruturas simbólicas, tais como a religião, a arte e a língua aplicam seus instrumentos de integração social com excelência. Esses símbolos cumprem a sua função de modificar as bases práticas de visão de mundo daquele que recebe a sua influência (BOURDIEU, 2015). Mesmo assim, este estudo não defende que todos os congregados da IEAD atuem em conformidade com essa atividade religiosa que se vincula com a política, pois o discurso religioso nem sempre alcança a persuasão completa como forma de inserção de todos os indivíduos em um só pensamento.

O poder político surge como seu interesse frequente na IEAD em períodos de eleição em Rondônia. Mesmo que o movimento pentecostal cultive a noção de que houve o rompimento com as posições tradicionais sobre as propostas políticas, levando o fiel a ignorar o discurso da exposição contrária a esse envolvimento, ele demonstra o seu desejo e anseio de imposição e poder, o que modifica a escolha dos candidatos.

A IEAD se insere no processo político-partidário de Rondônia com o objetivo de contribuir socialmente para a população local e defender seus interesses

corporativos, aspecto que se confirma por meio dos registros de escândalos, nepotismo e outros apresentados no capítulo dois da tese, resultantes da sua participação política. Além desses indicativos, é protagonista de um cenário político forte com a Bancada Evangélica:

Trata-se de um grupo suprapartidário, composto por congressistas ligados a diferentes igrejas evangélicas, tanto do ramo histórico ou de missão como do pentecostal e neopentecostal, que atuariam em conjunto para aprovar ou rejeitar a legislação de interesse religioso e pautar diversas discussões no parlamento brasileiro (PRANDI, 2017, p. 1).

Essa tem a capacidade de interferir nas decisões políticas que se mostram ameaçadoras aos evangélicos. A interferência na agenda dos assuntos políticos do Congresso Nacional demonstra a posição das denominações pentecostais. É evidente em diversas áreas do governo, como na educação. Desse modo, quando se intervém na veiculação do *kit gay* para o debate da sexualidade em salas de aulas, para o reconhecimento da diversidade sexual e do preconceito, esse poder será evidenciado:

Segundo o ministro Gilberto Carvalho, a presidente Dilma Rousseff considerou o material “inadequado” e, por isso, resolveu suspender a produção. O governo pretende se reunir com a Comissão de Educação e Cultura e com as bancadas católica e evangélica da Câmara para elaborar um novo kit (LARCHER; TÓRRES, 2011, *on-line*).

A representação política por parte de grupos religiosos, especialmente da Bancada Evangélica, vivencia certo prestígio. Está evidente no pedido de desculpas do Secretário Geral da Presidência por declarações e críticas aos religiosos no Fórum Social Temático, que ocorreu em Porto Alegre, RS, conforme veicula o Jornal Estadão:

O ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, pediu perdão à bancada evangélica em reunião realizada nesta quarta-feira, 15, na Câmara dos Deputados. Carvalho negou ter dito que o governo teria intenção de enfrentar os evangélicos pelo controle ideológico da classe C e que o Planalto prepara uma rede de comunicação para combatê-los. No entanto, pediu perdão pela repercussão das declarações dadas durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro. O ministro trouxe ainda um recado da presidente Dilma Rousseff reafirmando que o governo não vai tomar qualquer iniciativa para alterar a legislação sobre aborto (BRESCIANI, 2012, *on-line*).

Nesse contexto, segundo Freston (1994), as denominações pentecostais desenvolvem mais estratégias para o seu poder no processo eleitoral. A articulação política pela CGADB é estabelecida por meio de reuniões e atividades. A estratégia expandida para todas as regiões do País apresenta as regras de escolher os candidatos ao pleito eleitoral e a manifestação de apoio aos candidatos de outros estados.

Para Freston (1994), nas eleições de 1986, foi possível notar o potencial eleitoral dos pentecostais, pois, dos 18 pré-candidatos indicados pela CGADB, 13 foram eleitos e um obteve o cargo de suplente. Além dos pentecostais, concorrentes de outras igrejas se elegeram totalizando 33 evangélicos que ocuparam cadeiras no Congresso Nacional.

A movimentação na política se dá de forma ampliada. Para defender interesses corporativos e manter os valores morais religiosos, a IEAD e boa parte dos evangélicos apoiaram o *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. A postura mostrou o seu novo papel de ator político:

O voto contra Dilma dado pelos membros da Bancada Evangélica só não atingiu os 100% por causa da presença na fileira evangélica de cinco deputados que votaram a favor de Dilma, fosse por sua filiação aos partidos que a apoiaram ou por compromisso político pessoal (PRANDI, 2018, p. 18).

No contexto do *Impeachment* da ex-presidente, os evangélicos, representados pela Bancada, demonstraram defesa da tradição, que para Prandi (2018, p. 19) é uma ação de poder “[...] que a legitima junto aos fiéis e é por isso que os seus discursos se voltam, a todo o momento, à reafirmação da defesa dos valores tradicionais”.

A visão da Bancada Evangélica é de defesa da tradição, traduzindo-se na defesa de uma pauta proeminentemente moralista e conservadora. Pela via política partidária, ela consegue impedir algumas propostas contrárias aos princípios moral e bíblico e aos valores tradicionais da família, embora convenientes para as modificações sociais e culturais ocorridas no mundo moderno (PRANDI, 2018).

A vitória do Presidente da República, Jair Bolsonaro, candidato apoiado pela IEAD, revela que a estratégia funcionou bem. A agremiação religiosa defendeu a direita, com o governo eleito, e a extrema direita. Desse modo, os evangélicos demonstram sua força na política partidária brasileira. Fortalecem o poder de

decisão política, cuja pretensão é de preservar o modelo conservador. Evidenciam também a sua capacidade de comandar a participação de sua membresia no ato de votar e apoiar os projetos políticos ampliados da CGADB e da Cemaderon.

Nesse pensamento, Bourdieu (1992) percebe a religião como um instrumento de conservação da ordem social. Essa visão permite entender a atuação da IEAD, da CGADB e da Cemaderon, detentoras do poder simbólico que alcança seus interesses políticos, econômicos e sociais. Essas instituições exercem influência sobre seus membros de forma efetiva, sendo esses dominados. Essa dominação, segundo Santos (2016), é vista nos discursos de pastores evangélicos que convergem à escolha do voto da membresia para os apontamentos apresentados na tribuna:

Nós não defendemos partidos políticos, zelamos pela Igreja. Por ela estamos dispostos a ser maltratados e ridicularizados mesmo! O Brasil vai entrar numa maré de perseguição religiosa como nunca antes nos próximos anos (guarde isso no coração) se o PT continuar no poder, e nós não queremos ser cúmplices disso (SANTOS, 2016, p. 1).

Além dessa capacidade que os líderes da IEAD têm de influenciar seus membros no processo político-partidário, eles transformam a membresia em uma potência política. Essa tendência é confirmada pelo doutor em demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), José Eustáquio Diniz Alves, quando escreveu que os evangélicos se transformaram em força política decisiva, referindo-se à eleição do atual governo.

Para ter ideia desse contexto, de acordo com o Rondôniagora (2018), em território rondoniense dois candidatos do PSL se elegeram com expressivo número de votos: o atual Presidente da República obteve 594.968 votos, equivalente a 72,18% dos válidos, e o governador, coronel Marcos Rocha, com 530.188 votos, correspondendo a 66,34% dos válidos, sabendo-se que os votos válidos na região foram 799.220.

Foi observado que Rondônia, desde a sua formação, tem mostrado uma tradição conservadora na vida política. A organização política aconteceu em duas ocasiões distintas de autoritarismo. A primeira se desenvolveu na criação do território federal do Guaporé, em 1943, durante o Estado Novo ou a Era Vargas. A segunda se ampliou na instituição do estado, em 1982, havendo o fim da Ditadura

Militar. Esses aspectos explicam, de certo modo, o caráter conservador da população (VIANA, 2018).

Nesse conservadorismo, percebe-se que o eleitorado rondoniano, inclusive o da IEAD, apoiou o Partido dos Trabalhadores (PT), mas mudou seu foco para o PSL, partido do atual Presidente da República e do governador. Esses candidatos atraíram os eleitores ao defender questões morais e combaterem o que chamaram de “ideologia de gênero”.

Por que a IEAD apoiou antes o PT? Era o partido da situação, ela sabia que ele ganharia as eleições. No conceito do coronelismo, um dos traços fortes está à tendência ao oficialismo (LEAL, 1886), ou seja, quem estiver no poder receberá o apoio, não importa se é da direita ou esquerda. Nesse aspecto, o comportamento da Assembleia de Deus e de outras igrejas foi tranquilo em favorecer esse partido.

A pesquisadora Amy Erica Smith (2018), professora de ciências políticas da Universidade de Iowa, autora do livro *Religião e democracia brasileira*, publicado em inglês pela Universidade de Cambridge, afirma que, após as eleições de 2018, analisando a atuação da IEAD no processo político-partidário, os evangélicos defenderam as prioridades institucionais de evangelizar e de combater a “ideologia de gênero”. Em todo esse cenário político desenvolvido em Rondônia, pode-se afirmar que a IEAD mobiliza sua membresia por meio de seus líderes (pastores, presbíteros, dirigentes) para votar em seus representantes e nas suas pautas, a fim de sobressair os interesses institucionais. Com essa capacidade, a religião demonstra a sua busca por mais poder, prestígio e benefício no espaço religioso (BOURDIEU, 2015).

Dessa forma, a IEAD tem se envolvido no campo político, às vezes, esse com sua influência profana nas práticas políticas, mudando a sua agenda para o aspecto religioso, visto como sagrado, com liturgias e rituais. Em outras palavras, os líderes engajados nas ações litúrgicas, incluindo os rituais religiosos, agora, são cooptados pelo campo político, levando a membresia para as demandas políticas (DURKHEIM, 2003).

A IEAD apresenta essa ação para se fortalecer no campo religioso. O resultado é o conjunto de benefícios adquiridos no ativismo político. Desde 1973, vem se revelando com a sua entrada no processo político-partidário de Rondônia. Na atualidade, de acordo com Burity (2008, p. 84),

Não se pode mais ignorar a visibilidade pública da religião na cena contemporânea. Quer no plano da cultura e do cotidiano, quer no da esfera pública e da política, os atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu *ethos*, suas demandas, nas mais diversas direções.

É possível confirmar a hipótese trabalhada nesta tese de que as atividades missionárias em Rondônia proporcionaram a entrada da IEAD no campo da política partidária, resultando em benefícios materiais e financeiros de caráter público para seu fortalecimento no campo religioso em relação a outras agremiações religiosas. Entretanto, as disputas eleitorais que integraram a vida política dos evangélicos, ao longo de décadas, sempre estiveram em uma perspectiva temerosa de atuação (PRANDI, 2017).

Diante do receio de que a Constituição vigente atribuisse à Igreja Católica certos privilégios e de que houvesse a ampliação de defesa de comunistas, feministas e homossexuais, com temas considerados contrários aos valores morais que integram o discurso religioso pentecostal, as denominações evangélicas se articularam para defender seus interesses corporativos. Esses requeriam ser defendidos de maneira usual em práticas parlamentares, até com o fisiologismo e o nepotismo. Para Resende (1992, p. 55), “[...] o espírito de fisiologismo (troca de favores) e do nepotismo (emprego e vantagens para parentes e amigos) está fortemente arraigado em nossos políticos”.

Nesse aspecto, Bourdieu (1992), seguindo Marx, entende a religião como um instrumento de conservação da ordem social. Mesmo sob crítica essa compreensão que parece essencialista e sem conexão com contextos históricos concretos permite entender a atuação da IEAD como detentora de um poder simbólico, do qual se utiliza para alcançar seus ideais políticos, econômicos e sociais.

O prestígio e o reconhecimento que a IEAD recebeu ao longo do tempo demonstraram a eficácia da atividade política. Ela assimilou e desenvolveu uma estratégia interna, mas também partidária por meio da formação de conselhos políticos, o que propiciou certa garantia de resultados eleitorais. O lançamento de candidatos oficiais da instituição gerou o acompanhamento de mandatos, com visitas pastorais nos gabinetes dos parlamentares, realizadas para a assistência de orações, palavras pastorais e aconselhamento cristão.

A IEAD usou uma estratégia criada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em 1988. O comportamento eleitoral visava reduzir o número de candidatos

a cada cargo, bem como propiciar a concentração de votos para os candidatos oficiais da instituição ou os que recebiam seu apoio para obter votação suficiente e conquistar a eleição em âmbito federal, estadual ou municipal (BORGES JUNIOR, 2010). Nesse seguimento, a inserção da IEAD na política partidária demonstra os interesses de ampliação da presença de líderes religiosos, por meio de seus representantes da política nos seus mais diversos cargos, sendo exposta por diversos autores como Fonseca (2008) e Freston (2008). Esses ressaltam que a atuação também buscou os recursos financeiros e os benefícios que as agências governamentais propiciam para a área de ação social em que as igrejas atuam.

Essa Igreja registrou grande crescimento da membresia em Rondônia, cuja expansão de seus templos se deu nas áreas urbanas e rurais da Capital e do estado. Esse desenvolvimento fez com que aumentassem os investimentos na área social, como a criação do Instituto de Educação Paul Aenis, do Centro de Recuperação Refúgio Canaã, da UBAA, da Rádio (Boas Novas) - RBN e da Fundad, o que resultou na sua participação em questões políticas indiretas, pela assistência social, havendo pedidos de benesses a políticos de diversos partidos.

Entende-se que IEAD também se inseriu na política por outros dois motivos como apontam Machado e Burity (2014). O primeiro para que a instituição se mantivesse dentro da ordem social, participando da relação estatal com os grupos religiosos para a orientação da agenda de temas e valores políticos da educação, da saúde e da família. O segundo se vincula à construção da agência coletiva com pretensões que tivessem prestígio e reconhecimento, bem como influenciassem a defesa dos interesses gerais desse segmento religioso. Assim, apresenta-se a IEAD, com seus aspectos de inserção no processo político-partidário, cujos resultados mostraram que, desde o início de sua história em Rondônia, sua missão estava voltada para valores religiosos bíblicos. Contudo, a ascensão e o fortalecimento da atuação na área política repercutiram na missão da Igreja que se voltou também para os interesses corporativos, que se revelaram na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese se propôs abordar o tema da relação entre religião e política, importante para as Ciências Sociais no mundo contemporâneo, tomando como objeto de pesquisa o papel da Igreja Assembleia de Deus na política partidária de Rondônia, sob o enfoque teórico da Sociologia da Religião.

Para o desenvolvimento metodológico do estudo optou-se pela pesquisa bibliográfica qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses úteis para a identificação e a análise dos dados que não poderiam ser mensurados numericamente. Ajudaram na abordagem do objeto da pesquisa, por ser pouco conhecido ou explorado.

Os teóricos principais Max Weber, Pierre Bourdieu e Antonio Gramsci, além dos autores Baptista (2002), Borges Junior (2010), Burity e Machado (2006), Campos (2010), Freston (1993), Lacerda (2017), Lopes (2016), Mariano (2005) e outros foram essenciais para o estudo dos conteúdos, bem como na revisão bibliográfica, para a compreensão dos motivos que direcionaram a IEAD a se inserir no processo político-partidário de Rondônia.

A problematização trabalhada na tese envolveu a pergunta religião e política se misturam? Além das questões norteadoras seguintes: por que uma agremiação religiosa como a IEAD, que não se envolvia com a política partidária, modificou a sua forma de perceber a política? Como a comunidade religiosa, que se reservava a fazer missão e proselitismo, passou a organizar candidaturas para eleger seus próprios candidatos? Que lógica e que interesses explicam essa mudança tão acentuada na orientação dessa agremiação religiosa a respeito da política?

A hipótese trabalhada na tese para explicar a mudança de orientação da Assembleia de Deus em Rondônia quanto à política partidária mostrou que as atividades missionárias proporcionaram a entrada da IEAD no campo da política partidária, que resultou em benefícios materiais, financeiros e de imagem junto ao público, em última análise, visando ao seu fortalecimento religioso em relação a outras agremiações religiosas.

A pesquisa se justifica quando se consideram quatro motivos importantes: 1) Trata-se de uma igreja pentecostal inserida em Rondônia - estado não tão relevante nos aspectos do PIB e da cultura nacional, mas com seu potencial político, econômico e religioso na Amazônia. 2) Igreja com história de mais de 98 anos em

Rondônia e com uma expansão que se vincula à própria origem da AD no Brasil. 3) É denominação influente na sociedade local e agente relevante em termos políticos. 4) Pelo fato de o pesquisador não ter encontrado estudos sobre política e igrejas pentecostais com foco em Rondônia ou na Amazônia, apesar de haver estudos com abordagens entre igrejas pentecostais e a política no Brasil, tais como: Baptista (2002), Borges Junior (2010), Burity e Machado (2006), Campos (2010), Freston (1993), Lacerda (2017), Lopes (2016) e Mariano (2005).

O estudo foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro abordou a formação história da sociedade e da política em Rondônia. Historicamente, foi por meio da postura, do proselitismo e da atuação política que a IEAD conseguiu multiplicar os espaços sociais em que ocupa. Suas relações entre religião e política resultaram na expansão da Igreja na sociedade rondoniense. Percebeu-se também que a formação histórica, social e política de Rondônia está relacionada com a expansão da fronteira para dentro da Amazônia.

Para abordar sobre essa questão da fronteira foi necessário se fundamentar nos conceitos do sociólogo José de Souza Martins (1996), que trata da expansão histórica do capitalismo para as áreas rurais não ocupadas do interior do Brasil, sobretudo a (re)ocupação da Amazônia, e da geógrafa Bertha Koiffmann Becker (1988) que parte do conceito de frentes de expansão e fronteira agrícola para demonstrar os meios e as políticas usadas pelos estados e pelo governo federal para incorporar a área territorial da Amazônia ao mercado brasileiro. A fronteira amazônica pensada por Martins e Becker permitiu entender que a formação histórica, social e política de Rondônia se desenvolveu como um grande marco para as políticas de desenvolvimento da Amazônia.

O segundo capítulo envolveu a questão da história da Assembleia de Deus e a sua participação na política partidária de Rondônia. O entendimento foi de que as decisões, práticas e estratégias pastorais desenvolvidas pela IEAD no cenário religioso contribuíram para a sua participação no campo político-partidário de Rondônia. A política em Rondônia desenvolveu-se em meio a operações policiais, que culminaram em prisões, cassações e afastamento de parlamentares das representações municipal, estadual e federal, com destaques nos noticiários de todo Brasil, da pior forma possível (MACHADO; BURITY, 2014). Todo esse cenário da política partidária, construído em Rondônia, proporcionou a participação organizada da IEAD na política, para disputar os pleitos eleitorais.

Com Mariano (1999), afirmou-se que a participação organizada da IEAD na política partidária tem o interesse de buscar poder, recursos públicos e outros benefícios. Para concretizar seus interesses, suas lideranças usam as práticas políticas, do modelo coronelista/clientelismo, ao indicar os seus candidatos para concorrerem ao pleito eleitoral. Desse modo, influenciam seus membros a votarem em candidatos indicados, controlam o voto e o processo eleitoral em função do interesse dos pastores e da Igreja.

O conceito de dominação elaborado por Weber e de campo de poder, a partir de Bourdieu, trouxe a lógica por trás da atuação da IEAD no processo eleitoral. Com o pensamento de Lopes (2016), observou-se que os líderes da IEAD, com seus discursos, conseguem convencer a maioria dos fiéis a votar nos políticos indicados por eles.

Freston (1992) permitiu afirmar que as ações e as decisões políticas da IEAD foram tomadas em troca de favores, favorecimento e outros benefícios. Em alguns momentos, a corrupção passou a fazer parte da sua forma de realizar política. Além disso, a Igreja desenvolve estratégias no processo político-partidário, visando se fortalecer no campo religioso, aumentando seu prestígio social e religioso e ampliando o seu poder de barganha. Dantas (2011) forneceu a sustentação para propor a tese de que o prestígio social e religioso viabilizou o ingresso da IEAD na disputa do processo político-partidário de Rondônia, visando ao seu fortalecimento no campo religioso. Novamente as categorias de Bourdieu ajudaram a pensar quais motivos ajudam a explicar a entrada da IEAD na política partidária de Rondônia e a propor a questão da busca de hegemonia no campo religioso.

No terceiro capítulo, aprofundaram-se os fundamentos da tese em torno da busca de hegemonia no campo religioso. Gramsci desenvolveu a noção de hegemonia como um tipo particular de dominação, em outras palavras com o poder (quase total) de um grupo social sobre outro. Tal conceito, aplicado por Bourdieu (2015) ao campo religioso, foi utilizado para propor que cada religião busca se apresentar como autêntica e verdadeira com a intenção de domínio. É na busca dessa hegemonia no campo religioso que a IEAD se inseriu com grande intensidade na política partidária em Rondônia, sobretudo em Porto Velho.

Nesse sentido, os benefícios financeiros pelas emendas parlamentares para aquisição de ônibus, vagas em cargos públicos, concessões de rádio e TV e outros deram à IEAD de Rondônia muito mais poder e prestígio social e religioso do que ela

tinha antes, reforçaram sua posição de poder simbólico em relação aos outros agentes religiosos e igrejas que são suas concorrentes no campo religioso.

Os resultados da pesquisa apontaram a atuação da IEAD no processo político de Rondônia, com a transformação da membresia como importante nicho eleitoral, pelo constante crescimento de adeptos no estado de Rondônia; a prática de transações clientelistas entre os líderes da Igreja e os políticos eleitos (típico do modelo coronelista que a IEAD herdou da cultura política do governo ditatorial); a multiplicação dos espaços e o aumento da visibilidade social da IEAD; a transformação dos templos em pontos de articulação de candidaturas e de agendas políticas; a mudança do poder simbólico-religioso dos pastores em poder político sobre a membresia (domínio sobre o voto dos fiéis, autoritarismo); as evidências de manipulação ou, pelo menos, direcionamento do voto dos fiéis segundo os interesses da Igreja; a ocupação de estruturas com a obtenção de concessões de rádio, televisão, dotações e outros benefícios para a sua expansão; o envolvimento com o processo político-partidário de Rondônia objetivando interesses corporativos, busca de poder, recursos públicos e outros; o envolvimento de alguns membros com a corrupção e o favorecimento ilícito, com evidências de desvios de conduta e corrupção.

O crescimento e o empoderamento da IEAD na sociedade rondoniense se deram também por causa do favorecimento trazido por sua participação ativa na política partidária local, regional e nacional. O recebimento por parte da IEAD de ajuda e recursos, que outras religiões e comunidades religiosas não receberam, deram-lhe situação favorável. O envolvimento inescrupuloso no processo político em contradição com princípios cristãos e éticos defendidos pela própria Igreja repetiu os vícios e defeitos da política tradicional autoritária, sendo que a IEAD de Rondônia não contribuiu para melhorar a frágil democracia brasileira.

Quanto aos aspectos menos enfatizados deste estudo, faltaram o detalhamento sobre o papel da Assembleia de Deus na esfera cultural de Rondônia, o seu relacionamento com as demais comunidades religiosas, a análise de discursos e entrevistas com os próprios agentes político-religiosos. Quanto ao possível aprofundamento da pesquisa no futuro, importaria detalhar as relações e os vínculos da Igreja com os partidos e grupos políticos concretos, depois da experiência com o governo do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Os políticos continuarão vendo a IEAD de Rondônia como uma potência eleitoreira, porém resta

saber, dentro dos aspectos menos favoráveis apontados, se a IEAD exercerá a mesma influência política junto ao público evangélico.

Assim, com esses resultados, comprovou-se a tese que motivou esta pesquisa. Mas este trabalho faz parte de um esforço muito maior de entender os rumos e as modalidades de interação da religião com a política e, particularmente, das igrejas pentecostais com a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. Universidade Federal de São Paulo, Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.
- ALBUQUERQUE, Herbert Lins. Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: sentimentos territoriais em face à globalização. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 34-51, jul./dez. 2014.
- ALENCAR, Carolina Pena de. *Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus - origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte, 2010.
- _____. *Matriz pentecostal brasileira: assembleias de Deus 1911-2011*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.
- ALENCAR, Glauber Rodrigues de. *Aspectos da cultura pentecostal brasileira: origem, influências e desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.
- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. “Pelo Senhor, marchamos”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.
- ALVES, José Eustáquio Diniz, BARROS, LFW, CAVENAGHI, S. A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia. *REVER (PUC-SP)*, v. 12, p. 145-174, 2012.
- ÂNGELO, Vitor Amorim de. *Guerrilha do Araguaia: luta armada no campo*. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/guerrilha-do-araguaia-luta-armada-no-campo.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- ARAÚJO, Rayane Barreto. O relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213-250, jul./dez. 2018.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Perspectivas da revolução inglesa. *Revista Brasileira de História*, Departamento de História da USP, São Paulo, 2009.
- AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, set./dez. 2004.
- AZEVEDO, Thales. *A religião civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis, Vozes, 1981.

BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula. Religião e relações de gênero: um olhar sobre as transformações de identidades e práticas sociais de líderes femininas pentecostais. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, ano. II, n. 5, set. 2009.

_____. *Religião e política: a participação política dos pentecostais nas eleições de 2002*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, 2003.

BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

_____. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BASTIAN, J. P. *Protestantismos y modernidad latinoamericana: historia de unas minorías religiosas activas en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL. *Antigo e Novo Testamento*. Traduzida por João Ferreira de Almeida. Revista e Corrigida. Edição de 1995. Rio de Janeiro: CPD, 2014.

BECKER, Bertha Koiffmann. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (Ed.). *Fronteiras*. Brasília: Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988. p. 60-90.

BECKER, Daiane Accdo Rossarolo. A intrínseca relação entre estado capitalista e as políticas sociais. *Educare Revista de Educação*, Cascavel, PR, v. II, n. 23, jul./dez. 2016.

BOBBIO, Norberto. Política eclesiástica. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Curso de Introdução à Ciência Política*. 2. ed. Brasília: UnB, 1984.

BORGES JUNIOR, Jerônimo Rodrigues. *A participação política da igreja evangélica Assembleia de Deus*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1986.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____. Gênese e estrutura do campo religioso. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOHN, Simone. Contexto político eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). *Opinião pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 366-387, nov. 2007.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. Lei 6.921, de 16 de junho de 1981. Autoriza a criação de municípios no Território Federal de Rondônia, altera a Lei 6.448, de 11 de outubro de 1977, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, 17 jun. 1981.

_____. *Relatório dos trabalhos da CPMI das ambulâncias*. Congresso Nacional. Brasília, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/sanguessugas.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2018.

BRESCIANI, Eduardo. Ministro pede perdão à bancada evangélica por declarações sobre aborto. *Jornal Estadão*, matéria publicada em 15 de fev. 2012. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-pede-perdao-a-bancada-evangelica-por-declaracoes-sobre-aborto,836264>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

BURITY, Joanildo. A religião, política e cultura. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 2, p. 83-113, nov. 2008.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O projeto político de governo do justo: os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara federal. *Debates do NER*, v. 2, n. 18, p. 39-82, 2010.

CARDIN, Eric Gustavo. Estado, trabalho e capitalismo nas fronteiras. *UNIOEST*, Foz do Iguaçu, v. 21, n. 2, p. 305-312, maio/ago. 2018.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Gabriel; BONIN, Robson. Rondônia, terreno fértil para a corrupção. *Veja*, 16 set. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/rondonia-terreno-fertil-para-a-corrupcao/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. Hidrelétricas no Rio Madeira, RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia. *Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 15, 2012.

_____. *Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CAVALLERA, Renato. Assembleia de Deus do Brasil é a maior Igreja pentecostal do mundo. *GOSPEL Mundo Cristão*, 2011. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/assembleia-deus-brasil-maior-igreja-pentecostal-mundo-21458.html>>. Acesso em: 3 maio 2020.

CONDE, Emílio. *História das assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 1960.

CORREA, Maria Aparecida Oliveira dos Santos. Pastores das assembleias de Deus: do apoliticismo escatológico ao aparelhamento moralista. Dossiê: pentecostalismo e política. *Interações*, Belo Horizonte, v. 14, n. 25, p. 29-54, jan./jun. 2019.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da (Organizador), *Porto Velho, urbanização e desafios para uma cidade centenária*. Porto Velho: Temática; Edufro, 2016.

COSTA, Wanderley M. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana. *Território*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1999.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. História recente do catolicismo no Brasil: identidades em confronto. *Encontros Teológicos*, Faculdade Católica de Santa Catarina, ano 19, n. 37, n. 1, 2004.

CUNHA, Eliaquim Timotéo. Os projetos de colonização em Rondônia. *Revista Labirinto*, Universidade Federal de Rondônia, ano X, n. 14, dez. 2010.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e política: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara federal*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

_____. Psicologia política das religiões: uma análise dos símbolos e ideologia da Igreja Universal do Reino de Deus. *Revista de Psicologia Política*, São Paulo, v. 13, n. 28, dez. 2013.

D'AVILA, Edson. *Assembléia de Deus no Brasil e a política: uma leitura a partir do Mensageiro da paz*. Dissertação (Mestrado em Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

DALAPICOLA, Tiago. *A migração de capixabas para Rondônia*. Monografia (Trabalho de Curso em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

D'EPINAY, Christian L. *O refúgio das massas: estudo sociológico do protestantismo chileno*. Tradução de Waldo Cesar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado*. Disponível em: <<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/28532-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA. *Rondônia estado: sua instalação completa 36 anos*. 4 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.diariodaamazonia.com.br/rondonia-estado-sua-instalacao-completa-36-anos/>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

DOMINGUES, Beatriz Helena. Caudilhismo na América Latina: entre a teoria política e a literatura. *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Vitória, 2008. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/beatriz_domingues.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ECGADB. *Estatuto da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*. Do Conselho Político (órgão da Convenção Geral) para assuntos de natureza política que é composto de quatro membros, sendo indicada pelo Presidente da CGADB durante o período da AGO - Assembleia Geral Ordinária e por esta referendada. Disponível em: <<http://www.cgadb.org.br/2018/pdfs/Estatuto2016.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018. (ECGADB, 2016).

ELIAS, Irmão. *O cristão e a política*. Teresina, 2005.

EMMERICH, Diego Chermant. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré a ferrovia do Diabo*. 5 fev. 2017. Disponível em: <<https://ferroviassetrensantigos.blogspot.com/2017/02/estrada-de-ferro-madeira-mamore.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do Diabo*: história de uma estrada de ferro na Amazônia. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

FIGURA 1. Disponível em:

<[FIGURA 2. Disponível em:](https://www.google.com.br/search?q=ln%C3%ADcio+da+Cidade+de+Porto+Velho&sxsrf=ACYBGNSYB0CjgdEAgmangtSuk5_NfOTC9A:1571168152360&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj5_Om8gZ_IAhXIErkGHXerAyoQ_AUIEigB&biw=1280&bih=611&dpr=0.8#imgrc=_>. Acesso em: 15 out. 2019.</p>
</div>
<div data-bbox=)

<[FIGURA 3. Disponível em:](https://www.google.com/search?q=forma%C3%A7%C3%A3o+historica,+social+e+pol%C3%ADtica+de+Porto+Velho&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj9jumVx_biAhWvEbkGHccUA9cQ_AUIESgC&biw=1024&bih=489>. Acesso em: 19 jun. 2019.</p>
</div>
<div data-bbox=)

<[FIGURA 6. Disponível em:](https://www.google.com.br/search?q=ln%C3%ADcio+do+povoado+de+Porto+Velho+e+a+constru%C3%A7%C3%A3o+da+Ferrovia&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiKpOf3raneAhWPPpAKHWRDCa0Q_AUIECgD&biw=1280&bih=611>. Acesso em: 28 out. 2018.</p>
</div>
<div data-bbox=)

<[FIGURA 7. Disponível em:](https://www.google.com/search?biw=1024&bih=489&tbm=isch&sa=1&ei=xwV4XcXrAe-65OUPpNSh6AQ&q=Hospital+da+Vila+Candel%C3%A1ria+em+Porto+Velho&oq=Hospital+da+Vila+Candel%C3%A1ria+em+Porto+Velho&gs_l=img.3...65841.69634..81166...0.0..1.377.2826.0j11j3j1.....0....1..gws-wiz-img.4Uihxb5cHZo&ved=0ahUKEwiF66CxisfkAhVvHbkGHSRqCE0Q4dUDCAY&uact=5>. Acesso em: 10 set. 2019.</p>
</div>
<div data-bbox=)

<[FIGURA 13. Disponível em:](https://www.google.com.br/search?q=sucateamento+e+desativa%C3%A7%C3%A3o+da+Estrada+de+Ferro+Madeira+Mamor%C3%A9&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjsraHR0e_iAhUoD7kGHd4pBcUQ_AUIEigD&biw=1280&bih=611#imgrc=-xw00DssDe34DM:>. Acesso em: 17 jun. 2019.</p>
</div>
<div data-bbox=)

<[FIGURA 14. Disponível em: <\[FIGURA 15. Disponível em:\]\(http://www.rondonia.ro.gov.br/governador-confuciomoura-destaca-a-importancia-de-marechal-rondon-ao-brasil/>. Acesso em: 28 out. 2018.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://www.newsrononia.com.br/noticias/territorio+federal+do+guapore/63083>. Acesso em: 20 dez. 2019.</p>
</div>
<div data-bbox=)

<https://www.google.com.br/imgres?imgurl=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/BR-364.jpg&imgrefurl=https://pt.wikipedia.org/wiki/BR-364&h=422&w=644&tbnid=Nxc8WmqBD7ZveM:&q=A+BR+364+vai+de+onde+para+onde&tbnh=160&tbnw=243&usg=AI4_-kQkuKFSj_YN4Y0xdVOSBrUmxSLFng&vet=12ahUKEwiwoMjc46neAhWFC5AKHfT

wAAYQ9QEwAHoECAYQBg..i&docid=LaUCUw07Wd96EM&sa=X&ved=2ahUKEwiw oMjc46neAhWFC5AKHfTAAAYQ9QEwAHoECAYQBg>. Acesso em: 28 out. 2018.

FIGURA 16. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_timeline_fbdt>. Acesso em: 28 out. 2018.

FIGURA 17. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=constru%C3%A7%C3%A3o+de+duas+grandes+hidrel%C3%A9tricas,+Jirau+e+Santo+Ant%C3%B4nio+no+Rio+Madeira&source=Inms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjkM78uIXgAhU3DrkGHXsoBu8Q_AUIDygC&biw=1024&bih=489>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FIGURA 18. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=Simbologia+das+tr%C3%AAs+caixas+d%27%C3%A1gua+em+Porto+velho&source=Inms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi5msCinMreAhVFHpAKHVqdDalQ_AUIDigB&biw=1280&bih=611>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FIGURA 19. Disponível em: <<http://iead-pvh.com/sobre-nos/pagina-exemplo/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FIGURA 20. Disponível em: <<http://iead-pvh.com/sobre-nos/pagina-exemplo/attachment/2-templo-sede-da-assembleia-de-deus-em-porto-velho/>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

FIGURA 21. Disponível em: <<http://iead-pvh.com/sobre-nos/pagina-exemplo/attachment/2-templo-sede-da-assembleia-de-deus-em-porto-velho/>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

FIGURA 22. Disponível em: <<http://iead-pvh.com/noticias/culto-da-virada/>>. Acesso em: 13 out. 019.

FIGURA 23. Disponível em: <<https://www.google.com.br>>. Acesso em: 27 out. 2019.

FIORI, Marcus Fernando. BR 364: do desenvolvimento ao desmatamento. *Revista Veredas Amazônica*, v. 2, n. 1, p. 67-82, 2012.

FONSECA, Alexandre Brasil. Religion and democracy in Brazil: a study of the leading evangelical politicians. In: FRESTON, Paul (Ed.). *Evangelical Christianity and democracy in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 163-206.

FORNAZIERI, Aldo. *Igrejas têm mais sucesso que partidos nas periferias*, 2018. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/igrejas-tem-mais-sucesso-que-partidos-nas-periferias-avalia-aldo-fornazieri>>. Acesso em: 6 out. 2019.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. *Aspectos da população de Rondônia*. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-populacao-rondonia.htm>>. Acesso em: 17 out. 2019.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte a impeachment*. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Unicamp, 1993.

_____. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (Org.). *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 67-159.

_____. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Enconstrão, 1994.

_____. *The political evolution of Brazilian pentecostalism: 1986-2000*, in imaginaries politiques et pentecôtismes - África/Amérique Latine. CORTEN, A.; MARY, A. (Orgs.). Paris: Karthala, 2000. p. 289-296.

_____. Researching the Heartland of pentecostalism: Latin Americans Home and Abroad. *Field work in Religion*, v. 3, n. 2, p. 122-144, 2008.

GAGGIANO, Mônica Herman. Corrupção e financiamento de campanhas eleitorais. *Revista Fórum Administrativo, Direito Público*, ano 1, n. 10, dez. 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

G1. *Foragido há 2 anos, ex-presidente da Assembleia de RO se entrega*. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/09/foragido-ha-2-anos-ex-presidente-da-assembleia-de-ro-se-entrega-justica.html>>. Acesso em: 1º dez. 2019.

GOMES, Emanuel. *A abertura da BR-029, atual 364*. 2 out. 2013. Disponível em: <<http://rondoniaempauta.com.br/nl/historia/a-abertura-da-br-029-atual-364-artigo-do-historiador-emmanuel-gomes/>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

GORAYEB, Anísio. *Território Federal do Guaporé*, 11 de set. de 2015. Disponível em: <[HTTPS://www.newsrondonia.com.br/noticias/territorio+federal+do+guapore/63083](https://www.newsrondonia.com.br/noticias/territorio+federal+do+guapore/63083)>. Acesso em: 6 jul. 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GROHMANN, Rafael. O conceito de classe social em estudos de recepção brasileiros. *ANIMUS Revista Interamericana de Comunicação Mediática*, Universidade Federal de Santa Maria, RS, v. 13, n. 25, 2014.

HADDAD, Fernando. Trabalho e classes sociais. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, SP, v. 9, n. 2, p. 97-123, out. 1997.

HENNESSY, Alistair. *The frontier in Latin American history*. London: Edward Arnold, 1978.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2000*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=11>>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-populacao-rondonia.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2017*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama>>. Acesso em: 1º jul. 2018.

IEAD. Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Porto Velho. *Nossa história: 95 anos da Assembleia de Deus em Porto Velho*. Disponível em: <<http://iead-pvh.com/sobre-nos/pagina-exemplo/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. *IEAD Estatuto, 2019*. Disponível em: <<http://assembleiadedeuscic.com/site/estatuto/>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais *A estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019 é de 9.762 km²*, 2019. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IPEA. *Brasil: 14 anos de revolução*. Brasília: Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada, 1978.

JACOB, Cesar Romero (Org.). *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio: PUC; São Paulo: Loyola, 2003.

LACERDA, Fabio. Pentecostais, clientelismo e política: uma avaliação da literatura sobre a América Latina e Brasil. *Leviathan, Cadernos de Pesquisa Política*, n. 12, p. 1-44, 2016.

_____. Evangélicos, pentecostais e representação política nas eleições legislativas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 93, p. 329-310, 2017.

LARCHER, Marcello; TÔRRES, Renata. Pressão de bancada faz governo cancelar kit sobre homossexualidade. *Câmara dos Deputados*, Rádio Câmara, maio 2011. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/215309-pressao-de-bancadas-faz-governo-cancelar-kit-sobre-homossexualidade/>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LEAL, Ondina Fachel. *A Leitura Social da Novela das Oito*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LIMA, Abnael Machado. *Porto Velho: de Guapindaia a Roberto Sobrinho*. Porto Velho: Primmor; Formulário da Amazônia, 2012.

LIMA, Marta Valéria. Uma introdução à história política das religiões afro-brasileiras de Rondônia. *Revista Labirinto*, ano XII, n. 16, jun. 2012.

LENARDÃO, Elsio. Gênese do clientelismo na organização política brasileira. *Lutas Sociais*, PUC-SP, n. 11/12, 2004.

LOPES, Lindiógenes Ferreira. *A Assembleia de Deus e a política no estado de Goiás (1980-2010)*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *O rádio dos pobres: comunicação de massa, ideologia e marginalidade social*. São Paulo: Loyola, 1988.

LOUREIRO, Violeta R.; ARAGÃO PINTO, Jax Nildo. A questão fundiária na Amazônia. *Revista Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Entrevista. *Jornal Global El País*. São Paulo, 4 dez. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, jul./set. 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2001.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. Pentecostais e política no Brasil. *Com Ciência*, n. 65, 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/2005/05/13.shtml>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

_____. Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013.

_____. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. *REVER Revista de Estudos da Religião PUC*, São Paulo, p. 68-95, dez. 2008.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, 2004.

MARIZ, Cecilia Loreto. *Coping with Poverty: pentecostals and Christian Base Communities in Brazil*. Philadelphia: Tèmple University, 1994.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais*. São Paulo: Paulus, 2017.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997.

_____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Paulo Henrique. Cultura autoritária e aventura da brasilidade. In: BURITY, Joanildo Albuquerque (Org.) *Cultura e identidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 65-104.

MATIAS, Francisco. *Pioneiros: ocupação humana e trajetória política de Rondônia*. Porto Velho: Maia, 1998.

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO, Josué Passos de. Caldeiras em chamas: a igreja pentecostal na formação de Porto Velho - 1922. *Revista Veredas Amazônicas*, v. 3, n. 1, jan./jun. 2014.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. *O celeste por vir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.

MORAES, Gerson Leite de. Neopentecostalismo - um conceito obstáculo na compreensão do subcampo religioso pentecostal brasileiro. *REVER Revista de Estudos da Religião PUC*, São Paulo, p. 1-19, jul. 2010.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. *Cenários da produção espacial urbana de Porto Velho*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Porto Velho, RO, 2009.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. O processo de ocupação e urbanização de Rondônia: uma análise das transformações sociais e espaciais. *Revista de Geografia, UFPE-DCG; NAPA, Recife*, v. 27, n. 2, maio/ago. 2010.

NASCIMENTO, Rogério Ferreira. O pentecostalismo e a política: o fiel da balança. 2010. Tempo e presença Digital. *Koinonia. Religião e política Con (vivência)? Con (fusão)?* ano 5, n. 22-23, nov. 2010. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=419&cod_boletim=23&tipo=Artigo>. Acesso em: 28 nov. 2019.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; SILVA, Gustavo Henrique de Abreu. Porto Velho lugares e memória: representações do espaço através da fotografia. *Anais do V NEER*, 2013.

_____. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e o surgimento da cidade de Porto Velho. In: _____. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história, prosa e verso*. Porto Velho: IARIPUNA; IPARY, 2012.

OLIVA, Alfredo dos Santos. *A história do Diabo no Brasil*. São Paulo: Fonte, 2007.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica*. São Paulo: Pioneira, 1998.

ORO, Ari Pedro. *A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campo religioso e político brasileiro*. ANPOCS GT: Religião e Sociedade, 2002.

O TEMPO. *Prefeito de Porto Velho é afastado e secretários presos suspeitos de fraudes*. 2012. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/prefeito-de-porto-velho-e-afastado-e-secretarios-presos-suspeitos-de-fraudes-1.408324>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

OTTO, Rudolf. *O sagrado: aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. Petrópolis: Vozes, 2007.

PALITOT, Aleks. *A colonização de Rondônia, terras de pioneiros*. 30 nov. 2015. Disponível em:

<<https://www.newsrondonia.com.br/noticias/a+colonizacao+de+rondonia+terras+de+pioneiros/67590>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

_____. *Amazônia e os seus primeiros habitantes*. 11 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.newsrondonia.com.br/noticias/amazonia+e+os+seus+primeiros+habitantes/73256>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

PEIXOTO, Fabrícia. *Linha do tempo: entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia*. 23 jun. 2009. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_timeline_fbd>. Acesso em: 6 jul. 2019.

PEREIRA, José Carlos. Religião e poder: os símbolos do poder sagrado. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano 2, v. 3, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo (Orgs.). *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

POMPEO, Flávio Sposto. Sobre a ideologia. *Filosofia e Ciências Humanas Conciência.org*, 13 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/sobre-a-ideologia#a-ideologia-flavio-sposto-pompeo-unb>>. Acesso em: 1º maio 2020.

POSEY, Darrel A. Time, space, and the interface of divergent cultures: the Kayapó Indians of the Amazon face the future. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 25, 1982.

PRANDI, Reginaldo. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na frente parlamentar evangélica. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, v. 29, n. 2, ago. 2017.

_____. Em nome do Pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018.

PREFEITURA DE PORTO VELHO. *Prefeitos de Porto Velho*. 2020. Disponível em: <<https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/21740/prefeitos-de-porto-velho>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

QUADRO 1. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/editor/files/Diagn%C3%B3stico_Essencial_para_Acelera%C3%A7%C3%A3o%20de%20Territ%C3%B3rios.pdf>. Acesso em: 7 set. 2019.

RABELO, Antônio Cláudio. Amazônia: uma fronteira volátil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 78, 2013.

RATTNER, Henrique. *Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Marcus Roberto *et al.* Fatores críticos e cronológicos da evolução e delimitação dos ciclos econômicos do estado de Rondônia. *XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação*, Universidade do Vale do Paraíba, 2010.

RIVERA, Paulo Barrera. Patrimonialismo pentecostal: novo patamar das relações entre religião e política no Brasil recente. *Estudos de Religião*, v. 35, n. 2, p. 77-99, maio/ago. 2019.

_____. Pluralismo religioso e secularização: pentecostais na periferia da cidade de São Bernardo do Campo no Brasil. *REVER Revista de Estudos da Religião PUC*, São Paulo, p. 20-76, mar. 2010.

+RO. *A vergonha política e as igrejas assembleia de Deus em Rondônia*. 2014.

_____. *Pastor Nelson Luchtemberg comete crime eleitoral apoiando candidatos dentro da igreja*, 2018.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma análise sócio-religiosa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

RONDÔNIA. *Lei Complementar 41*, de 22 de dezembro de 1981. O território de Rondônia foi elevado à estado. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp41.htm>. Acesso em: 26 nov. 2019.

_____. Assembleia Legislativa. *Mensagem n. 143/2001*, p. 86. Viabilizar a transferência de recursos financeiros sob a modalidade de convênio com a finalidade de garantir a reforma e ampliação da escola Daniel Berg. 2001. Disponível em: <<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/L1042-PL.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

_____. *Diário de Justiça do Estado de Rondônia (DJRO)*, 22 nov. 2011. Jus Brasil, p. 84, 2011. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/32456226/djro-22-11-2011-pg-84>>. Acesso em: 2 out. 2018.

_____. Governador Confúcio Moura destaca a importância de Marechal Rondon para o país. *Governo do estado de Rondônia*, 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/governador-confucio-moura-destaca-a-importancia-de-marechal-rondon-ao-brasil/>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

_____. *Relatório de gestão 2015 da Secretaria de Estado da Saúde: resultados e perspectivas*. Porto Velho: Governo do estado de Rondônia, 2016.

_____. Sepog. *PIB 2017: agropecuária representa a maior fatia do Produto Interno Bruto de Rondônia*. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/secretaria-de-planejamento-divulga-pib-de-rondoniaem-2017/>>. Acesso em: 2 out. 2018.

RONDÔNIA AGORA. Parentes de líderes da Assembleia de Deus em Rondônia são exonerados do legislativo. *Veja listão*, 2 fev. 2012. Disponível em: <<https://www.rondoniagora.com/politica/parentes-de-lideres-da-assembleia-de-deus-em-rondonia-sao-exonerados-do-legislativo-veja-listao>>. Acesso em: 2 out. 2018.

_____. *Resultado final da eleição em Rondônia: Marcos Rocha obteve 530.188 votos*. 2018. Disponível em: <<https://www.rondoniagora.com/eleicoes/resultado-final-da-eleicao-em-rondonia-marcos-rocha-obteve-530-188-votos>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

RONDÔNIA DINÂMICA. *Deputado capixaba entrega micro-ônibus à Fundad*. 2014. Disponível em: <<https://www.rondoniadinamica.com/arquivo/deputado-capixaba-entrega-micro-onibus-a-fundad-,72296.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

RONDONOTÍCIAS, 2019 Disponível em: <<http://www.rondonoticias.com.br/noticia/geral/28289/porto-velho-passa-dos-529-mil-habitantes-em-2019-aponta-ibge>>. Acesso em: 7 set. 2019.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 73, nov. 2005.

SANTOS, Gilberto de Moura. *Religião e política no campo evangélico contemporâneo: ancoragens, homologias e retraduições*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, R. B. *Migração no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1994.

SILVA, Bruno Rangel Avelino. Representação partidária: entre democracia interna e autonomia. In: MORAES, Filomeno *et al.* (Orgs.). *Justiça Eleitoral, controle das eleições e soberania popular*. Curitiba: Íthala, 2016. p. 45-72.

SILVA, Carlos Alberto Franco. A fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia. *Revista da Sociedade Brasileira de Geógrafos*, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revistasbg/Arevista.html>>. Acesso em: 1º nov. 2018.

SILVA, Cláudia Gonçalves Thaumaturgo. *Conceitos e preconceitos relativos as construções em Terra Crua*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Claudia Neves. As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais e suas expressões na política de assistência social do município de Londrina. *SEMINA: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 28, n.1, p. 45-58, jan./jun. 2007.

_____. As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais: motivações e dificuldades. *Estudos de Religião*, Londrina, v. 23, n. 36, 35-60, jan./jun. 2009.

SILVA, Igor José Trabuço. A Assembleia de Deus e a política partidária de Feira de Santana. *Anais do XXVI - Simpósio Nacional de História - ANPUH*, São Paulo, jul. 2011.

SILVA, Pedro Claesen Dutra. Educação e hegemonia camponesa: MST e educação do campo no estado do Ceará. *Filosofia e educação Revista Digital do Paideia*, Fortaleza, v. 2, n. 1, abr./set. 2010.

SINGER, P. A política das classes dominantes. In: IANNI, O. (Org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SMITH, Amy Erica. Ideologia de gênero é o que mais mobiliza eleitor evangélico. *Carta Capital*. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/ideologia-de-g%C3%AAnero-%C3%A9-o-que-mais-mobiliza-eleitor-evang%C3%A9lico/a-45964108>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. Revoluções no campo religioso. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 38, n. 1, jan./abr. 2019.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964. *ACTA Geografia*, Boa Vista, v. 4, n. 8, p. 143-160, jul./dez. 2010.

SOUZA, Nilciana Dinely. *O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, Reginaldo Martins da Silva. Pentecostalismo, urbanização e modernidade: Trajetória e crescimento da Assembleia de Deus em Imperatriz, MA. *Revista Espaço Acadêmico*, especial, centésima edição, ano IX, n. 100, set. 2009.

_____. A estruturação de Lugares intraurbanos e a vulnerabilidade social de Porto Velho, Rondônia. *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia, MG, v. 18, n. 63, set. 2017.

SOUZA, Sandra Duarte. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. *Estudos de Religião*, v. 27, n. 1, p. 177-201, jan./jun. 2013.

SOUZA, Valdir Aparecido de. *Rondônia, uma memória em disputa*. Tese (Doutorado em Ciências e Letras) - Universidade Estadual Paulista, 2011.

SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia*. Brasília: Pergaminho, 1986.

TADVALD, Marcelo Tadvald. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do NER*, n. 27, p. 259-288, 2015.

TAVARES NETO, José Querino. Elementos do poder no protestantismo brasileiro. *Caminhos*, Goiânia, v. 1, n. 2, 2003.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante. R. *História regional (Rondônia)*. Porto Velho: ABG, 2001.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. O rio e os tempos reflexões sobre a colonização questões ambientais do Vale do Madeira entre os séculos XVII e XXI. *Saber Científico*, Porto Velho, v. 1, n. 2, p. 223-295, jul./dez. 2008.

TILLICH, Paul. *A era protestante*. São Bernardo, SP: Ciências da Religião, 1992.

_____. *Teologia da cultura*. São Paulo: Fonte, 2009.

TOMLINSON, H. M. *O mar e a selva: relato de um inglês na Amazônia*. Tradução de Hélio Rocha. Jundiaí: Paco, 2014.

TRE-RO. Justiça Eleitoral. *Eleições gerais de 1982: votações dos candidatos a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores*. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-eleicoes-1982-resultado-para-prefeitos-e-vereadores-por-zona>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Coordeiro da. Uma floresta urbanizada? legado e desdobramento de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. *Revista Espaço Aberto*, PPGG, UFRJ, v. 3, n. 2, p. 89-108, 2013.

VEJA. Rondônia, terreno fértil para a corrupção. *Veja*, 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/rondonia-terreno-fertil-para-a-corrupcao/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. Só 19% seguem líder religioso ao votar, diz Datafolha. *Veja*, 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/so-19-seguem-lider-religioso-ao-votar-diz-datafolha/>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

VIANA, João Paulo. *Reforma política: cláusula de barreira na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Conservadorismo, partidos e judiciário: as eleições 2018 em Rondônia. *Estadão - Política*, 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/legislativo/conservadorismo-partidos-e-judiciario-as-eleicoes-2018-em-rondonia/>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

VIANA, João Paulo S. L. Do território ao estado, de Porto Velho à BR 364: a mudança na elite política em Rondônia. *Olhares Amazônicos Revista Científica do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia - NUPEPA/UFRR*, Boa Vista, v. 7, n. 2, p. 1494-1515, jul./dez. 2019.

WARREN, Mark. O significado da corrupção nas democracias. In: HEYWOOD, Paul (Ed.). *O manual internacional da Routledge sobre corrupção política*. Oxford: Routledge, 2012.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

_____. *Economia e sociedade*. 4. ed. Brasília: UNB, 2012.